



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FACE
Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA
Mestrado Acadêmico em Administração

NAZARENO MARQUES DE ARAÚJO

A CONFIANÇA DOS CIDADÃOS NOS GOVERNOS DA AMÉRICA LATINA

BRASÍLIA-DF

2018

NAZARENO MARQUES DE ARAÚJO

**A CONFIANÇA DOS CIDADÃOS NOS GOVERNOS
NA AMÉRICA LATINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília (UnB) como requisito à obtenção do grau de mestre em Administração.

Orientador: Dr. Edgar Reyes Junior

BRASÍLIA-DF

2018

NAZARENO MARQUES DE ARAÚJO

A CONFIANÇA DOS CIDADÃOS NOS GOVERNOS NA AMÉRICA LATINA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade de Brasília (UnB), na área de Administração Pública e Políticas Públicas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Edgar Reyes Júnior.

Aprovada em XX de março de 2018

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Edgar Reyes Júnior
Orientador (PPGA/UnB)

Prof. Dr. Ricardo Gomes
Examinador Interno

Prof^a. Dra. Janaina Macke
Examinador Externo

Brasília-DF
2018

RESUMO

A queda dos níveis de confiança nos governos a partir da segunda metade do século passado tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores. Os achados de maior destaque apontam o capital social como o construto social mais amplo que permite explicar esse fenômeno. Por sua vez, o capital social influencia a confiança dos cidadãos nos governos e as suas percepções acerca da performance dos governos na prestação de serviços e no desempenho econômico. Outros estudos apontam que tanto a satisfação dos cidadãos com a prestação de serviços como as suas percepções acerca da situação econômica influenciam a confiança nos governos. A presente dissertação se propõe a responder à seguinte pergunta de pesquisa: como o capital social, a percepção da economia e a satisfação com os serviços públicos influenciam a confiança dos cidadãos nos governos da América Latina? A proposta consiste num estudo quantitativo transversal com recorte longitudinal a partir de dados secundários oriundos das *surveys* realizadas pelo Barômetro das Américas no período compreendido entre 2004 e 2014. A pesquisa foi dividida em três etapas: uma inicial, com o objetivo de analisar os elementos formadores dos construtos estudados; a segunda examinou as relações e a intensidade dessas entre os construtos, e a terceira etapa, na qual foi realizada a regressão estatística a fim de exprimir o relacionamento das variáveis explicativas com a confiança no governo. Os resultados encontrados demonstram que o capital social caiu significativamente no período, porém nos últimos anos da pesquisa voltou a crescer, num movimento contrário ao verificado em estudos anteriores realizados em países industrializados. Em se tratando de confiança dos cidadãos em governos, em países mais ricos os índices são maiores; no geral o tempo de permanência dos cidadãos na escola nos países latinos têm tido pouca ou nenhuma interferência nos níveis de confiança no governo. No que se refere às relações entre os construtos verificou-se que o capital social tem relação inversa com a confiança nos governos, o que contraria os principais estudos realizados nos Estados Unidos e na Europa. Foi encontrado ainda que o construto promoção de segurança e combate à corrupção tem maior poder explicativo da confiança nos governos que o capital social, a satisfação com os serviços públicos e as percepções da economia.

Palavras-chave: Capital social; Confiança no governo; Confiança no sistema político; Satisfação com serviços públicos; Percepção da economia.

ABSTRACT

The fall in confidence levels in governments since the second half of the last century has been the subject of study by many researchers. The most prominent findings point to social capital as the broader social construct that allows explaining this phenomenon. In turn, social capital influences citizens' confidence in governments and their perceptions about governments' performance in providing services and economic performance. Other studies show that both the satisfaction of citizens with the provision of services and their perceptions about the economic situation influence confidence in governments. The present dissertation proposes to answer the following research question: how social capital, the perception of the economy and the satisfaction with the public services influence the confidence of the citizens in the governments of Latin America? The proposal consists of a cross-sectional quantitative study with longitudinal cut from secondary data from the surveys conducted by the Barometer of the Americas in the period between 2004 and 2014. The research was divided into three stages: an initial one, with the objective of analyzing the training elements of the studied constructs; the second examined the relationships and the intensity of these between the constructs, and the third stage, in which the statistical regression was performed in order to express the relationship of explanatory variables with confidence in government. The results show that social capital declined significantly in the period, but in the last years of the research it has grown again, contrary to previous studies in industrialized countries. Considering the three regions studied in Central America there are higher social capital indices; otherwise, in countries with the highest gross domestic product (GDP) the indices are lower, and in countries where citizens spend more time in school there is more social capital. When it comes to citizen confidence in governments, in richer countries the rates are higher; in general the length of stay of citizens in school in Latin countries have had little or no interference in levels of trust in government. Concerning the relations between the constructs, it was found that social capital has an inverse relationship with trust in governments, which is contrary to the main studies carried out in the United States and Europe. It was also found that the promotion of security and anti-corruption has greater power to explain the trust in governments than social capital, satisfaction with public services and perceptions of the economy.

keywords: Social capital; Trust in government; Trust in the political system; Satisfaction with public services; Perception of the economy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Confiança no governo - ANOVA Estatística de Item	55
Tabela 2 - Confiança no governo - ANOVA - Estatística de Item-total	55
Tabela 3 – Capital Social - ANOVA Estatística de Item	56
Tabela 4 - Capital Social - ANOVA Estatística de Item-total.....	56
Tabela 5 - Satisfação Serviços Públicos - ANOVA Estatística de Item.....	57
Tabela 6 - Satisfação Serviços Públicos - ANOVA Estatística de Item-total	57
Tabela 7 - Percepção da Economia - ANOVA Estatística de Item	58
Tabela 8 - Percepção da Economia - ANOVA Estatística de Item-total.....	58
Tabela 9 – Teste de Normalidade.....	59
Tabela 10 - Teste de KMO e Bartlett	61
Tabela 11 - Resultados da Análise de Variância para Formação dos Componentes Principais	62
Tabela 12 - Resultados da Análise de Variância variáveis controle Capital Social	74
Tabela 13 - Resultados da Análise de Variância variáveis controle Satisfação Serviços Públicos Infraestrutura, saúde e educação.....	83
Tabela 14 - – Resultados da Análise de Variância variáveis controle Percepção da Economia	91
Tabela 15 - Resultados da Análise de Variância variáveis controle Percepção da segurança e combate a corrupção.....	97
Tabela 16 - Resultados da Análise de Variância variáveis controle Confiança no governo ..	104
Tabela 17 - Análise das Correlações	112
Tabela 18 - Sumarização do Modelo.....	116
Tabela 19 - ANOVA do Modelo	116
Tabela 20 - Coeficientes ^a	116

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Construtos Analisados nos Estudos Examinados.....	18
Figura 2 – Modelo da Confiança no governo	52
Figura 3 – Novo Modelo de Confiança no Governo	67
Figura 4 – Distribuição de Entrevistados por Ano	68
Figura 5 – Distribuição de Entrevistados por País	69
Figura 6 – Distribuição de Entrevistados por Região.....	70
Figura 7 – Distribuição de Entrevistados por Faixa Etária.....	71
Figura 8 – Distribuição de Entrevistados por Gênero	71
Figura 9 – Distribuição de Entrevistados por PIB	72
Figura 10 – Distribuição de Entrevistados por Tempo de Permanência na Escola.....	73
Figura 11 - Capital Social por Ano.....	74
Figura 12 - Capital Social por País.....	75
Figura 13 – Capital Social por Região.....	77
Figura 14 – Capital Social dos Brasileiros em Relação aos Demais Países	78
Figura 15 – Capital Social por Faixa Etária	79
Figura 16 – Capital Social por Gênero	80
Figura 17 – Capital Social por PIB.....	81
Figura 18 – Capital Social por Permanência na Escola em Anos	82
Figura 19 - Satisfação com os serviços públicos de Infraestrutura, Saúde e Educação por ano	84
Figura 20 - Satisfação com serviços públicos de Infraestrutura, Saúde e Educação por país ..	85
Figura 21 - Performance dos Serviços Públicos de Infraestrutura, Saúde e Educação por Região.....	86
Figura 22 – Performance dos Serviços Brasileiros de Infraestrutura, Saúde e Educação em Relação aos Demais Países.....	87
Figura 23 – Performance dos Serviços de Infraestrutura, Saúde e Educação por Faixa Etária	88
Figura 24 – Performance dos Serviços Públicos Infraestrutura, Saúde e Educação por PIB...	89
Figura 25 – Performance dos Serviços Públicos de Infraestrutura, Saúde e Educação por Permanência na Escola em Anos.....	90
Figura 26 – Percepção da Economia por Ano	91
Figura 27 – Percepção da Economia por País	92
Figura 28 – Percepção da Economia por Região.....	93
Figura 29 – Percepção da Economia pelos Brasileiros em Relação aos Demais Países	93
Figura 30 – Percepção da Economia por Faixa Etária.....	94
Figura 31 – Percepção da Economia por Gênero	95
Figura 32 – Percepção da Economia por PIB.....	95
Figura 33 – Percepção da Economia em Relação à Permanência na Escola em Anos	96
Figura 34 – Percepção das ações de segurança e combate à corrupção por ano	98
Figura 35 - Percepção das ações segurança e combate à corrupção por país.....	99
Figura 36 – Percepção das ações de segurança e combate à corrupção por Região.....	100
Figura 37 – Percepção das ações de segurança e combate à corrupção no Brasil em Relação aos Demais Países.....	101
Figura 38 - Percepção das ações segurança e combate à corrupção por Faixa Etária.....	101
Figura 39 - Percepção de segurança e combate à corrupção por Gênero	102

Figura 40 - Percepção das ações de segurança e combate à corrupção por PIB	103
Figura 41 – Percepção das ações de segurança e combate à corrupção por Permanência na Escola em anos	104
Figura 42 - Confiança no governo por ano.....	105
Figura 43 - Confiança no governo por país	106
Figura 44 - Confiança no governo por Região	107
Figura 45 – Confiança no governo no Brasil em Relação aos Demais Países	108
Figura 46 – Confiança no governo por Faixa Etária	108
Figura 47 - Confiança no governo por Gênero.....	109
Figura 48 – Confiança no governo por PIB.....	110
Figura 49 – Confiança no governo por Permanência na Escola em anos.....	111

LISTA DE SIGLAS

ASCAT	Social Capital Assessment Tool
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL	Comisión Económica para América Latina y el Caribe
EITM	Empirical Implications Theoretical Models
FARC	Forças Revolucionárias da Colômbia
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índices de Desenvolvimento Humano
LAPOP	Projeto Latino-americano de Opinião Pública
LAPOP	Latin American Public Opinion Project
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SOCAT	World Bank's Social Capital Assessment Tool
USAID	Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO.....	13
1.2 OBJETIVOS	17
1.2.1 Objetivo Geral	17
1.2.2 Objetivos Específicos	17
1.3 JUSTIFICATIVA.....	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 CAPITAL SOCIAL	21
2.1.1 Visão geral e conceitos.....	21
2.1.2 Dimensões e composições em relação aos laços sociais.....	25
2.1.3 Mensuração	26
2.2 CONFIANÇA EM GOVERNOS	27
2.2.1 Conceitos	27
2.2.2 Tipologias.....	28
2.2.3 Dimensões e Níveis de Percepção dos Cidadãos sobre a Confiança no Governo....	29
2.2.4 Processos de Confiança.....	30
2.2.5 Mensuração	31
2.3 RELAÇÕES ENTRE O CAPITAL SOCIAL E A SATISFAÇÃO COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	32
2.4 RELAÇÕES DO CAPITAL SOCIAL E ECONOMIA	35
2.5. RELAÇÕES DO CAPITAL SOCIAL E A CONFIANÇA NO GOVERNO	40
2.6 RELAÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E AS PERCEPÇÕES DA SITUAÇÃO DA ECONOMIA	42
2.7 RELAÇÕES DA SATISFAÇÃO COM OS SERVIÇOS PÚBLICOS E CONFIANÇA NO GOVERNO	44
2.8 RELAÇÕES DA SITUAÇÃO DA ECONOMIA E CONFIANÇA NO GOVERNO.....	47
3 MÉTODO	53
3.1 DADOS.....	54
3.2 NORMALIZAÇÃO DOS DADOS	58
3.3 REDUÇÃO DA DIMENSÃO DOS FATORES	59
4 ANÁLISE DE DADOS	68
4.1 DESCRIÇÃO DA AMOSTRA.....	68

4.1.1 Distribuição de Entrevistados por Ano de Pesquisa.....	68
4.1.2 Distribuição de Entrevistados por País	69
4.1.3 Distribuição de Entrevistados por Região (América do Sul, América Central e América do Norte).....	70
4.1.4 Distribuição de Entrevistados por Faixa Etária.....	70
4.1.5 Distribuição de Entrevistados por Gênero.....	71
4.1.6 Distribuição de Entrevistados por Produto Interno Bruto (PIB)	72
4.1.7 Distribuição de Entrevistados por Tempo de Permanência na Escola	72
4.2 ANÁLISE DOS CONSTRUTOS	73
4.2 CAPITAL SOCIAL	73
4.2.1 Capital Social por Ano de Pesquisa	74
4.2.2 Capital Social por País	75
4.2.3 Capital Social por Região	77
4.2.4 Capital Social dos Brasileiros em Relação aos Demais Países	77
4.2.5 Capital Social por Faixa Etária.....	78
4.2.6 Capital Social por Gênero	79
4.2.7 Capital Social Por Produto Interno Bruto (PIB).....	80
4.2.8 Capital Social por Permanência na Escola em Anos.....	82
4.3 SATISFAÇÃO COM OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE INFRAESTRUTURA, SAÚDE E EDUCAÇÃO	83
4.3.1 Satisfação com os Serviços Públicos Infraestrutura, Saúde e Educação por Ano de Pesquisa.....	84
4.3.2 Satisfação com os Serviços Públicos de Infraestrutura, Saúde Educação por País..	85
4.3.3 Satisfação com os Serviços Públicos de Infraestrutura, Saúde e Educação por Região.....	86
4.3.4 Satisfação com os Serviços Públicos Brasileiros de Infraestrutura, Saúde e Educação em Relação aos Demais Países	87
4.3.5 Satisfação com os Serviços Públicos de Infraestrutura, Saúde e Educação por Faixa Etária	88
4.3.6 Satisfação com os Serviços Públicos Infraestrutura, Saúde e Educação por Gênero	88
4.3.7 Satisfação com os Serviços Públicos por Produto Interno Bruto (PIB).....	89
4.3.8 Satisfação com os Serviços Públicos de Infraestrutura, Saúde e Educação por Permanência na Escola em Anos	90
4.4 PERCEPÇÕES DA ECONOMIA.....	90
4.4.1 Percepção da Situação da Economia por Ano de Pesquisa.....	91

4.4.2	Percepção da Situação da Economia por País	92
4.4.3	Percepção da Situação da Economia por Região	92
4.6.4	Percepção da Situação da Economia pelos Brasileiros em Relação aos Demais Países	93
4.4.5	Percepção da Situação da Economia por Faixa Etária	94
4.4.6	Percepção da Situação da Economia por Gênero.....	94
4.4.7	Percepção da Situação da Economia por Produto Interno Bruto (PIB)	95
4.4.8	Percepção da Situação da Economia por Permanência na Escola em Anos	96
4.5	PERCEPÇÃO DAS AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SEGURANÇA E COMBATE A CORRUPÇÃO	97
4.5.1	Percepção das ações de segurança e combate à corrupção por ano.	98
4.5.2	Percepção das ações de segurança e combate à corrupção por país.....	99
4.5.3	Percepção das ações de segurança e combate à corrupção por região	99
4.5.4	Percepção das ações de segurança e combate à corrupção no Brasil em Relação aos Demais Países.....	100
4.5.5	Percepção das ações de segurança e combate à corrupção por Faixa Etária.....	101
4.5.6	Percepção das ações de segurança e combate à corrupção por Gênero	102
4.5.7	Percepção das ações de segurança e combate à corrupção por Produto Interno Bruto (PIB).....	103
4.5.8	Percepção das ações de segurança e combate à corrupção por Permanência na Escola em Anos	103
4.6	CONFIANÇA NO GOVERNO	104
4.6.1	Confiança no governo por ano.	105
4.6.2	Confiança no governo por país.....	105
4.6.3	Confiança no governo por região	107
4.6.4	Confiança no governo do Brasil em Relação aos Demais Países	107
4.6.5	Confiança no governo por Faixa Etária.....	108
4.6.6	Confiança no governo por Gênero	109
4.6.7	Confiança no governo por Produto Interno Bruto (PIB).....	110
4.6.8	Confiança no governo por Permanência na Escola em Anos.....	110
4.9	COMO OS CONSTRUTOS SE RELACIONAM E COM QUAL INTENSIDADE	111
4.10	ANÁLISE DAS REGRESSÕES	115
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
	REFERÊNCIAS	123

1 INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

A confiança no governo é compreendida como a extensão na qual o cidadão tem confiança no governo para operar o melhor interesse da sociedade (Thomas, 1998). Hetherington (1999) definiu a confiança pública como uma orientação básica de avaliação sobre o governo, formada em função do quanto o governo está operando em conformidade com as expectativas das pessoas. Trata-se de um conceito multifacetado, cujo produto é uma avaliação realizada pelo cidadão em relação à atuação do governo na solução dos problemas da coletividade.

A confiança no governo é importante pois trata-se de elemento que permite prever a ação coletiva ou facilitar a cooperação social (Ostrom ; Ahn, 2003). Bergman ; Rosenkrantz (2009), por sua vez, afirmam que a confiança serve como meio de legitimação do governo, já que facilita o consenso social sobre a aceitação das normas e estabelece o compromisso moral do dever de obedecer às regras. Cooper *et al.*, (2010) afirmam ainda, que a confiança pode ser um mecanismo de alívio às tensões entre flexibilidade gerencial e responsabilidade política no Estado Moderno. Além disso, a confiança dos cidadãos no governo é de vital importância para a estabilidade política (Wang, 2016).

Estudos apontam que os níveis de confiança dos cidadãos em governos dos países da Europa (Foster ; Jeffry, 2017; Torcal, 2014); nos Estados Unidos (Putnam, 2000; Van de Walle *et al.*, 2008; Norris, 2011), da Ásia (Kim, 2010; Wong *et al.*, 2011), da América Latina (Espinal *et al.*, 2006; Zmerli; Castillo, 2015) têm sofrido forte declínio nos últimos anos, dificultando, nas relações Estado-sociedade, a compreensão dos cidadãos acerca da implementação das políticas públicas, da execução de reformas e da prestação de serviços públicos. (KIM, 2010; ZHAO; HU, 2015).

As principais correntes teóricas explicam a confiança no governo a partir do desempenho de suas instituições na prestação de serviços públicos e na administração da economia (Hetherington, 1999; Espinal *et al.*, 2006; Wroe, 2016), e do capital social acumulado das regiões, estados ou países (PUTNAM, 1993; BREHM ; RAHN, 1997; KEELE, 2007; MENDOZA-BOTELHO, 2013).

A literatura reconhece a complexidade de explicar as causas do declínio da confiança nos governos e aponta com as principais o baixo índice capital social (PUTNAM, 1993; PUTNAM 2000; KEELE, 2007; KIM, 2010) , a insatisfação com a prestação de serviços

públicos (ANDREWS, 2012; DOH, 2014; ZHAO; HU, 2015) e a percepção ruim da situação econômica (KEELE, 2007; KIM, 2010; WONG *et al.*, 2011; ERKEL ; MEER, 2016).

Em relação ao capital social Putnam (1993, p. 67) o definiu como “características de organização social, como redes, normas e confiança social que podem melhorar a eficiência da sociedade ao facilitar as ações coordenadas”. A partir da compreensão dessas características, diversos autores têm apontado que quando os atores governamentais constroem confiança, redes e normas cívicas, todos os níveis de governo são mais capazes de implementar políticas públicas, prover serviços de alta qualidade e propor inovações de forma mais fácil e legítima. (PUTNAM, 1993; KIM, 2010;).

Putnam (1993) buscava explicação para a diferença de desempenho entre as regiões do norte e do sul da Itália. A pesquisa apontou que as regiões do norte obtiveram melhor desempenho em função da existência de uma comunidade cívica, na qual os cidadãos tinham maior disposição para buscar o bem comum, agiam como iguais, eram mais prestativos e respeitosos, tinham confiança uns nos outros e participavam efetivamente de estruturas sociais (clubes desportivos, associações culturais, entre outras) que promoviam e incentivavam a cooperação.

A melhoria das relações Estado-sociedade nesse estudo se deu a partir do engajamento cívico e da confiança interpessoal (social) estabelecida entre os atores da sociedade e as instituições de governo, que proporcionaram essa melhoria na participação do processo político de descentralização da Itália e, como consequência, observou-se melhor desempenho das instituições públicas e maior desenvolvimento econômico daquela região.

A partir desse estudo outros pesquisadores confirmaram a relação do capital social com os níveis de confiança no governo. As causalidades dessa relação foram apontadas por Putnam (2000) que argumenta que o capital social facilita a coordenação e cooperação em busca de objetivos comuns, e isso contribui para a solução de problemas da ação coletiva. Knack ; Keefer (1997), a partir de estudo realizado em 29 países da Europa, consideram que o capital social reduz os custos de monitoramento das ações governamentais, e Bjørnskov (2012) considera a redução do custo de transação entre Estado-sociedade como um efeito direto.

A satisfação com a qualidade dos serviços públicos pode ser definida como a percepção dos cidadãos sobre a qualidade dos bens e serviços que são entregues pelo governo, como educação primária e saúde pública, combate a corrupção, entre outros (RYZIN, 2004; AKINBOADE *et al.*, 2012). A relação entre o desempenho na prestação de serviços público e a confiança no governo foram testadas e confirmadas (ESPINAL *et al.*, 2006; WONG *et al.*, 2009; ROCKERS *et al.*, 2012).

Stoyan *et al.* (2014) apontam que a relação causal entre a a satisfação com a prestação de serviços públicos e a confiança no governo decorre de uma escolha racional oriunda da relação de ganhos e perdas com os serviços públicos prestados pelo governo. Trata-se de uma avaliação dos serviços frente às suas expectativas e retratam a métrica utilizada pelos cidadãos para aferir a capacidade do governo para operar os melhores interesses da sociedade (ESPINAL *et al.*, 2006; WANG, 2016).

Já em relação à performance da economia, Lee (1994) investiga a relação entre as condições econômicas e a confiança na Coreia do Sul, e seus resultados indicam que a confiança nas instituições depende tanto da segurança financeira pessoal quanto das condições econômicas nacionais. Kim (2010) compara a confiança no Japão e na Coreia do Sul, concluindo que o desempenho econômico do governo está significativamente associado à confiança do governo nos dois países. Foster ; Jeffry (2017) examinaram o performance econômica com confiança em 23 países da europa e também concluíram que há relação positiva e significativa entre os construtos. Stoyan *et al.*, (2014) examiram essa relação em países na América Latina e também chegaram aos mesmos resultados.

Wroe (2016) aponta que parece ser intuitivo e direto: os cidadãos confiam no governo durante os bons momentos econômicos e desconfiam dele durante os maus momentos. O autor afirma que uma explicação causal, enraizada na teoria democrática, é que os cidadãos responsabilizam os governos pelo seu desempenho, e a gestão econômica é um dos principais critérios, onde o desempenho econômico é baixo, ou pelo menos percebido como ruim, é razoável esperar que a confiança no governo diminua.

Torcal (2014) apresenta que essa relação causal pode derivar das avaliações sociotrópicas realizadas pelos cidadãos sobre a situação retrospectiva da economia do país, mas que também as avaliações individuais ou egotrópicas sobre a própria situação. Somada a avaliação da economia do país com as percepções sobre sua própria condição perante o futuro leva o cidadãos a tensão econômica que se reflete na confiança no governo.

Forte, Palomino ; Ausina (2015) fundamentam seus achados para os efeitos da confiança no governo na redução dos custos de transação oriundos do capital social. Para eles, as transações econômicas em economias com menor estoque de capital social se caracterizam por regulamentos fortes e aquisições burocráticas que impõem custos e reduzem sua eficiência. Dearmon ; Grier (2009) afirmam que isso pode ocorrer como resultado de um aumento nos fluxos de informação, grupos, flexibilidade e ações coordenadas, bem como a redução das informações assimétricas entre agentes em negociações.

É possível identificar, portanto, que as causas para os baixos índices de confiança nos governos em várias regiões do mundo estão sob a governança do Estado. Por isso, a escolha por estudar confiança nos governos se deu no intuito de compreender como isso ocorre em países da América Latina a fim de que os achados possam servir como insumo para os governos na formulação de estratégias mais efetivas na obtenção de aprovação popular e, conseqüentemente, reúnam maiores condições para realizar reformas e a atualização do Estado, frente aos desafios da administração pública no século XXI.

Dessa forma, a partir da constatação de que a confiança está em declínio em várias regiões do mundo e que as explicações para esse declínio são o baixo índice de capital social, as percepções ruins dos cidadãos sobre a economia e a insatisfação com a prestação de serviços públicos, surge a seguinte questão de pesquisa:

Como o capital social, a percepção da economia e a satisfação com os serviços públicos influenciam a confiança dos cidadãos nos governos da América Latina?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a influência do capital social, da percepção da economia e da satisfação com a prestação de serviços públicos na confiança dos cidadãos nos governos da América Latina.

1.2.2 Objetivos Específicos

1. Identificar os elementos formadores dos construtos capital social, percepção da economia, satisfação com a prestação de serviços públicos e a confiança no governo;
2. Analisar as relações entre os construtos;
3. Identificar qual dentre os construtos têm maior influência para a confiança no governo.

1.3 JUSTIFICATIVA

A partir da segunda metade do século passado foi observado forte declínio da confiança dos cidadãos nos governos de países da Europa, da Ásia, da América Latina e dos Estados Unidos. Com o intuito de compreender o estado da arte do campo das pesquisas sobre confiança nos governos, foi realizado estudo bibliométrico.

A base de dados utilizada foi a periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O estudo consistiu na seleção e classificação metodológica de artigos científicos publicados no período compreendido entre 2012 e 2016 nos cinco primeiros *journals* internacionais específicos de Administração Pública que constam no *Scimago Journals Rank: Public Administration Review; The American Review of Public Administration; Journal of Public Administration Research and Theory; International Review of Administrative Sciences* e *Public Administration*. As buscas dos artigos foram realizadas considerando as seguintes palavras-chave: *trust in government; trust; institutional trust and interpersonal trust*.

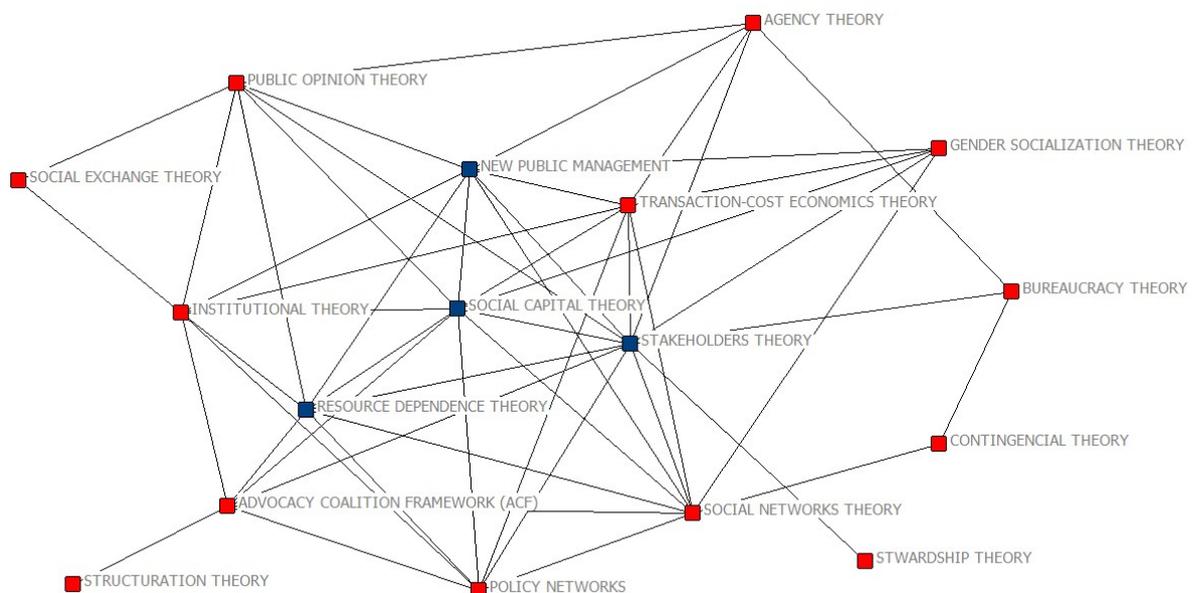
Inicialmente, foram selecionados 121 artigos, dos quais 31 foram descartados por não guardarem pertinência com o objeto de pesquisa. Os artigos foram classificados em relação aos autores, países das instituições de pesquisa, as universidades, metodologia de pesquisas, ferramenta de coleta e análise de dados, identificando-se as principais lacunas de pesquisa. Para

tratar dos dados utilizou-se os *softwares UCINET 6.530 e NetDraw 2.145*, que traçaram as relações entre as pesquisas e auxiliaram o processo de identificação das lacunas de objeto de pesquisa.

Esse campo de pesquisa se organiza em relação aos aspectos metodológicos, com predominância da tipologia empírica, com recorte transversal, de natureza descritiva e com abordagem quantitativa. Em relação ao instrumento de coleta de dados, o questionário se sobressai entre os demais e as técnicas estatísticas mais utilizadas foram as regressões múltiplas, acompanhadas de perto pelas equações estruturais. As ferramentas de suporte mais utilizadas são o STATA e o SPSS.

Na análise das teorias, é possível identificar grande número delas que busca explicar ou fundamentar as pesquisas relativas à confiança nos governos tendo sido apresentada centralidade para a Teoria do Capital Social, circundada por Teoria de *Stakeholders*, Teoria de Dependência de Recursos e da Teoria do *New Public Management*. Também é possível identificar que funcionam como teorias complementares a Teoria dos Custos de Transação, a Teoria Institucional e a Teoria de Coalização de Defesa. Não houve muita utilização por parte dos pesquisadores da Teoria de Agência, da Teoria da Burocracia e da Teoria Contingencial.

Figura 1 – Construtos Analisados nos Estudos Examinados



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação à associação do campo com outros temas, os dados permitem associar a confiança nos governos aos estudos relativos à democracia (por exemplo, Ariely, 2013), à transparência (por exemplo, Grimmelikhuisen ; Knies, 2015; Grimmelikhuisen et al 2013) à corrupção (por exemplo, Hakhverdian; Quinto, 2012) e desigualdade econômica (por exemplo, Zmerli; Castillo, 2015).

Foi possível identificar também, a partir da amostra utilizada na bibliometria, que há um número pequeno de artigos ou publicações nos principais periódicos internacionais de Administração Pública que abordem a confiança nos governos com exame do contexto da América Latina.

Além disso, outros artigos apontaram lacunas de pesquisa e temas propostos para investigações futuras. Andrews (2011) propõe estudos comparativos entre países sobre o nível de capital social em longos períodos, associando-o com a performance dos serviços públicos. Boyne (2004) propõe estudos que considerem avaliação conjunta de capital social e as avaliações de performance do serviço público e da economia. Christensen; Læg Reid (2005) enfatizam a necessidade de uma abordagem mais comparativa entre países para entender as variações de confiança no governo.

Andrews (2011) propõe também, em razão de que a maioria dos estudos de capital social e confiança terem sido realizados nos Estados Unidos e em países escandinavos, que outras regiões sejam estudadas a fim de generalizar a teoria. Essa perspectiva foi reforçada por Cooper *et al.* (2010) que reivindicou pesquisas que verificassem se as diferenças geográficas interferem na maneira com a qual os cidadãos confiam em seus governos e por Askvik *et al.* (2011) que apontam que contextos institucionais e culturais específicos podem produzir padrões causais distintos.

Algumas outras proposições apresentaram preocupação com a relação direta entre as percepções de combate a corrupção com a confiança nos governos e com o ciclo de confiança. (Zhang; Kim, 2017) recomenda que em estudos futuros que seja integrada a variável para as percepções dos cidadãos sobre os esforços de combate à corrupção no conjunto de aferições sobre performance. Já Hartman; Matterson (2015) propõem que estudos considerem a criação, manutenção e a reparação da confiança nos governos.

A partir de todas essas constatações, sob o ponto de vista empírico, a presente pesquisa se justifica, pois a confiança é um instrumento necessário à formulação de parcerias entre o governo, os setores produtivos e as organizações da sociedade (Yang; Holzer, 2006); as expectativas dos cidadãos evoluem e se relacionam com os aspectos econômicos e de gestão pública (Hetherington, 1999); e governos com maior apoio popular reúnem mais condições para

promover a atualização e a modernização do Estado (BERGMAN ; ROSENKRANTZ (2009; COOPER *et al.*, 2010).

Sob os aspectos teóricos, a pesquisa se justifica, pois, a literatura aponta que o capital social é associado às performances do governo na prestação de serviços públicos (Andrews, 2011) e na percepção da economia (Espinal *et al.*, 2006). Entretanto, esses construtos são examinados de forma separada e este estudo se propõe a examinar o conjunto dessas variáveis.

Outra razão, ainda sob o ponto de vista teórico, atendendo às recomendações de pesquisas futuras (Boyne, 2004), este estudo busca preencher uma lacuna de pesquisa do campo. A proposta apresenta um modelo teórico integrado de análise da confiança nos governos, no qual examina a formação e as relações dos quatro construtos: capital social, percepção da economia, satisfação com a prestação de serviços públicos e confiança nos governos.

Outra justificativa teórica para a realização desta pesquisa é a resposta a recomendações de outros pesquisadores que apontaram como recomendação de estudos futuros a análise em outras regiões que não aquelas predominantes, Estados Unidos e países escandinavos (Andrews, 2011), já que o contexto importa (Askvik *et al.* 2011). Esta pesquisa propõe, dessa forma, a inserir o contexto latino na teoria.

A justificativa para a realização desta pesquisa sob o aspecto metodológico é a realização de um estudo transversal com perspectiva longitudinal. Na bibliometria realizada para esse estudo, dos noventa artigos de revistas internacionais classificados apenas cinco têm esse caráter, o que permite inferir que trabalhos longitudinais são raros.

O presente trabalho se divide em quatro capítulos. No primeiro capítulo é apresentado o problema de pesquisa, o objetivo geral e os específicos e as justificativas. O segundo capítulo trata do referencial teórico e aborda o capital social e a confiança nos governos, assim como trata de demonstrar as relações entre o capital social, a percepção a economia, a satisfação com os serviços públicos e a confiança nos governos. No terceiro capítulo são apresentados o método e o tratamento dos dados utilizados. No último capítulo é feita a análise desses dados, partindo da descrição da amostra, fazendo a análise dos construtos, a análise das correlações, as análises da regressão e as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CAPITAL SOCIAL

2.1.1 Visão geral e conceitos

(TOCQUEVILLE, 1835) examina a sociedade americana preocupado com a igualdade e a liberdade e apresenta o conceito de comunidade cívica. O autor afirma que os americanos de todas as idades, de todas as condições, de todos os espíritos se unem sem cessar. Não apenas têm associações comerciais e industriais em que todos participam, mas possuem, além destas, mil outras: religiosas, morais, graves, fúteis, muito particulares, imensas e minúsculas; os americanos se associam para dar festas, fundar seminários, construir albergues, erguer igrejas, difundir livros, enviar missionários aos antípodas; criam, dessa maneira, hospitais, prisões, escolas. Enfim, sempre que se trata de pôr em evidência uma verdade ou desenvolver um sentimento com o apoio de um grande exemplo, eles se associam (TOCQUEVILLE, 1835).

Para esse autor, a democracia americana funcionava bem em decorrência desses hábitos de, a partir de valores e normas cívicas, cooperar para alcançar objetivos políticos e civis nas comunidades. Embora Tocqueville jamais tenha citado o conceito de capital social, é dele o primeiro registro do conceito de comunidade cívica, no qual os indivíduos se associam em busca do bem comum e se articulam para participar do processo político a fim de garantir o bom funcionamento das estruturas sociais e o alinhamento entre os desejos das comunidades e a tomada de decisão de políticas públicas.

A literatura apresenta um conjunto de autores que iniciam o delineamento do campo de capital social. Estes pesquisadores foram classificados como precursores: Hanifan (1916) descreveu o capital social com o olhar dos centros comunitários e das escolas rurais e Jacobs (1961) analisou as densas redes sociais nas áreas urbanas em cidades americanas.

Hanifan (1916) afirmou que o capital social se refere às conexões entre indivíduos-redes sociais e normas de reciprocidade e confiabilidade que surgem entre eles. Detalhando sua conceituação, o autor afirma que se o homem entrar em contato com seu vizinho e com outros vizinhos, haverá acumulação de capital social que pode ter uma potencialidade social suficiente para a melhoria substancial das condições de vida em toda a comunidade.

Jacobs (1961) trouxe a visão sociológica ao explicar os motivos que fazem um bairro permanecer na pobreza e outros não, bem como fez menção ao conceito de capital social. Segundo essa autora:

Para a autogestão de um lugar funcionar, acima de qualquer flutuação da população deve haver a permanência das pessoas que forjaram a rede de relações do bairro. Essas redes são o capital social urbano insubstituível. Quando se perde esse capital, pelo motivo que for, a renda gerada por ele desaparece e não volta senão quando se acumular, lenta e ocasionalmente, um novo capital (JACOBS, 2014, p. 151).

Vê-se que, embora a autora esteja tratando de urbanismo, há o reforço do conceito de comunidade cívica por meio das exigências de que é necessária, para a autogestão do bairro, a manutenção das relações com aquele organismo vivo, que é aquela comunidade.

Passada a fase de conceituação e em razão de o tema ter ganhado notoriedade com o trabalho de Putnam (1993), iniciou-se outra fase na qual os autores consolidaram esse campo de pesquisa. Nessa fase, destacam-se os trabalhos de Bourdieu (1986), Coleman (1988), Putnam (1993) e Nahapiet; Ghoshal (1998).

Bourdieu (1986) extrapola a visão econômica do capital social, agregando ao conceito inicial os aspectos culturais e sociais do indivíduo. Logo, a visão desse autor se refere ao capital social como algo internalizado pelos indivíduos e utilizado para acessar recursos a partir das suas relações com outras pessoas.

O autor enxerga o capital social como um bem individual que decorre dos investimentos econômicos, sociais e culturais realizados pelos seus familiares em sua formação. A criação e a manutenção desse capital são fruto do conhecimento e das habilidades que o indivíduo dispõe para realizar trocas contínuas a fim de gerar reconhecimento mútuo ao longo do tempo.

Bourdieu (1986, p. 51) define capital social como “(...) o agregado dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento mútuo e reconhecimento, ou seja, de pertencimento a um grupo”.

Por sua vez, Coleman (1988) discute os recursos existentes nas famílias e nas organizações sociais das comunidades. O autor não apresenta uma definição para capital social, optando por explicar que

capital social não é uma entidade única, mas uma variedade de entidades diferentes que têm duas características em comum: todas elas consistem em algum aspecto da estrutura social, e facilitam certas ações de indivíduos que estão dentro da estrutura. Dessa forma, a ênfase é dada para as funções que a estrutura social podem assumir para facilitar o alcance de resultados (COLEMAN, 1988, p. 33).

Em função dessas formas de estrutura, o autor aponta que o capital social assume três formas: obrigações, expectativas e confiança; canais e informação; e normas e sanções.

Na primeira forma, há clara associação entre capital social e confiança. De acordo com a estrutura social a que determinado indivíduo pertença, pode haver variação em relação ao nível de confiança, ao grau de atendimento das expectativas e ao cumprimento das obrigações entre os indivíduos dessas relações sociais.

Para os canais de informação, Coleman (1988) afirma que a informação é um fundamento para o indivíduo empreender a ação; entretanto, em razão da sua escassez, há um custo elevado para obtê-la. Por conta disso, o autor propõe a obtenção das informações por meio das relações sociais utilizadas para outros fins.

Por fim, sobre as normas e sanções, Coleman (1988) afirma que quando uma norma existe e é eficaz, ela constitui uma forma poderosa, embora às vezes frágil, de capital social. Normas eficazes que inibem o crime tornam possível andar livremente à noite em uma cidade e permite que os idosos saiam de suas casas sem temer por sua segurança. As normas, em uma comunidade que apoia e proporciona recompensas efetivas para o alto rendimento na escola, facilitam enormemente a tarefa da escola.

Além das formas de capital, o autor discute também o papel das estruturas sociais, especialmente as redes sociais e as associações e organizações da sociedade civil. O autor afirma que a existência de redes sociais fechadas permite que sejam aplicadas sanções e que isso garante a existência de confiança. Em relação às organizações e associações da sociedade, o autor chama a atenção para a capacidade que esses entes têm de se adaptar a outras finalidades que não aquelas para as quais foram criados.

Coleman (1988) passa, então, a discutir os três principais tipos de capital: humano, financeiro e o social. O capital humano é produto do nível de educação, da saúde de que o indivíduo dispõe e do acesso à informação. O capital físico é mais tangível e decorre de um processo produtivo ou o compõe, por exemplo, máquinas, equipamentos, sistemas. O capital social expressa a capacidade de uma sociedade, por meio do seu engajamento cívico, de estabelecer a confiança interpessoal e das redes de cooperação para alcançar resultados para o bem comum.

Coleman (1988) aborda, dessa forma, os aspectos individuais e da coletividade e, mesmo com essa abordagem mais completa que parte das famílias e das estruturas sociais das comunidades, examina as formas do capital social e das suas relações com outros tipos de capitais. No entanto, o trabalho do autor não avançou muito em relação às análises sobre desenvolvimento.

Putnam (1993) foca nas relações entre a democracia e a sociedade civil e, sob a inspiração de Tocqueville, busca compreender a importância de uma sociedade civil forte e

atuante para alcançar o bom funcionamento da democracia. A ideia central do autor é de que a “qualidade da vida pública e o desempenho das instituições sociais são fortemente influenciados por normas e redes de engajamento cívico” (PUTNAM, 1993, p. 121).

O autor realiza seu estudo durante 20 anos na Itália a fim de observar as discrepâncias de desenvolvimento entre os governos regionais do norte e do sul, utilizando o estoque de capital social como variável para explicar a melhor performance dos governos do norte. Ao explicar a origem desse estoque, o autor recorre aos aspectos históricos e culturais, em que o avanço da região norte dava-se em função da cultura cívica, do grande número de associações na região, bem como pelo próprio processo de descentralização pelo qual passava o país e a confiança entre as pessoas.

Putnam (1993, p. 67) conceituou capital social como “características de organização social, como redes, normas e confiança social que podem melhorar a eficiência da sociedade ao facilitar as ações coordenadas”. Essas ações coordenadas que são facilitadas pela presença de capital social referem-se à cooperação e à busca por benefícios mútuos.

O entendimento desse autor é de que o capital social melhora a vida da comunidade porque as redes de engajamento cívico promovem normas de reciprocidade generalizada e confiança social. As redes facilitam a coordenação e a comunicação que contribuem para a difusão das reputações, além de limitar as ações oportunistas nos processos de negociação. O funcionamento dessa comunidade está fundamentado em tradições de colaboração, resultando num difuso sentimento de pertencimento.

Tal abordagem considera apenas as associações horizontais sem a participação do governo. Para os pesquisadores citados, o capital social é decorrente da mobilização espontânea do indivíduo e a internalização das normas sociais que aumentam a confiança interpessoal são muito mais eficazes que a promoção e o incentivo à participação em ações coletivas. Por esse caráter quase fatalista da teoria, e por não considerar o papel dos governos, receberam inúmeras críticas.

Putnam (2000) considera que, em decorrência de mudanças ocorridas na sociedade americana nas últimas décadas, o estoque de capital social da sociedade americana estaria reduzindo. O autor argumenta que a participação em entidades religiosas, mesmo sendo a mais comum, diminuiu e as pessoas estão se tornando mais independentes das religiões, além de identificar forte queda na filiação sindical e na participação em associações renomadas, como os Escoteiros e a Cruz Vermelha.

A mais marcante observação do autor, entretanto, está no número de jogadores de boliche que, inclusive, deu nome ao livro. Seus estudos indicam que entre 1980 e 1993 o número

total de jogadores aumentou em 10% nos Estados Unidos, mas o número de jogadores em ligas organizadas despencou.

A partir dessas observações, o autor concluiu que o declínio do capital social se deu em função de que as mulheres conquistaram mais espaços na força de trabalho, restando a elas menos tempo para participar de organizações e de sua família; as pessoas, de forma geral, têm mais mobilidade e dependem menos da vizinhança ou da comunidade; houve um conjunto de transformações demográficas, como maior número de divórcios, menos casamentos, menos filhos e renda menor; e, por fim, as novas tecnologias possibilitaram o lazer individualizado.

Com todas essas constatações, fica evidenciada uma tendência rumo ao individualismo e ao distanciamento da vida em comunidade. Putnam (2000) afirma que uma sociedade de muitos indivíduos virtuosos, mas isolados não é necessariamente rico em capital social. Por fim, afirma que as comunidades com uma vida cívica mais viva são também aquelas com níveis mais altos de confiança interpessoal (PUTNAM, 2000).

2.1.2 Dimensões e composições em relação aos laços sociais

Nahapiet ; Ghoshal (1998) afirmam que o capital social influencia o capital intelectual, fundamentando sua conclusão a partir da definição de três dimensões do capital social: estrutural, relacional e cognitivo. Na classificação dessas autoras, a dimensão estrutural é dividida entre os aspectos micro, que se referem à força das relações, e os aspectos macro, que tratam das conexões e configurações da rede. A dimensão relacional trata do exame do conteúdo que os atores trocam e busca identificar qual é o papel que eles desempenham na rede. Seus objetos são a confiança, as normas, as obrigações e expectativas e a identificação social. A dimensão cognitiva, por sua vez, aborda os significados que são compartilhados e identifica as ideias comuns que direcionam decisões e comportamentos. Os seus objetos são os compartilhamentos dos códigos, da linguagem e das narrativas.

Em relação à composição do capital social, considerando os tipos de laços estabelecidos, há consenso na literatura sobre a existência de dois tipos: *Bonding and Bridging social capital*. (GROOTAERT *et al.*, 2003; KAWACHI, SUBRAMANIAN ; KIM, 2008; MYEONG ; SEO, 2016). O *bonding social capital* ou capital de aglutinação refere-se a recursos acessados dentro de grupos sociais por membros com características sociodemográficas semelhantes, como classe, raça, religião, etc. Nessa tipologia, as transações acontecem dentro de um mesmo grupo e os atores têm interesse comum. Em contraste, o *Bridging social capital*, ou capital social de transição, refere-se a recursos que são acessados por indivíduos ou grupos que diferem pela raça,

renda ou outros traços socioeconômicos (KAWACHI, SUBRAMANIAN ; KIM, 2008). Nessa tipologia, as relações são entre grupos ou redes sociais que se unem para alcançar objetivos comuns.

2.1.3 Mensuração

Aferir o capital social é um dos grandes desafios para pesquisadores das ciências sociais, seja pelo caráter multifacetado do conceito ou em função da grande fundamentação sociológica (DASGUPTA ; SERAGELDIN, 2000). As dificuldades referem-se ao objeto de mensuração e também à maneira com a qual ela é operacionalizada (AGAMPODI, AGAMPODI ; GLOZIER, 2015; DASGUPTA ; SERAGELDIN, 2000).

Agampodi, Agampodi e Glozier (2015) afirmam que as visões teóricas mostram que se deve medir as relações estruturalmente observáveis; aspectos cognitivos que afetam essas relações; acesso aos recursos, bem como a qualidade ou profundidade de todas essas noções. Embora numerosas abordagens tenham sido utilizadas, não existe uma ferramenta universalmente aplicável para medir o capital social.

As controvérsias sobre o caráter multifacetado do conceito residem basicamente em relação ao nível no qual se concretizam os benefícios decorrentes do capital social. Bourdieu (1986) enxerga o capital social como uma característica da pessoa que deve ser mensurado em nível individual. Por outro lado, Putnam (1993) aponta que o capital social pertence a uma comunidade. Em razão dessa divergência, a revisão da literatura aponta que as pesquisas têm sido realizadas em três níveis: individual/micro, meso e macro (AGAMPODI, AGAMPODI ; GLOZIER, 2015; ÁLVAREZ ; ROMANÍ, 2017).

As análises em nível individual dizem respeito aos aspectos atitudinais e efeitos psicológicos. Os mecanismos avaliam as percepções individuais (confiabilidade, reciprocidade e compartilhamento das normas) e os comportamentos (participação cívica e interação social) (ÁLVAREZ ; ROMANÍ, 2017).

Nas análises realizadas em nível meso, o objeto são as comunidades ou vizinhanças. Álvarez ; Romaní (2017) apresentam como instrumentos de referência para a mensuração de comunidades o World Bank's Social Capital Assessment Tool (SOCAT) e adaptado ao Social Capital Assessment Tool (ASCAT). Os autores afirmam que esses questionários abordam questões como tipos de membros dos grupos, normas sociais, engajamento cívico, apoio social e capital social cognitivo (confiança, senso de pertencimento, reciprocidade e justiça) (ÁLVAREZ ; ROMANÍ, 2017).

Por fim, a maioria das pesquisas têm sido realizadas em nível macro e correspondem às realizadas em países e abrangem a mensuração da confiança interpessoal (social), do engajamento cívico, reciprocidade, controle informal e suporte social. A operacionalização desse nível de pesquisa é realizada a partir da coleta de dados individuais que são agregados e, então, formam a visão do coletivo.

Chung, Choi e Lee (2014) afirmam que as análises comparativas sobre o capital social foram realizadas principalmente por organizações como a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial. Além disso, o Banco Mundial desenvolveu o “Questionário Integrado para a Medição do Capital Social (SC-IQ)” e dividiu o capital social em seis subcategorias: grupos e redes, confiança e solidariedade, ação e cooperação coletivas, informação e comunicação, coesão e inclusão social, empoderamento e ação política.

Putnam (1993) analisou o capital social a partir de cinco grupos: vida organizacional da comunidade, engajamento nos negócios públicos, voluntariado, sociabilidade e confiança social. Nessa pesquisa, os grupos foram analisados em 14 itens e, posteriormente, foram replicados inúmeras vezes e, na maioria das pesquisas, os achados de Putnam foram confirmados (SARRACINO ; MIKUCKA, 2017).

Essa proposta de pesquisa foi realizada em nível macro na medida em que propõe realizar o estudo no contexto dos países latinos e guarda conformidade com a abordagem e as definições de Putnam (1993).

2.2 CONFIANÇA EM GOVERNOS

2.2.1 Conceitos

Os níveis de confiança dos cidadãos em governos dos países da Europa, da Ásia, da América Latina e dos Estados Unidos têm sofrido forte declínio nos últimos 40 anos e isso tem dificultado, nas relações estado-sociedade, a compreensão dos cidadãos acerca da implementação das políticas públicas, da execução de reformas e a prestação de serviços públicos (KIM, 2010; ZHAO; HU, 2015).

A literatura não apresenta um consenso acerca do conceito de confiança, que varia conforme a abordagem dos diferentes campos do conhecimento. A Sociologia considera que a confiança ocorre numa estrutura de interação influenciada tanto pelo sistema social quanto pela personalidade, e não pode ser exclusivamente associada a alguns deles (LUHMANN, 1979).

Esse autor entende a confiança como decorrente das relações interpessoais e dos vínculos emocionais entre os indivíduos. Rousseau *et al.* (1998) afirmam que a confiança é um estado psicológico que compreende a intenção de aceitar uma vulnerabilidade baseada em expectativas positivas das intenções ou comportamentos de outro. Na economia, a confiança é compreendida como uma aceitação, por parte do tomador, de certo nível de vulnerabilidade, a partir de um cálculo relativo de manter ou romper uma relação fundamentada nas escolhas racionais, como expõe Williamson (1983). O autor utiliza esse conceito como forma de reduzir o comportamento oportunista e o grau de incertezas das relações contratuais.

Contudo, nos estudos organizacionais, o conceito que parece mais convergente é o de Mayer, Davis ; Schoorman (1995), para quem a confiança é a disposição de uma parte se tornar vulnerável às ações de outra parte, tendo como base a expectativa de que o outro fará algo que seja importante para aquele que depositou a confiança, independentemente da sua capacidade de monitorar ou controlar aquela outra parte.

Esse conceito se alinha perfeitamente com o conceito de confiança no governo. Thomas (1998) afirma que a confiança no governo pode ser avaliada como uma extensão na qual o cidadão tem confiança nas instituições governamentais para operar o melhor interesse da sociedade. Hetherington (1999) definiu a confiança pública como uma orientação básica de avaliação para o governo, baseada em quão bem o governo está operando em relação às expectativas das pessoas. Kim (2005) afirma que a confiança existe na medida em que os cidadãos estão dispostos a seguir as decisões do governo mesmo sem informações suficientes sob a suposição de que essas decisões são legítimas e protegem os seus interesses.

2.2.2 Tipologias

A partir dos conceitos apresentados é possível identificar algumas tipologias de confiança. Luhmann (1979) agrupa a confiança em dois tipos: confiança pessoal e confiança baseada no funcionamento do sistema. A primeira é decorrente dos laços familiares e a segunda é decorrente do pertencimento a grupos específicos, como categorias profissionais, por exemplo.

Rousseau *et al.* (1998) classificaram a confiança em: confiança baseada em dissuasão, confiança calculativa e confiança relacional. A confiança baseada na dissuasão é aquela na qual estão presentes na relação possibilidades de sanções de acordo com o comportamento adotado pelo ator. A confiança calculativa é aquela na qual o ator, diante de uma transação, faz um balanço da relação custo/benefício pela assunção de vulnerabilidades à ação do outro. Por

último, a confiança relacional é aquela decorrente da repetição de trocas pelos mesmos agentes ao longo do tempo, em que o balanço se dá entre os ganhos obtidos da cooperação de longo prazo e o oportunismo de uma transação pontual ou de prazo menor. Ela é derivada do histórico das trocas de experiências já vividas e pelos laços estabelecidos entre os atores.

Zucker (1986) aponta três tipos de confiança: a confiança baseada em processos, decorrente de uma experiência anterior e que pode ser transferida a terceiros; a confiança baseada em características, na qual são consideradas as características pessoais como idade, sexo, família, região ou comunidade de que participa, e independe de experiências ou trocas anteriores; e confiança baseada em instituições, em que há uma relação estabelecida em rede e a confiança depende do pertencimento a essa rede.

Williamson (1996) separa a confiança em três tipos: confiança calculada, confiança pessoal e confiança nas instituições. A confiança calculada é aquela na qual as interações são realizadas no ambiente de troca e surge quando há a percepção entre os parceiros de que a ação do outro gera benefícios. A confiança pessoal ou relacional é decorrente das interações e dos laços criados ao longo do tempo. A confiança nas instituições permite formular as duas confianças citadas anteriormente, pois a confiança de alguém em quem a reputação importa facilitam os relacionamentos.

Rosenberg ; Hovland (1960) classificaram a confiança, podendo ser do tipo cognitiva, que diz respeito às capacidades e conhecimentos; afetiva ou emocional, que engloba os sentimentos e as preferências; e comportamental, que se refere às intenções e aos comportamentos.

A partir desses conceitos e tipologias, podemos identificar que a confiança é reconhecida como multidimensional e é vista como a percepção sobre a confiabilidade que tem os outros agentes (ROUSSEAU *et al.* 1998; GRIMMELIKHUIJSEN ; MEIJER, 2012).

2.2.3 Dimensões e Níveis de Percepção dos Cidadãos sobre a Confiança no Governo

A fim de identificar os níveis de confiabilidade de outros agentes, Grimmelikhuijsen (2012) divide-a em três dimensões: competência, benevolência e honestidade/integridade. Mayer, Davis ; Schoorman (1995) afirmam que a competência refere-se à percepção dos cidadãos de que seu governo possui os recursos e as habilidades necessárias para cumprir suas obrigações para com a sociedade. A benevolência, a segunda dimensão, refere-se à percepção dos cidadãos de que seu governo age com os melhores interesses do público em mente. A honestidade/integridade, terceira dimensão, fala na percepção dos cidadãos de que seu governo

é sincero em suas relações com o público e faz um esforço para honrar suas obrigações. Dessa forma, para obter níveis mais elevados de confiança é necessário que os governos obtenham avaliações positivas nessas três dimensões da confiabilidade.

As percepções sobre a confiabilidade dos governos a partir dessas dimensões devem ser analisadas em três níveis: micro, meso e macro (GRIMMELIKHUIJSEN ; KNIES, 2015). As percepções de desempenho no nível micro do governo são específicas do serviço. Esses autores apresentam como exemplo a percepção dos cidadãos sobre o desempenho de determinada rota de ônibus. As percepções dos cidadãos no nível meso são decorrentes da percepção dos cidadãos acerca de determinadas instituições públicas, uma autarquia ou uma Agência Reguladora, por exemplo. Por fim, as percepções em nível macro são de natureza mais difusa, pois se formam a partir das percepções sobre diferentes indivíduos e instituições de governo de forma conjunta.

De forma semelhante, Bouckaert (2012) também defende que as dimensões da confiança sejam avaliadas em três níveis, com alguma diferença marginal no conceito do nível meso. O pesquisador argumenta que a confiança no governo pode ser analisada em três níveis. No nível macro, a confiança está relacionada às instituições políticas e ao funcionamento da democracia. No nível meso, a confiança relaciona-se à formulação de políticas – a capacidade dos governos para gerir questões econômicas e sociais e gerar expectativas positivas para o bem-estar futuro. Finalmente, no micro nível, a confiança refere-se ao impacto do governo na vida diária das pessoas por meio da prestação de serviços. Embora distintos, esses três níveis interagem e um atraso significativo na confiança em um nível pode afetar a confiança em outros níveis e influenciar os resultados das políticas. Portanto, os esforços para fortalecer a confiança precisam reforçar as sinergias em cada uma dessas diferentes esferas.

Neste projeto de pesquisa, as análises serão realizadas considerando as três dimensões da confiabilidade e serão realizadas no nível macro, representando as percepções dos cidadãos, e no nível micro acerca da confiança no governo, da satisfação com os serviços públicos, governo e da situação econômica em países da América Latina.

2.2.4 Processos de Confiança

Segundo a OECD (2013), a confiança pode ser mais bem compreendida quando se divide o conceito em um conjunto de componentes de processos inter-relacionados que englobam o que os cidadãos esperam do governo. A OCDE propôs os seguintes componentes:

- a) **confiabilidade:** a capacidade dos governos para minimizar a incerteza no ambiente econômico, social e político de seus cidadãos, e agir de forma consistente e previsível;
- b) **capacidade de resposta:** a prestação de serviços públicos acessíveis, eficientes e orientados para o cidadão que atendam eficazmente às necessidades e expectativas do público;
- c) **abertura e inclusão:** uma abordagem sistêmica e abrangente para institucionalizar uma comunicação bidirecional com as partes interessadas, mediante a qual é fornecida informação relevante e utilizável, e a interação é promovida como um meio de melhorar a transparência, a responsabilização e o envolvimento;
- d) **integridade:** o alinhamento das instituições governamentais e públicas com princípios mais amplos e padrões de conduta que contribuem para salvaguardar o interesse público e prevenir a corrupção;
- e) **equidade:** em termos processuais, o tratamento consistente dos cidadãos (e das empresas) nos processos de formulação e implementação de políticas.

Visão semelhante acerca desses processos é compartilhada por Gregg ; Ryzin (2011), que afirmam, inclusive, que os processos são mais importantes para a definição do nível de confiança do que os resultados da confiança propriamente dito.

2.2.5 Mensuração

Após revisão da literatura, Zhao ; Hu (2015) apresentam um resumo sobre a mensuração da confiança nos governos e as variáveis utilizadas em pesquisas recentes. Dos estudos apresentados, as variáveis aferidas são a confiança pública nos governos, a satisfação dos cidadãos com a qualidade dos serviços públicos prestados, a satisfação com a democracia, em nível local e nacional. Em relação à associação entre as percepções da situação econômica e confiança, as variáveis são apresentadas por Knack e Keefer (1997), Bjørnskov (2012), Torcal (2014) e Wroe (2016).

A fim de aferir a qualidade dos serviços públicos, Zhao e Hu (2015) utilizaram a seguinte questão: em termos gerais, qual a pontuação que você pode dar para avaliar a qualidade dos serviços públicos, incluindo a educação pública, hospitais públicos, preço da habitação estável, segurança social, proteção ambiental, segurança pública, infraestrutura urbana, instalações recreativas e esportivas e transporte público em sua cidade.

A OECD (2013) apresenta uma listagem das pesquisas internacionais que mensuram confiança ao redor do mundo. As principais pesquisas são a World Gallup Poll, que avalia a confiança nos governos nacionais dos 34 países-membros da OCDE desde 2005 numa escala de nível 2: sim ou não, numa periodicidade anual; World Values Survey, que avalia a confiança no governo em ondas de quatro anos, desde 1989, numa escala de nível 4; Eurobarometer, que avalia a confiança nos governos a cada dois anos, desde 2003, numa escala de 2; Edelman Trust Barometer, que avalia a confiança no governo, anualmente, desde 2001, numa escala de nove pontos; e Latinobarômetro, que também avalia a confiança no governo desde 1995, anualmente, numa escala de 4.

A partir da revisão da literatura, é possível indicar que outras duas pesquisas internacionais compõem esse importante grupo de pesquisadores. Uma delas é a General Social Survey, que realiza pesquisas comportamentais sobre a sociedade americana, em que parte significativa dos seus trabalhos é utilizada para realizar pesquisas em confiança. A instituição funciona desde 1972, mas somente em 1984 iniciou a pesquisa em nível macro com outros países; sua periodicidade é anual e sua escala observa padrões de acordo com o tema abordado. A outra pesquisa é feita pelo European Social Survey, que realiza, desde 2002, pesquisas sociais na Europa, mas aborda, em suas pesquisas, a confiança nos governos dos países da região; essas pesquisas acontecem a cada dois anos. As perguntas dos questionários que utilizadas no âmbito dessa pesquisa estão dispostas no Barômetro das Américas e estão em conformidade com a prática dos pesquisadores internacionais e desses institutos.

2.3 RELAÇÕES ENTRE O CAPITAL SOCIAL E A SATISFAÇÃO COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

O capital social é o conjunto de características de “organização da sociedade, como engajamento cívico, normas de reciprocidade e confiança interpessoal, que facilitam a cooperação em benefício mútuo” (KAWACHI *et al.*, 1997, p. 1491). Putnam (1993) conceituou capital social a partir destes três componentes que se reforçam mutuamente: confiança, normas de reciprocidade e redes de engajamento cívico, como um construto latente que não é aferido diretamente, mas resulta de um conjunto de individualidades agregadas. Esse autor considera a performance de governo como ativismo e inovação na provisão de serviços e na eficiência das operações internas da organização governamental. Para o autor, esta se divide em duas dimensões: o ativismo, que se refere à extensão na qual se dá a alocação de recursos para a

provisão de bens e serviços públicos, e eficiência administrativa, que trata da capacidade interna dos governos para conduzir, de forma eficiente, suas ações.

O argumento mais comum na literatura que associa o capital social à prestação dos serviços públicos é que a confiança e as normas de reciprocidade entre os indivíduos facilitam a colaboração em atividades coletivas, o que contribui para que os cidadãos possam expressar preferências e exercer influência sobre o governo por meio do engajamento cívico (PUTNAM, 1993; KNACK, 2002). Tavits (2006) afirma que, geralmente, há duas explicações para que o capital social influencie a performance de governo na prestação de serviços públicos. Na primeira explicação, a partir dos conceitos de Putnam, a autora considera que o capital social aumenta a percepção de cidadania e que isso ajuda a superar o problema de ação coletiva dentro de uma comunidade. Esse tipo de ação, por sua vez, facilita a articulação das demandas dos cidadãos e permite que eles realizem o adequado monitoramento e assegurem que as políticas públicas implementadas estejam de acordo com suas demandas. Em sua segunda explicação, ela afirma que o capital social influencia o nível de desempenho do governo por meio de seus efeitos sobre o comportamento das elites burocráticas. A autora afirma que quando o nível de capital social é compartilhado pela comunidade e suas elites, ele promove a cooperação efetiva entre os burocratas governamentais, alcançando, assim, melhores resultados.

Andrews (2011) examinou as relações entre o capital social e a prestação dos serviços públicos considerando a evolução dos trabalhos de Putnam expressos no livro *Bowling alone: the collapse and revival of american community*. Nessa pesquisa, o autor identificou como dimensões do capital social a vida organizacional da comunidade, envolvimento em assuntos públicos, voluntariado comunitário, sociabilidade informal e confiança social.

Em relação aos serviços, Andrews (2011) considerou que existem elementos-chave tangíveis que todos os interessados provavelmente valorizarão, ainda que em graus variados, como a velocidade com que os serviços são entregues, até que ponto eles atendem às necessidades dos usuários do serviço e a capacidade das organizações públicas de fazer isso com uma relação custo/benefício satisfatória. O autor concluiu que cada uma dessas dimensões do capital social, exceto a sociabilidade informal, tem uma relação positiva com a performance do governo na provisão dos serviços.

Pierce, Lovrich ; Moon Jr. (2002) examinaram a hipótese de que níveis maiores de capital social têm impacto sobre a qualidade dos serviços do governo em nível local. A performance de governo foi avaliada considerando cinco áreas de atividades, a saber: gestão financeira, gestão de recursos humanos, de tecnologia da informação, gerenciamento de capital e gerenciamento de resultados. O capital social foi examinado utilizando *proxies*, como níveis

agregados de confiança entre os cidadãos, o número de organizações locais *per capita*, o número de organizações/associações locais *per capita* e o nível de participação em capítulos de editores de jornais locais. Os autores utilizaram três outros conjuntos de variáveis controladoras potencialmente significativas: a natureza da cultura política da cidade, a composição demográfica da cidadania e a qualidade de vida geral na cidade. Mesmo com as variáveis de controle, os achados dos autores apontam o capital social como forte preditor da satisfação dos usuários com os serviços prestados pelo governo.

Coffe ; Geys (2005) destacam que o capital social tem importante influência sobre a performance social, econômica e política das sociedades, mas que os testes empíricos que vêm sendo realizados negligenciam o nível de governo nos exames. Em nível nacional, os autores destacam os argumentos utilizados em pesquisas anteriores para explicar a relação entre os dois construtos. Eles partem do pressuposto de que os políticos desejam agradar os eleitores a fim de aumentar suas possibilidades de serem eleitos novamente. Os eleitos, por sua vez, reconhecem e punem a performance insatisfatória da provisão de serviços.

Os autores argumentam, também, que a participação em associações comunitárias aumenta a consciência política, proporcionando a oportunidade de discutir assuntos políticos, o que ampliará as capacidades de monitoramento das ações de seus representantes. Além disso, em decorrência desse conjunto de interações, haverá aumento dos níveis de confiança interpessoal nas sociedades, fazendo com que os eleitores possam superar com facilidade o problema da ação coletiva (KNACK, 2002).

Tanto a ampliação da consciência política quanto a superação do problema da ação coletiva implicam que os cidadãos se tornem mais ativos e eficazes na exigência do bom governo. Outro argumento apresentado pelos autores é que a influência do capital social sobre a performance na provisão dos serviços se dá em função de que, havendo o primeiro na sociedade, os hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público entre pessoas são facilitados (PUTNAM, 1993). Isso gera um compromisso entre os indivíduos para fazer a sua sociedade funcionar e aumenta a disposição para assumir os compromissos necessários à coletividade. Os autores concluem que há forte associação entre o capital social e a performance de governo na provisão dos serviços.

Doh (2014) analisou as relações entre o capital social, a qualidade do governo e o desenvolvimento econômico. Seus principais achados sugerem que o capital social está positivamente relacionado com a qualidade do governo. A interação entre o capital social e o desenvolvimento econômico é positiva e um fator estatisticamente significativo nos modelos que utilizam a eficácia do governo, o estado de direito, o profissionalismo e o índice de

qualidade governamental, sugerindo que o aumento do capital social e a situação econômica está relacionado ao aumento da eficácia do governo Estado de direito, profissionalismo na Administração Pública e índice de qualidade governamental.

Brewer ; Andrews (2014) examinaram a relação do capital social com os serviços públicos de educação nos distritos do Texas. A escola tem corpo docente pago pelo governo local e foi considerado pelos autores como serviço público, levando-os a concluir, a partir das análises estatísticas, que o capital social é positivamente associado à satisfação com esse serviço.

Tantardini, Guo ; Ganapati (2017) examinaram o papel do capital social na performance das finanças públicas nos Estados Unidos. Os autores utilizaram dados de painel do estado da Flórida ao longo de um período de sete anos e seus achados confirmam que a hipótese de que o capital social da comunidade é positiva e significativamente associado à performance nas finanças públicas. Sendo assim, surge a primeira hipótese de pesquisa:

Hipótese 1: O capital social está positivamente associado à satisfação dos cidadãos com a prestação dos serviços públicos.

2.4 RELAÇÕES DO CAPITAL SOCIAL E ECONOMIA

Estudos prévios têm afirmado que o capital social é um importante e robusto determinante da situação econômica de nações (BJØRNSKOV, 2006; DINCER ; USLANER, 2010). A literatura internacional aponta que os países com alta confiança social ou interpessoal alcançam taxas de crescimento maiores devido a menores custos de transação.

Neira, Vazquez ; Portela (2009) examinam a relação entre o capital humano, o capital social e o crescimento econômico em 14 países desenvolvidos na Europa. Os autores buscam compreender quais os papéis desempenhados pelo capital social no desenvolvimento econômico desses países e fundamentam suas hipóteses de associação positiva entre os construtos a partir da redução dos custos de transação e a facilitação do fluxo de informação. Seus achados demonstram que há relacionamento positivo entre o capital social e a situação econômica dos países. Adicionalmente, os exames realizados pelos autores afirmam que há interação entre o capital social e o capital humano e que ambos têm efeitos positivos sobre o desenvolvimento das nações.

Doh ; McNeely (2012) examinaram o capital social em relação ao seu impacto no desenvolvimento econômico em nível nacional. Eles utilizaram índice de capital social baseado

em medidas de confiança, atividades associativas e normas cívicas. Os autores consideram que a confiança é fundamental para melhorar o intercâmbio e a comunicação social e tem sido estendida à ideia de que a confiança entre atores – indivíduos ou organizações – pode levar à maior eficiência e produtividade, reduzindo a necessidade de monitorar o tempo e os custos associados.

Para eles, a confiança generalizada e a confiança institucional, em conjunto, promovem a cooperação e o compartilhamento de recursos, como informações, habilidades e conhecimentos, assim como reduz a necessidade de intervenção para prevenir a desonestidade. Níveis elevados de confiança podem, desse modo, traduzir-se diretamente em altos níveis de desenvolvimento econômico. Em relação a atividades associativas, a participação em associações e outras organizações de voluntários, Knack e Keefer (1997), Dakhli; De Clercq (2004) e Putnam (1993) afirmam que as redes sociais fechadas e os laços coesos facilitam a confiança, a cooperação e a interação entre os membros (COLEMAN, 1990).

As áreas com relações sociais baseadas em confiança, valores compartilhados, apoio mútuo e solidariedade tendem a ter maior participação em organizações sociais e, portanto, em níveis mais altos de capital social (PUTNAM, 1993).

Por fim, são as normas cívicas que se traduzem a tendência geral dos atores de determinada sociedade de cooperar e atuar para o bem público (KNACK; KEEFER, 1997; DAKHLI; DE CLERCQ, 2004). As normas cívicas podem influenciar positivamente a cooperação e o intercâmbio de ideias e conhecimentos entre membros com diferentes origens e especialidades em organizações (KNACK; KEEFER, 1997), de modo que, quanto maior o nível de comportamento cívico, maior a tendência de compartilhar informações e conhecimentos úteis, que, como discutido anteriormente, podem promover a inovação e, assim, a melhoria da situação econômica dos países.

Em outras palavras, as normas civis podem se traduzir indiretamente no desenvolvimento econômico. Após a realização dos exames explicativos com os índices de 47 países, esses autores concluíram que todos os componentes de capital social são positivos e significativos em nível de 90%, sugerindo que níveis mais altos de capital social estão positivamente relacionados a níveis mais altos de desenvolvimento econômico.

Kashefi (2015) explora e explica o papel de um estado democrático no desenvolvimento nacional por meio do capital social e/ou da confiança. Mais especificamente, o estudo propõe e sustenta que os Estados democráticos, adaptando e aplicando os princípios da democracia, como a adesão e o ativismo em associações voluntárias, separações de poderes e transparência, investem no capital social e, desse modo, promovem o desenvolvimento nacional. O autor

formula, então, a hipótese de que o maior nível de capital social e confiança em uma nação aumenta, significativamente, os indicadores sociais, políticos e econômicos do desenvolvimento nacional. Essa hipótese também foi testada separadamente para cada dimensão do capital social/confiança, como “grau de ativismo nas associações voluntárias”, “confiabilidade”, “confiança nas instituições do estado”, “confiança em outros generalizados”. Para aferir o desenvolvimento, o autor utilizou “PIB *per capita*. Essa pesquisa conclui que os coeficientes fundamentam a hipótese de que um nível mais alto de capital social/confiança em uma nação aumenta significativamente os indicadores sociais, políticos e econômicos do desenvolvimento nacional.

Ahmad e Hall (2017) realizaram estudo com o objetivo de testar se a variável de confiança generalizada é a melhor *proxy* para o capital social ao explicar o efeito desta sobre a situação econômica. Os autores também testaram se o efeito de crescimento do capital social é direto ou indireto e, se for indireto, os direitos de propriedade podem ser o vínculo entre capital social e crescimento. O quadro teórico de partida dos autores considera que o capital social ou confiança generalizada, em geral, contribui para o aumento do número de negócios mutuamente benéficos, reduzindo a necessidade de monitoramento e os custos de transação, resolvendo problemas de ação coletiva e melhorando os fluxos de informação que eventualmente estimularão atividades econômicas e melhorarão desempenho econômico (KNACK; KEEFER, 1997; WHITELEY, 2000; ROTH, 2009). Os resultados encontrados são capazes de mostrar que o capital social é um determinante da melhoria da situação econômica e está afetando o crescimento por meio do canal de direitos de propriedade.

Aguilera (2016) estudou a importância do capital social para o crescimento econômico em 11 países das América do Sul e do Norte utilizando dados secundários por meio de estudo econométrico em painel no período compreendido entre 1994 e 2014. A mensuração do capital social foi realizada pelas *proxis* “confiança interpessoal” e “participação em grupos/associações”; a mensuração do crescimento econômico, por sua vez, foi realizada pelo “produto interno bruto/*per capita*”. A pesquisa considerou, ainda, o “fator total de produtividade” e o “índice de capital humano”. Os resultados encontraram relação positiva na variável “confiança” em relação ao efeito que o capital social tem sobre o crescimento econômico. No entanto, um relacionamento negativo também foi encontrado quando a “participação em grupos/associações” foi utilizada.

Forte, Palomino e Ausina (2015) analisaram o papel de diferentes elementos do capital social no crescimento econômico para uma amostra de 85 regiões europeias durante o período 1995-2008. Os autores examinaram três indicadores de capital social, como já sabido: a

confiança social, as atividades associativas e as normas cívicas. Teoricamente, os autores se baseiam na redução dos custos de transação oriundos do capital social. Para eles, as transações econômicas em economias com menor estoque de capital social se caracterizam por regulamentos fortes e aquisições burocráticas que impõem custos e reduzem sua eficiência (WHITELEY, 2000).

Nesse sentido, o capital social pode substituir os contratos legais nas economias mais pobres, bem como facilitar transações complexas nos mais ricos (FUKUYAMA, 1995). Em sentido amplo, portanto, melhora a eficiência, o que, por sua vez, afeta positivamente a produção econômica agregada (PUTNAM, 1993). Isso pode ocorrer como resultado de um aumento nos fluxos de informação, grupos, flexibilidade e ações coordenadas (DURLAUF; FAFCHAMPS, 2005), bem como a redução das informações assimétricas entre agentes em negociações (DEARMON; GRIER, 2009).

Os efeitos mencionados também levam a aumento nos níveis de produtividade, como sugerido por Dettori *et al.* (2012) para uma amostra de regiões europeias. O resultado desse estudo está absolutamente alinhado com as pesquisas internacionais entre países e afirma que há elementos robustos da forte relação entre o capital social e o crescimento econômico. Entre outros resultados relevantes, os autores constataram que, em geral, níveis mais altos de confiança interpessoal e um associativismo ativo podem conduzir a um crescimento econômico mais intenso. No entanto, a qualidade das normas sociais não é mais um preditor de crescimento relevante, de acordo com os resultados, embora algumas contribuições anteriores tenham considerado esse indicador.

Palomino (2016) analisa o papel de dois indicadores de capital social sobre o crescimento de 237 regiões europeias no período de 1995-2007. A teoria utilizada por ele sugere que o capital social estimula o crescimento econômico por meio de uma variedade de canais, dentre os quais o autor cita: Putnam (1993), para quem o capital social facilita a coordenação e a cooperação em benefício mútuo e ajuda na resolução de problemas de ação coletiva; Knack ; Keefer (1997), para quem o capital social reduz os custos de monitoramento e Dearmon ; Grier (2009), que afirma que o construto facilita acordos complexos ao mitigar as assimetrias de informações. Para eles, esses podem ser considerados como efeitos diretos do capital social que reduzem os custos de transação (BJØRNSKOV, 2012). O autor aponta ainda que, além dos efeitos diretos, existem dois mecanismos principais por meio dos quais os efeitos do capital social na melhoria da situação econômica são canalizados: educação e a qualidade das instituições legais e burocráticas. No que se refere à educação, o autor sugeriu que estudantes dotados de mais capital social apresentavam menor risco de abandono.

Da mesma forma, Bjørnskov (2009) afirma que a confiança também pode afetar a demanda por educação superior, uma vez que os funcionários de alta confiança são melhores em cooperar e exigem menos monitoramento, e, portanto, as empresas preferirem contratar uma força de trabalho mais educada. No que se refere aos vínculos entre capital social e qualidade institucional, o autor argumenta que, nas sociedades de alta confiança, os políticos e os funcionários do governo provavelmente serão mais confiáveis e menos propensos a tirar proveito de seus cargos para benefício pessoal. De forma geral, a teoria afirma que tanto para o desenvolvimento econômico como para crescimento do produto interno bruto dos países, o capital social está relacionado com a economia.

Wroe (2016), por sua vez, acrescenta que em nível macro as aferições da situação econômica são realizadas a partir dos índices de crescimento do PIB, desemprego, inflação, etc., mas que as percepções individuais consideram as condições da economia nacional e também a condição econômica pessoal. Torcal (2014) também aferiu a situação econômica a partir das avaliações sociotrópicas e egotrópicas. As sociotrópicas refletem a percepção do indivíduo acerca da economia do país, num olhar retrospectivo sobre desempenho. Já as avaliações egotrópicas refletem a percepção do indivíduo sobre sua própria situação financeira projetada para o futuro.

Nesse sentido, verifica-se que a teoria afere a situação econômica de duas formas, uma a partir dos indicadores macroeconômicas e outra a partir das percepções dos indivíduos sobre a situação econômica do país e sobre sua própria situação. A teoria dominante afirma que as percepções do indivíduo, sejam elas da situação econômica do país ou de sua própria situação, em geral, tendem a refletir a mesma da realidade de dos resultados aferidos por crescimento e desenvolvimento econômico (WROE, 2016).

Sendo assim, considerando que o capital social reduz o custo de transação, resolve o problema da ação coletiva, reduz a assimetria da informação, aprimora a qualidade das instituições, e que a percepção da situação econômica tende a refletir a realidade de crescimento e desenvolvimento econômico, propõe-se a seguinte hipótese:

Hipótese 2: O capital social está positivamente associado à percepção da economia pelos cidadãos.

2.5. RELAÇÕES DO CAPITAL SOCIAL E A CONFIANÇA NO GOVERNO

Putnam (1993) afirma que quando as pessoas estão envolvidas em suas comunidades e confiam umas nas outras, o capital social resultante dessa confiança interpessoal promove a confiança no governo. A literatura apresenta que as evidências das interconexões da confiança social generalizada, do engajamento cívico e da confiança política em nível individual apontam para resultados mistos (KAASE, 1999; NEWTON, 2006; ZMERLI; NEWTON, 2008), ao passo que em nível agregado, a confiança generalizada e a confiança política geralmente estão fortemente associadas (FREITAG; BÜHLMANN, 2009; NEWTON; NORRIS, 2000).

Brehm ; Rahn (1997) examinaram a relação do capital social com a confiança em governo e a satisfação com a vida. Os autores examinaram os dados da General Social Surveys entre 1972 e 1994 em uma estrutura de variáveis latentes incorporando dados contextuais agregados. Seus achados apontam que existe forte correlação entre o engajamento cívico e a confiança interpessoal, que são os componentes do capital social, e, entre esses, a confiança nos governos de países. Os autores concluem, ainda, que o efeito da confiança interpessoal na confiança é positivo.

Keele (2007) examinou o capital social e as dinâmicas da confiança no governo americano no período entre 1950 e 1970. Esse autor construiu a dinâmica a partir das contribuições da performance do governo na provisão de serviços públicos e do capital social para os níveis de confiança no governo. O autor considera que, em razão de o indivíduo estar envolvido em atividades cívicas, muitas das quais envolvem a relação com o governo ou grupos que estão tentando influenciar o governo, existe alguma chance de provocar mudanças sociais ou controle por meio do processo político estabelecido. Seus achados confirmam a hipótese de que tanto a provisão dos serviços quanto o capital social têm forte correlação com os níveis de confiança no governo. Em relação à variação dos efeitos dessas variáveis no tempo, o autor conclui que a confiança é uma avaliação dos políticos e da sua gestão da economia e responde imediatamente a todas as mudanças no desempenho do governo.

Mas a confiança também reflete nas lições aprendidas na atividade cívica e nos sentimentos de misantropia pessoal, pois enquanto as mudanças no capital social não registraram um efeito na confiança imediatamente, o efeito sobre a confiança é substancialmente importante.

Zmerli & Newton (2008) examinaram as associações entre a confiança social generalizada, a confiança nas instituições políticas e a satisfação com a democracia, como tem feito a maioria da literatura. Contudo, sua pesquisa considera os indivíduos como unidade de

análise, não países inteiros. Em vez de reunir dados individuais para os 24 países do estudo, analisa os resultados por país, a fim de verificar se existem padrões transnacionais comuns. Seus achados no nível individual contrariam um dos pilares do capital social, de que os indivíduos que gozam de confiança interpessoal tendem a confiar em instituições políticas ou de governo. O trabalho, no entanto, apresenta correlações robustas e estatisticamente significativas entre a confiança social generalizada, por um lado, e a confiança nas instituições políticas e a satisfação com a democracia, por outro, quando examinados de forma agregada. A associação entre as duas variáveis é positiva e significativa em 23 países europeus e nos Estados Unidos.

Mendoza-Botelho (2013) examinou os efeitos do capital social, enquanto confiança interpessoal, sobre a confiança nas instituições a partir do processo de descentralização na Bolívia. O autor considera, assim como Putnam (1993), que os níveis de confiança interpessoal e participação social podem ser altamente correlacionados, pois os indivíduos que apresentam níveis mais altos de confiança interpessoal estão mais dispostos a criar associações e/ou colaborar com outros (incluindo instituições públicas), fortalecendo, assim, o capital social. Para ele, ao mesmo tempo, níveis mais altos de interação social e organização fortalecem a confiança interpessoal, produzindo um círculo virtuoso entre participação cívica e confiança interpessoal.

Mendoza-Botelho (2013) afirma, ainda, que o capital social promove a ação coletiva e reduz os custos de transação na relação estado-cidadão e, por essa razão, permite que as instituições de governo tenham, por meio de políticas públicas, maior habilidade ou capacidade para modificar as instituições e as estruturas sociais. Seus achados apontam evidências que corroboram a noção de que a interação social básica e as configurações institucionais mais complexas estão fortemente relacionadas, como a confiança que os indivíduos colocam em seus governos e instituições.

Jennifer & Jennifer (2016) efetuaram pesquisa que considera as raízes da confiança pública nos governos locais na Europa Ocidental. A partir dos dados do Eurobarômetro de 2006, as autoras investigaram as razões pelas quais as pessoas confiam no governo local e o grau em que as pessoas o avaliam de maneira diferente do governo nacional. Elas investigaram as raízes políticas e sociais da confiança em cada nível de governo, considerando como a participação nas organizações da sociedade, a vida comunitária, o desempenho político e o *design* do governo se conectam a níveis de confiança. As autoras afirmam que os níveis de confiança dependem do caráter das instituições políticas de um país e das oportunidades de representação e participação que essas instituições oferecem aos cidadãos. Seus achados apontam que, nos

estados federais e na maioria dos sistemas majoritários, as pessoas confiam em seus governos locais. Entretanto, quando o poder do governo é centralizado, as pessoas relatam alta confiança no governo nacional. As autoras encontraram ainda que a confiança nos governos locais está associada ao desempenho político local e ao engajamento cívico.

Myeong & Seo (2016) discutiram os relacionamentos entre o nível de confiança no governo e o capital social, incluindo exames acerca dos efeitos sobre a confiança das tipologias desse construto definidas por Putnam (2000), *bridging social capital* e *bonding social capital*. O autor classificou como *bridging* uma rede entre pessoas que têm contextos sociais e características sociodemográficas heterogêneas, e assim por diante. Essa tipologia se concentra na quantidade, não na qualidade dos relacionamentos. Nesse âmbito, os laços são mais fracos, incidem sobre os seus grupos e os grupos externos. O *bonding* é a rede entre pessoas que têm contextos sociais e características sociodemográficas homogêneas, e assim por diante. Esta se concentra na qualidade, não na quantidade de relacionamentos, na qual há laços mais fortes, incidentes sobre seus próprios grupos, mas que excluem outros grupos. Os autores propuseram que o nível de confiança no governo pode aumentar caso o nível de capital social aumente e que o impacto do capital social no nível de confiança pode variar de acordo com as tipologias. Seus achados apontam que o capital social tem implicação para a confiança no governo e que o *bridging social capital* mostra uma relação positiva com os níveis de confiança no governo, ao passo que o *bonding social capital* tem relação negativa com a confiança.

Apesar de a literatura apresentar alguns resultados mistos para a relação entre o capital social e a confiança nos governos, é possível identificar que a corrente central da pesquisa trata essa relação como forte e significativa. Dessa forma, propõe-se a seguinte hipótese de pesquisa:

Hipótese 3: O capital social está positivamente associado à confiança no governo.

2.6 RELAÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E AS PERCEPÇÕES DA SITUAÇÃO DA ECONOMIA

As relações entre a prestação de serviços públicos e a atuação do governo na administração da economia não apresentam, na literatura, uma corrente predominante acerca da direção dessas relações, se unidirecional, ou bidirecional. Glaeser *et al.* (2004) afirmam que a satisfação dos usuários com os serviços públicos aumenta à medida que a escala da atividade econômica se expande e La Porta *et al.* (1999), por sua vez, consideram que o governo que tem melhores serviços públicos tem melhor situação econômica.

Colombier (2009) afirma que as atividades governamentais podem ter efeitos positivos devido às externalidades positivas, ao desenvolvimento de infraestrutura legal, administrativa e econômica e às intervenções do Estado para compensar as falhas do mercado. Já Bajo-Rubio (2000) afirma que os serviços do governo podem afetar negativamente o crescimento econômico devido às suas ineficiências, aos efeitos de exclusão do mercado, ao excesso de tributos, à distorção dos sistemas de incentivos e às intervenções na liberdade de mercado.

Mauro (1995) analisou um conjunto de dados para estabelecer a relação da atuação das instituições de governo no combate à corrupção, na prestação de serviços públicos e no sistema jurídico com o crescimento econômico de vários países. Seus achados apontam que há uma associação negativa entre a atuação dessas instituições e o crescimento econômico. Knack; Keefer (1997), por sua vez, encontraram que a qualidade da burocracia, o direito de propriedade e a estabilidade de um país têm um relacionamento positivo com o crescimento econômico.

Bentzen (2012) examinou a capacidade administrativa do Estado e a qualidade das instituições governamentais para a prosperidade econômica e o desenvolvimento social dos países. O autor formula as hipóteses de que o desrespeito ao Estado de Direito e o fracasso no controle da corrupção são considerados prejudiciais para o desenvolvimento econômico e social. Seus achados confirmaram essas hipóteses.

Doh (2014) examinou a relação entre o capital social e a qualidade dos governos, levando em consideração também as relações ou interação entre o capital social e o desenvolvimento econômico numa amostra de 89 países. Seus exames concluíram que a interação entre o capital social e o desenvolvimento econômico é positiva e um fator estatisticamente significativo nos modelos que utilizam a eficácia do governo, o Estado de Direito, o profissionalismo e o índice de qualidade governamental. Também sugerem que o aumento do capital social e do desenvolvimento econômico estão relacionados ao aumento da eficácia do governo, do Estado de Direito, do profissionalismo na Administração Pública e o índice de qualidade governamental.

Torcal (2014) afirma que a capacidade de administrar os instrumentos econômicos e a capacidade de governar que explicam a confiança institucional podem não ser apenas complementares, mas, também, se reforçam mutuamente. Para ele, as principais implicações dos seus achados podem ser sintetizadas pela tese de acordo com a qual um projeto adequado de políticas públicas, com alto grau de eficácia em um ambiente social e político estável, em conjunto com o Estado de Direito e mecanismos de combate à corrupção eficientes, são determinantes críticos do crescimento econômico mesmo em mercados emergentes.

Outros atores examinaram a relação entre a qualidade dos serviços do governo e a situação econômica agregando a variável tamanho do governo. Chang; Li (2011) examinaram a relação entre a performance na administração da economia, o tamanho do governo e a qualidade dos seus serviços. Seus achados apontam que o tamanho do governo e a situação econômica são determinados pela qualidade dos serviços do governo. Afonso; João (2016) estudam o vínculo empírico entre tamanho do governo, as suas instituições e a atividade econômica usando um painel de 140 países em 40 anos. Seus principais achados apontam que, de maneira geral, os resultados sugerem que os governos maiores tendem a prejudicar a atividade econômica; a qualidade institucional tem um impacto positivo no nível do PIB real *per capita*; o efeito negativo do tamanho do governo sobre o PIB real *per capita* é mais forte em países com níveis mais baixos de qualidade institucional e o efeito positivo da qualidade institucional sobre o PIB *per capita* é mais forte em países com níveis menores de tamanho do governo. Chong; Calderon (2000) examinaram a relação de causalidade entre a qualidade institucional de governo e a performance econômica utilizando dados no período de 1972 a 1995. Ao contrário da maioria dos testes que tratam da relação unidirecional, os autores realizaram seus exames considerando as relações entre essas variáveis como bidirecional. Seus achados confirmam as suas hipóteses.

Dessa forma, como não há consenso a respeito dessas relações propõe-se as seguintes hipóteses:

Hipótese 4a: A satisfação dos cidadãos com os serviços públicos influencia positivamente as suas percepções acerca da economia;

Hipótese 4b: As percepções dos cidadãos acerca da econômica influenciam a satisfação dos cidadãos com os serviços públicos.

2.7 RELAÇÕES DA SATISFAÇÃO COM OS SERVIÇOS PÚBLICOS E CONFIANÇA NO GOVERNO

A literatura aponta que a performance do governo na provisão dos serviços públicos explica a confiança no governo a partir de uma perspectiva da escolha racional. Para essa escolha, a confiança surge das respostas racionais dos indivíduos ao desempenho das instituições (NORTH, 1990). A confiança é vista como uma variável endógena às instituições e a decisão de um ator de confiar ou não se dá em função de ganhos e perdas esperados

envolvidos na sua relação com o governo. A confiança no governo pode ser avaliada pela medida em que os cidadãos têm confiança nas instituições públicas para operar no melhor interesse da sociedade e seus constituintes (CLEARY; STOKES, 2006; KIM, 2005; THOMAS, 1998). Estudos apontam que a confiança no governo representa uma avaliação da sua performance nos serviços públicos, indicando se o desempenho está em conformidade com as expectativas dos cidadãos (LEVI; STOKER, 2000; MILLER; LISTHAUG, 1999) e sugerem que a performance está positivamente associada com a confiança no governo (MISHLER; ROSE, 2001; NEWTON, 1999; ORREN, 1997).

Kim (2010) analisou como a performance do governo é percebida em várias questões de políticas públicas, incluindo o padrão de vida, a economia, a corrupção política, a qualidade dos serviços públicos, a criminalidade, a imigração e os problemas ambientais, e se está associada à confiança no governo central e no governo local no Japão e na Coreia do Sul. Os resultados desse trabalho indicam que, em ambos os países, o nível de percepção da performance na economia, do combate à corrupção política, a qualidade dos serviços públicos e a criminalidade é positivamente associada à confiança no governo. Na Coreia do Sul, no entanto, a satisfação com o padrão de vida e o desempenho do governo em problemas ambientais também foram positivamente associados à confiança no governo central.

Stoyan *et al.* (2014) utilizaram dados de 2008, 2010 e 2012, de *surveys* do Barômetro das Américas realizadas pelo Projeto Latino-Americano de Opinião Pública (LAPOP) para analisar a confiança institucional no Haiti e na República Dominicana. Os autores afirmam que avaliações do desempenho dos serviços prestados pelo governo são explicações particularmente poderosas da confiança institucional nesses países e que os resultados estão em conformidade com muitas pesquisas anteriores. Para obter uma compreensão mais minuciosa e completa de como a performance na prestação de serviços públicos influencia a confiança, os autores consideraram as facetas dessa performance além das medidas econômicas convencionais. Com base em estudos anteriores que analisam a confiança no mundo, levantaram a hipótese de que o desempenho do governo em áreas políticas relacionadas à capacidade do Estado e ao estado de direito pode ter efeitos especialmente forte em contextos como o Haiti e a República Dominicana, onde o estado tem sido historicamente fraco e as ameaças para o estado de direito são permanentes. Desses comparativos, os autores concluem que, nos dois países, o impacto da performance econômica sobre a confiança é significativo, mas substancialmente menor que a influência das variáveis relativas aos demais aspectos da performance de governo.

Zhao; Hu (2015) analisaram a relação da qualidade dos serviços públicos prestados pelo Estado e a confiança pública nos governos central e local em pesquisa realizada na China. Os

achados apontam que a qualidade dos serviços públicos está positivamente associada à confiança no governo daquele país, tanto no governo central como no governo local.

Wang (2016) empregou o quadro de Empirical Implications Theoretical Models (EITM) para investigar os efeitos da avaliação dos indivíduos sobre a performance do governo e a percepção de corrupção sobre a confiança nos governos do Japão, Coreia do Sul e Taiwan. Basicamente, esse autor formaliza a confiança num quadro de escolha racional e avalia as causas dessa confiança num modelo de racionalidade. Os resultados apontam que a avaliação da satisfação com os serviços do governo está positivamente associada à confiança, enquanto a percepção da corrupção está negativamente relacionada à confiança. Além disso, a avaliação da performance do governo interage com a percepção da corrupção para influenciar negativamente a confiança.

James *et al.* (2013), impulsionados pela necessidade de ampliação dos níveis de confiança no governo no Reino Unido, consideraram pesquisas anteriores nas quais os dados apontavam que a qualidade dos serviços públicos é o fenômeno que mais tem capacidade de explicar a confiança no governo. Esses autores apontam que a percepção dos cidadãos acerca da conduta dos conselheiros locais ao administrar é fundamental para a confiança. Os autores examinaram a performance nos serviços como variável independente a partir de questionários que abordaram a maneira com a qual os conselheiros administravam as coisas, bem como a satisfação em morar nos locais em que vivem.

A variável que afere a satisfação com os serviços dos conselhos mostrou-se positiva e significativa em oito dos nove conselhos examinados. Já a segunda variável que afere a satisfação com as áreas em que vive, para os autores, parece menos importante. Dessa forma, seus achados confirmam que a boa performance na prestação dos serviços públicos está positivamente associada à confiança. Christensen; Lægveid (2005) descobriram que os entrevistados que estão mais satisfeitos com os serviços públicos são aqueles que consistentemente confiam mais no governo. Além disso, se um serviço que o público confia não atende às suas expectativas, isso provavelmente contribuirá para a quebra de confiança.

Rosario, Jonathan ; Kelly (2006) buscaram compreender a confiança em instituições governamentais na América Latina e examinaram o caso da República Dominicana. Os autores examinaram a confiança nas instituições governamentais a partir das performances econômica e política do governo, do engajamento cívico, dos valores democráticos e dos aspectos sociodemográficos. As análises apontam que a confiança nas instituições governamentais é moldada principalmente por percepções de desempenho econômico e político do governo e que

há pouca evidência de relação entre o engajamento cívico e a confiança institucional, e nenhuma relação entre valores democráticos e confiança institucional.

Qing; Wenfang (2010), por sua vez, examinaram as razões pelas quais as pessoas confiam nas instituições do governo da China e por qual razão a confiança naquele país apresenta elevados níveis, diferente da maioria dos países. Usando as mesmas teorias institucional e cultural da maior parte da literatura, os autores concluíram que a confiança institucional é mais do que um produto dos valores tradicionais na China. Em vez disso, se apresenta como uma escolha racional individual baseada fortemente nas avaliações de performance institucional, configurando-se, também, como resultado de politização controlada pelo governo. A confiança nas instituições administrativas, em particular, vem principalmente de um desempenho institucional satisfatório.

Kekkonen; Peter (2016) realizaram estudo na Finlândia a fim de testar o poder explicativo da teoria do desempenho institucional para as diferenças entre os indivíduos na confiança (transversal) e as flutuações da confiança ao longo do tempo (longitudinal). Os resultados mostram o forte impacto das avaliações do desempenho institucional na confiança: a satisfação com o governo e a economia explica diferenças tanto entre os indivíduos quanto ao longo do tempo. A confiança social e o desempenho do bem-estar social também são fortes preditores, mas eles explicam as diferenças apenas no nível individual e não preveem variações no tempo.

Sado; Margaret (2011) investigaram o papel que a confiança no governo desempenha na prestação de serviços sociais. Os resultados revelam que a confiança percebida no governo está significativamente relacionada ao seu desempenho na condução da economia, na provisão de serviços de saúde e educação ou da atuação dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Presidente.

Dessa forma, é possível verificar que a performance do governo na administração da economia, na prestação dos serviços públicos, no combate à corrupção e à criminalidade estão associadas à confiança no governo.

Hipótese 5: A satisfação com os serviços públicos está associada à confiança no governo.

2.8 RELAÇÕES DA SITUAÇÃO DA ECONOMIA E CONFIANÇA NO GOVERNO

Há, na literatura, vários estudos que relacionam a situação econômica com os níveis de confiança no governo (ANDERSON, 1995; KEELE, 1997; MILLER; LISTHAUG, 1999).

Wong, Wan ; Hsiao (2011) examinaram os determinantes da confiança em seis sociedades asiáticas (China, Hong Kong, Cingapura, Taiwan, Coreia do Sul e Japão). A base teórica utilizada nessa pesquisa considera a teoria institucional e a teoria cultural.

Os institucionalistas consideram a confiança no governo como variável endógena e como uma função da medida em que as instituições produzem resultados esperados pelos cidadãos. Portanto, a confiança depende da capacidade do governo de gerar e implementar boas políticas públicas que alcancem a percepção das pessoas. Já a abordagem cultural considera a confiança como exógena, ou seja, não se origina na esfera política, mas fora dela, nos valores e crenças culturais do povo, aprendidas por meio das relações sociais ao longo da vida. Para essa abordagem, os cálculos racionais dos resultados alcançados pelos governos não são feitos em ambiente neutro e sofrem mediações ambientais.

Após realizar os exames, os dados apontaram que a situação da economia e política do governo tem impacto significativo na confiança em cinco dos seis países. Eles também concluíram que o desempenho econômico e o desempenho político são quase igualmente importantes para moldar a confiança nesses seis países. O único país em que a performance do governo na economia não está associada à confiança é a China.

Contudo, em pesquisa anterior, Wang (2005) examinou as causas para o alto nível de confiança no governo daquele país. O autor se concentrou no papel do desenvolvimento econômico e sugere que essa variável melhora a confiança no governo. Suas conclusões ratificam a hipótese e mostram que o efeito do desenvolvimento econômico do regime ainda se sobrepõe sobre o efeito erosivo do autoritarismo. Ele afirma que o efeito da mudança de valores sobre a desconfiança do governo é largamente oprimido pelo apoio ao governo trazido pelo aumento do nível de bem-estar econômico. Os autores não encontraram significância nos resultados encontrados para as variáveis da abordagem cultural.

Rosario, Jonathan ; Kelly (2006) buscaram explicar os baixos níveis de confiança nas instituições governamentais na América Latina empregando dados de três pesquisas realizadas entre 1994 e 2001 na República Dominicana. Os resultados indicaram que a baixa confiança nas instituições governamentais é originada, principalmente, na percepção do fraco desempenho econômico do governo ao invés de ser uma consequência direta do baixo engajamento cívico.

Kim (2010) analisa a forma como o desempenho econômico do governo, o engajamento dos cidadãos e a satisfação dos cidadãos com os valores da liberdade de expressão estão associados à confiança nos governos central e local no Japão e Coreia do Sul. O autor partiu dos trabalhos de Norris (1999), que apresenta o conceito de “cidadãos críticos” – aqueles menos

deferentes à autoridade governamental e cada vez mais preparados para desafiar o governo por meio de protestos – e de Inglehart (1997), que enfatiza uma nova cultura política de pós-industrialização, incluindo o aumento de valores liberais ou de auto expressão, que tendem a rejeitar a autoridade e a diminuir a confiança nas instituições públicas. O autor argumenta que o desenvolvimento econômico conduz à melhor qualidade de vida que, por sua vez, leva ao aumento da confiança nos governos. Argumenta, também, que a percepção dos cidadãos acerca da condução da economia, do combate à corrupção e à criminalidade, na qualidade dos serviços públicos prestados e controle da imigração estão associados à confiança no governo central. Seus achados confirmam sua argumentação e apontam que o desempenho do governo central na condução da economia, no combate à corrupção política e à qualidade dos serviços públicos foram todos associados significativamente com a confiança no governo central.

Jakobsen, Lisa-Marie ; Kroknes (2015) investigaram se o desempenho econômico afeta a confiança das instituições de governo e se a crise financeira 2007-2008 diminuiu os níveis de confiança devido à gravidade de suas consequências. Os autores examinaram dados de 25 países europeus retirados do European Social Survey, combinados com indicadores econômicos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Para responder o que faz a performance econômica importante para o nível central e subnacional de governos, os autores partem da ideia de que as pessoas confiam mais nos governos se esses demonstrarem capacidade para gerar crescimento econômico, criar empregos, prover acesso a serviços públicos e realizarem suas atividades de forma transparente (MACKUEN, ERIKSON; STIMSON, 1992). Eles afirmam que, caso haja dúvidas sobre a capacidade em administrar a economia nacional e responder aos desafios de uma crise econômica, pode gerar desconfiança. Assim como a maior parte da literatura, os autores fundamentam teoricamente suas pesquisas em função de que a alta confiança sinaliza que as instituições funcionam de forma adequada e eficaz (LISTHAUG; RINGDAL, 2008), o que facilita o intercâmbio social e econômico e reduz custos de transação nos mercados. A confiança reduz a necessidade de controle e supervisão, economizando dinheiro para o governo, bem como para empresas e outros atores do setor privado. Os dados apontam que o crescimento econômico está fortemente correlacionado com os níveis de confiança, ao passo que o desemprego e o crescimento da dívida nacional conduzem a níveis menores de confiança. Os autores não encontraram efeitos significantes sobre a confiança para o crescimento da renda *per capita*. Observaram também que a crise financeira nos anos 2007-2008 na Europa reduziu a confiança dos cidadãos nas instituições políticas nos países onde a crise teve um impacto severo na economia.

Erkel ; Meer (2016) realizaram, a partir dos efeitos fixos dos dados do Eurobarômetro (21 ondas em 15 Estados-Membros da União Europeia entre 1999 e 2011), testes do grau em que as variações internas do desempenho econômico afetam a confiança ao longo do tempo, de forma longitudinal. Seus achados apontam que as mudanças longitudinais no desempenho econômico (crescimento econômico, déficits, desemprego e inflação) afetam a confiança, que o impacto do desempenho macroeconômico sobre a confiança no governo é mais forte entre os cidadãos com nível educacional mais baixo e, por fim, mesmo em tempos de coação econômica, os déficits orçamentários tendem a minar a confiança nos países.

Wroe (2016) acrescentou à literatura o conceito de insegurança econômica, associando-o à confiança no governo. Esse conceito se refere ao risco subjetivamente avaliado de dificuldades econômicas (DOMINITZ; MANSKI, 1997; SCHEVE; SLAUGHTER, 2004) ou à medida que os indivíduos realmente experimentaram dificuldades ou perdas econômicas (HACKER *et al.*, 2012). Nesse trabalho, o autor busca compreender a razão pela qual a insegurança econômica influencia a confiança dos indivíduos nos políticos e no governo. A fundamentação teórica utilizada é a já estabelecida na literatura: os cidadãos confiam em governos que funcionam bem e atendem às expectativas, onde o baixo desempenho econômico do governo gera níveis mais baixos de confiança (ALESINA; WACZIARG, 2000; KEELE, 2007). Esse conceito foi testado juntamente com outras variáveis, como a insegurança no emprego, na saúde, no bem-estar, insegurança familiar e a composição dessas variáveis. Seus achados apontam que as avaliações do desempenho da macroeconomia são importantes na maioria dos modelos. As pessoas que têm avaliações positivas sobre a economia em geral, seja em relação ao passado ou ao provável desempenho futuro, têm mais confiança no governo do que aqueles que são pessimistas em relação a esse desempenho.

De outra forma, as avaliações dos cidadãos sobre a situação econômica pessoal influenciam a confiança em nenhum dos cinco modelos testados. Suas conclusões apontam que à medida que os americanos percebem que sua situação econômica é insegura, em uma variedade de domínios, surge um efeito importante e significativo estatisticamente em sua confiança na classe política.

Torcal (2014) examinou o declínio da confiança nas instituições de governo em Portugal e na Espanha considerando os efeitos da crise econômica de 2011 e 2012. O autor argumenta que a desconfiança institucional não decorre apenas dos efeitos da crise econômica vivida por esses países. Para ele, a crescente desconfiança institucional se deve, em grande parte, à percepção dos cidadãos de que o sistema político não responde às suas demandas. As condições econômicas individuais ou as expectativas econômicas pessoais certamente parecem ter algum

efeito, mas não são a explicação mais relevante da desconfiança em instituições representativas na Europa. Sua fundamentação teórica está absolutamente alinhada com a literatura no sentido de que a falta de confiança dos cidadãos nas instituições de governo pode decorrer de longos períodos de expectativas frustradas, resultantes do desempenho institucional inadequado. O autor afirma que baixos níveis de confiança institucional estão menos relacionados com as conquistas objetivas do governo e mais para o fosso entre o desempenho real e as expectativas dos cidadãos. Isso gera um sentimento generalizado de que os governos estão falhando em responder às necessidades e expectativas públicas.

Da mesma forma, a administração econômica é tipicamente identificada como uma das principais causas de confiança: quando os cidadãos não estão satisfeitos com o desempenho econômico, a desconfiança do governo ocorre, enquanto o efeito inverso é produzido quando a prosperidade econômica está presente (HETHERINGTON, 1998; LISTHAUG, 2006; OFFE, 2006).

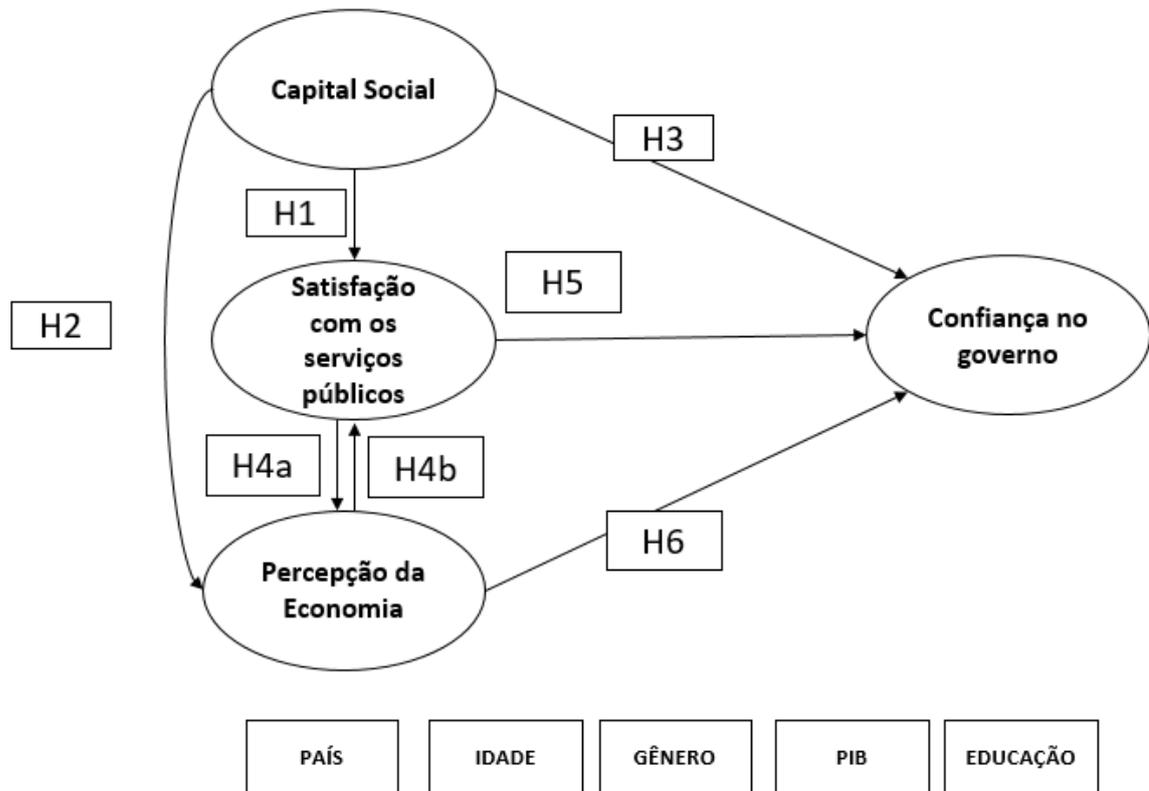
Torcal (2014), em seus exames, considerou a administração em duas posições diferentes: uma resultante das considerações sociotrópicas dos cidadãos sobre a situação econômica do país, e outra consideração egotrópica, que se refere à própria avaliação da situação econômica atual e futura. Os achados dos autores confirmam as suas hipóteses e ele conclui que a percepção da falta de capacidade do governo para responder às expectativas dos cidadãos é o mais forte e robusto preditor da confiança em ambos os países. A crescente percepção de que as autoridades de governo não respondem às demandas dos cidadãos está afetando negativamente a confiança institucional individual. Em relação à administração dos instrumentos econômicos seus achados apontam que a avaliação sociotrópica, ou a situação econômica do país, é aquela que tem maior correlação com os níveis de confiança, ao passo que as avaliações egotrópicas, ou da situação econômica pessoal, embora também apresente significativa correlação com a confiança, apresenta-a em níveis menores.

Diante dos resultados apresentados, é possível inferir que a confiança dos cidadãos no governo decorre das suas percepções acerca da condução da economia do país e da sua própria situação econômica. Isso conduz à formulação da seguinte hipótese:

Hipótese 6: A percepção dos cidadãos sobre a economia está diretamente associada à confiança no governo.

O modelo proposto para exame será o seguinte:

Figura 2 – Modelo da Confiança no governo



Fonte: elaborado pelo autor.

O modelo demonstra a relação entre os construtos e as hipóteses levantadas são as seguintes:

- H1: O capital social está positivamente associado à satisfação dos cidadãos com os serviços públicos;
- H2: O capital social está positivamente associado à percepção da economia pelos cidadãos;
- H3: O capital social está positivamente associado à confiança no governo;
- H4a: A satisfação dos cidadãos com os serviços públicos influencia positivamente as suas percepções acerca da situação da economia;
- H4b: As percepções dos cidadãos acerca da econômica influenciam a satisfação dos cidadãos com os serviços públicos;
- H5: A satisfação com os serviços públicos está associada à confiança no governo; e
- H6: A percepção dos cidadãos sobre a economia está diretamente associada à confiança no governo.

3 MÉTODO

A influência do capital social sobre a confiança nos governos da América Latina será examinada, em relação à natureza, como uma pesquisa prática/empírica; em relação ao objetivo, como descritiva e preditiva, utilizando dados secundários num recorte transversal com perspectiva longitudinal. Os procedimentos de pesquisa foram divididos em três etapas: uma inicial, com o objetivo de analisar os elementos formadores dos quatro construtos (capital social, satisfação com os serviços públicos, situação da economia e a confiança dos cidadãos no governo), por meio da análise fatorial exploratória; a segunda examina as correlações entre os construtos, e a terceira etapa, na qual foi realizada a regressão do modelo proposto.

A presente pesquisa busca compreender as dinâmicas do capital social e a influência exercida sobre a confiança nos governos no contexto latino-americano, o que permitirá a obtenção de conhecimentos para a aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos, o que permite classificar essa pesquisa como empírica nos termos da classificação de Gerhardt ; Silveira, (2009), quanto à sua natureza.

Para descrever esse fenômeno, há necessidade de um conjunto de informações que permita a aproximação com a realidade do capital social e de sua dinâmica ao longo do tempo. Observando a classificação de Marconi ; Lakatos (2002), trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa, pois examina base de dados brutos diretamente quantificável. Em relação ao recorte temporal, Freitas *et al.* (2000) dividem as pesquisas em transversal e longitudinal. O recorte transversal acontece em um único momento, ao passo que a longitudinal diz respeito àquelas que acontecem ao longo do tempo. Esta pesquisa é classificada como transversal com abordagem longitudinal, na medida em que examinará um espaço temporal de 10 anos, compreendidos entre o período de 2004 e 2014. A partir da classificação de Gil (2002) acerca do delineamento, esta pesquisa utilizará dados secundários oriundos de entrevistas realizadas pela Latin American Public Opinion Project (LAPOP), uma organização não governamental que realiza pesquisas do desenvolvimento da democracia, da economia e da sociedade em 34 países, a partir de *surveys* que usam indicadores de opinião, atitudes, comportamentos e valores.

O maior projeto de pesquisa da LAPOP é o Barômetro das Américas, um estudo periódico de 34 países do Hemisfério Ocidental, com amostras estratificadas em nível nacional, representadas em cada país, configurando-se como um núcleo comum de questionário e módulos específicos do país. O trabalho da LAPOP no Barômetro das Américas inclui o

desenho da pesquisa, o desenho da amostra, o pré-teste qualitativo e interativo de novos módulos, auditoria de dados e análise e relatórios.

O Barômetro das Américas começou a realizar as pesquisas no continente contando com suporte técnico de pesquisadores da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e da Vanberbilt University, que hospeda as pesquisas até hoje. Os estudos têm financiamento de várias organizações internacionais, governos da região, de governos fora da região e do setor privado, incluindo: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A análise e a interpretação de dados serão realizadas com o auxílio do aplicativo pacote estatístico do *software* de análise estatística em Ciências Sociais SPSS.

3.1 DADOS

Os dados utilizados são oriundos do Barômetro das Américas num período de 10 anos compreendido entre 2004 e 2014 considerando seis rodadas das pesquisas realizadas nos anos de 2004, 2006, 2008, 2010, 2012 e 2014 nos países da América Latina. A escolha das questões se deu em função de que outros estudos anteriores já as utilizaram para aferir as variáveis e os construtos propostos.

Para aferir a confiança no governo foram utilizados os dados agregados das perguntas: até que ponto o sr(a) tem confiança na...: Suprema Corte (STF) (Espinal *et al.*, 2006; Stoyan *et at.*,2016; Chang ; Chu, 2006; Wong *et al.*, 2011; Morris ; Klesner, 2010); no Congresso Nacional (Catteberg ; Moreno, 2005; Espinal *et al.*,2006; Torcal, 2014; Stoyan *et at.*,2016; Curvale, 2013; Chang ; Chu, 2006; Wong *et al.*, 2011; Kim ; Voorhees, 2011; Morris ; Klener, 2010); no governo (Wang, 2016 ; Curvale, 2013; Chang ; Chu, 2006; Wong *et al.*, 2011; Kim ; Voorhees, 2011; Morris ; Klesner, 2010; Pavarina *et al.*, 2015) e no Presidente da República (Lopes, 2004; Espinal *et al.*, 2006); Colen, 2010; Wang, 2016).

Com o intuito de examinar a confiabilidade e validade dos dados foram realizados os testes de consistência interna (Coeficiente Alfa de Cronbach) e de reprodutibilidade (Coeficiente de Correlação intraclasse). Esse construto alcançou coeficiente Alfa de Cronbach de 0,742, que é considerado como aceitável (PESTANA ; GAGEIRO, 2008), assim como o coeficiente de correlação intraclasse nas medidas médias foi de 0,742 a um intervalo de 95% que também é apontado como aceitável. (ANDRADE RD *et al.*, 2016). As estatísticas descritivas são as seguintes:

Tabela 1 - Confiança no governo - ANOVA Estatística de Item

	Média	Desvio Padrão	N
CGSTF	2,7309	1,26817	85520
CGCongr	2,8089	1,34746	85520
CGPres	2,6799	1,35090	85520
CGGov	2,9567	1,43715	85520

Tabela 2 - Confiança no governo - ANOVA - Estatística de Item-total

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Correlação múltipla ao quadrado	Alfa de Cronbach se o item for excluído
CGSTF	19,6219	35,630	,634	1,000	,682
CGCongr	19,5440	41,453	,206	1,000	,780
CGPres	19,6729	36,270	,537	1,000	,701
CGGov	19,3962	34,480	,610	1,000	,678

A aferição capital social considerou o agregado das seguintes questões: Nos últimos 12 meses, o sr(a) contribuiu para a solução de algum problema da sua comunidade ou de seus vizinhos de bairro? (Mendoza-Botelho, 2013; Stoyan *et al.*, 2016; Curvale, 2013; Pavarina *et al.*, 2105); Assiste a reunião das seguintes organizações: religiosa; associação de pais e mestres da escola; associação de bairro ou junta de melhorias da comunidade; associação de profissionais, comerciantes, produtores e/ou organizações rurais; partido político ou movimento político (Mendoza-Botelho, 2013; Curvale, 2013; Son, 2015; Stoyan *et al.*, 2016; Gundelach, 2016); a confiança interpessoal (social) foi aferida pela seguinte pergunta: Agora, falando das pessoas daqui, o sr.(a) diria que as pessoas são...(muito confiáveis, algo confiáveis, pouco confiáveis ou não confiáveis) (Machado *et al.*, 2010; Curvale, 2013; Ishiyama *et al.*, 2018).

Esse construto alcançou coeficiente Alfa de Cronbach de 0,70 e o coeficiente de correlação intraclassa nas medidas médias foi igualmente de 0,70. As estatísticas descritivas são as seguintes:

Tabela 3 – Capital Social - ANOVA Estatística de Item

	Média	Desvio Padrão	N
CSPartCom	1,9689	1,09202	86260
CSInstRel	3,0059	1,60184	86260
CSPartPM	2,1605	1,15944	86260
CSAssBair	1,8190	1,01895	86260
CSAssProf	1,5382	,77109	86260
CSPartMovPol	1,5445	,76364	86260
CSConfInterpessoal	3,4579	1,13878	86260

Tabela 4 - Capital Social - ANOVA Estatística de Item-total

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Correlação múltipla ao quadrado	Alfa de Cronbach se o item for excluído
CSPartCom	27,4828	46,259	,471	.	,659
CSInstRel	26,4458	42,914	,427	.	,656
CSPartPM	27,2912	46,704	,404	.	,667
CSAssBair	27,6328	46,195	,521	.	,654
CSAssProf	27,9135	50,900	,268	.	,691
CSPartMovPol	27,9072	50,237	,335	.	,685
CSConfInterpessoal	25,9939	50,001	,195	.	,699

A satisfação com a prestação de serviços públicos considerou as seguintes questões: Pensando na cidade/area em que você vive, em relação ao estado das ruas, avenidas e rodovias o sr.(a) está: Muito satisfeito; Satisfeito; Insatisfeito e Muito Insatisfeito (Ryzin, 2004; Espinal *et al.*, 2006; Diagne *et al.*, 2012; Stoyan *et at.*, 2016); em relação à qualidade das escolas e dos serviços de saúde (Ryzin, 2004; Diagne *et. Al.*, 2012; Stoyan *et at.*, 2016). Ainda foram acrescidos as questões relativas às percepções acerca do combate a corrupção e promoção de segurança pública, com os seguintes itens: Até que ponto o sr. (a) diria que o atual governo federal combate a corrupção no governo? (Espinal *et al.*, 2006);(Stoyan *et at.*,2016) e Até que ponto o sr. (a) diria que o atual governo federal melhora a segurança do cidadão? (Espinal *et al.*, 2006);(Stoyan *et at.*,2016).

Já construto satisfação com os serviços públicos alcançou coeficiente Alfa de Cronbach de 0,748 e o coeficiente de correlação intraclasse nas medidas médias foi igualmente de 0,748. As estatísticas descritivas são as seguintes:

Tabela 5 - Satisfação Serviços Públicos - ANOVA Estatística de Item

	Média	Desvio Padrão	N
SSPinfraestrutura	3,0600	,98520	39766
SSPescola	3,2909	,88032	39766
SSPsaúde	3,0212	,97806	39766
SSPCombCorrup	2,4225	1,30143	39766
SSPPromSegurança	2,5799	1,25413	39766

Tabela 6 - Satisfação Serviços Públicos - ANOVA Estatística de Item-total

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Correlação múltipla ao quadrado	Alfa de Cronbach se o item for excluído
SSPinfraestrutura	25,6892	41,010	,408	1,000	,739
SSPescola	25,4583	40,931	,482	1,000	,732
SSPsaúde	25,7280	40,151	,486	1,000	,727
SSPCombCorrup	26,3267	36,089	,598	1,000	,694
SSPPromSegurança	26,1693	36,311	,612	1,000	,693

E por fim em relação à percepção da economia foram utilizadas as seguintes questões: Como o(a) Sr(a) avalia a situação econômica do país? Muito boa; Boa; Nem boa nem ruim, Ruim e Muito Ruim(péssima) (Wroe, 2016; Torcal, 2014; Armingeon ; Guthmann, 2013; Son, 2015); O(A) Sr (a) avalia que a situação econômica atual do país está melhor, igual ou pior que há doze meses? (Wroe, 2016; Torcal, 2014; Espinal *et at.*, 2006; Stoyan *et at.*, 2016); Como o(a) Sr(a) avalia, em geral, sua situação econômica ? Muito boa; Boa; Nem boa nem ruim, Ruim e Muito Ruim(péssima) (Wroe, 2016; Torcal, 2014; Espinal *et at.*, 2006; Stoyan *et at.*, 2016); e O(A) Sr(a) acha que sua situação econômica está melhor, igual ou pior que há doze meses? (Wroe, 2016; Torcal, 2014; Espinal *et at.*, 2006; Stoyan *et at.*, 2016);

Assim a percepção da economia alcançou coeficiente Alfa de Cronbach de 0,768 e o coeficiente de correlação intraclasse nas medidas médias foi igualmente de 0,768. As estatísticas descritivas são as seguintes:

Tabela 7 - Percepção da Economia - ANOVA Estatística de Item

	Média	Desvio Padrão	N
SECOpais	3,0880	,86809	67558
SECOpaispassado	3,2650	1,39996	67558
SECOpessoal	3,4241	,95618	67558
SECOpessoalfuturo	3,2895	1,05171	67558

Tabela 8 - Percepção da Economia - ANOVA Estatística de Item-total

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Correlação múltipla ao quadrado	Alfa de Cronbach se o item for excluído
SECOpais	23,0450	28,415	,622	1,000	,737
SECOpaispassado	22,8680	24,257	,632	1,000	,701
SECOpessoal	22,7089	28,014	,593	1,000	,736
SECOpessoalfuturo	22,8435	28,831	,442	1,000	,762

3.2 NORMALIZAÇÃO DOS DADOS

O conjunto de questões propostos para aferir os construtos apresentam escalas diferentes que variam de três a sete pontos. Hair *et al.* (2009) afirmam que a forma mais comum de padronização é a conversão de cada variável em escores padrão pela subtração da média dividido pelo desvio padrão para cada variável. Esse procedimento foi adotado nesta amostra.

Em seguida foram realizados os testes de normalidade. Foram inicialmente considerados os testes de Anderson-Darling, Cramer-Von Mises, Kolmogorov Smirnov e Shapiro Wilk. Os três primeiros são fundamentados na função de distribuição empírica e o ultimo baseia-se nos valores amostrais ordenados. Hair *et al.* (2009) aponta os testes de Shapiro Wilk e Kolmogorov Smirnov como os mais utilizados, e por essa razão optou-se por utilizar esses testes nesta amostra.

A partir da realização dos testes estatísticos, obtiveram-se os seguintes resultados:

Tabela 9 - – Teste de Normalidade

	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
CSProblComunidade	,387	6085	,335	,680	6085	,231
CSInstitReligiosa	,277	6085	,079	,754	6085	,567
CSPartpaisemestres	,364	6085	,682	,724	6085	,283
CSAssocBairro	,440	6085	,354	,596	6085	,991
CSAssocProfissional	,516	6085	,226	,367	6085	,077
CSMovimPartPolít	,508	6085	,794	,376	6085	,134
CSConfInterp	,239	6085	,068	,864	6085	,995
SSPinfraestrutura	,286	6085	,077	,848	6085	,081
SSPescola	,329	6085	,652	,814	6085	,222
SSPsaúde	,289	6085	,116	,841	6085	,139
SSPcombatcorrupção	,125	6085	,093	,925	6085	,223
SSPpromoseg	,116	6085	,229	,935	6085	,239
SECOpaís	,264	6085	,256	,801	6085	,529
SECOpaíspassado	,311	6085	,079	,747	6085	,334
SECOpessoal	,291	6085	,087	,759	6085	,059
SECOpessoalfuturo	,296	6085	,658	,776	6085	,066
CGGoverno	,125	6085	,876	,937	6085	,089
CGSTF	,124	6085	,091	,939	6085	,543
CGPresidente	,122	6085	,553	,928	6085	,236
CGCongresso	,118	6085	,281	,934	6085	,093

a. Correlação de Significância de Lilliefors

Fonte: elaborado pelo autor.

Dessa forma, os dados utilizados na amostra observam a distribuição normal.

3.3 REDUÇÃO DA DIMENSÃO DOS FATORES

A revisão de literatura empregada identificou um grande conjunto de variáveis para explicar os principais construtos dessa pesquisa. Hair *et al.* (2009) afirmam que os fatores representam as dimensões latentes (construtos) que resumem ou explicam o conjunto de variáveis observadas e que, ao resumir dados, a análise fatorial obtém dimensões latentes que descrevem os dados em um número menor de conceitos do que as variáveis individuais originais. Nesse sentido, foi realizada a análise de componentes principais para cada um dos construtos propostos.

O construto capital social foi aferido sob a abordagem inicial de Putnam (1993) a partir das seguintes variáveis: participação e resolução de problemas da comunidade; frequência em que participa de organizações religiosas ou das associações de país e mestres, da associação de

bairros ou junta de melhorias da comunidade, associação de profissionais, produtores e/ou organizações rurais; partido político ou movimento político e confiança interpessoal(social).

A proposição do construto satisfação com serviços públicos é constituído pelas variáveis satisfação com o estado das rodovias, estradas, ruas e avenidas; das escolas públicas; dos serviços de saúde pública; a percepção de combate a corrupção e a capacidade de melhorar a segurança do cidadão.

O construto de percepção da situação da economia é formado pelas variáveis de percepção pelo cidadão da atual condição econômica do país; a avaliação da situação econômica atual do país em relação ao passado; a situação econômica pessoal atual e a avaliação da situação econômica pessoal futura.

O construto proposto inicialmente, a confiança no governo, é constituído a partir das avaliações da confiança na Suprema Corte, no Congresso Nacional ou na Casa Legislativa, no Presidente da República ou no Primeiro Ministro e a confiança no governo em geral.

A amostra contém 192.336 respondentes, um conjunto de 9 variáveis de controle (país, ano, gênero, idade nominal, idade escalar, nível de desenvolvimento PIB, grau de escolarização, região e Brasil e demais) e os demais construtos que são aferidos a partir de 21 outras variáveis. Dentre todas essas 30 variáveis, apenas duas (gênero e Brasil e demais países) são estruturadas como *dummies*, e não constam variáveis categóricas. Hair *et al.* (2009) sugerem que, para obter resultados mais robustos, os pesquisadores devem buscar amostras maiores e com maior número de variáveis. Dessa forma, é possível afirmar que os dados dessa pesquisa estão em conformidade com a recomendação metodológica e que os dados utilizados são adequados para aferir os construtos latentes.

Em relação à técnica de extração de fatores, busca-se formular combinações lineares que identifiquem com maior grau de confiabilidade e a variância entre as variáveis observadas. Por essa razão, optou-se por utilizar a Análise de Componente Principal (ACP), já que esta técnica utiliza a variância por completo e observa conformidade com Hair *et al.* (2009), quando afirmam que, na maioria dos casos, tanto a ACP quanto a Análise Fatorial chegam aos mesmos resultados se o número de variáveis superar 30 ou se as comunalidades excederem 0,60 para a maior parte das variáveis. Dessa forma, são examinadas ao todo, nesta pesquisa, 21 variáveis numa amostra muito grande de dados e com comunalidades superiores a 0,60 em 15 de 21 das variáveis.

No que se refere ao tipo de rotação dos fatores, a ênfase está em encontrar a forma que contém maior clareza e simplicidade para demonstrar os dados observando suas propriedades estatísticas. Schawb (2007) afirma que o método de rotação se refere à forma matemática que

rotaciona os eixos no espaço geométrico. Isso torna mais fácil determinar quais variáveis são carregadas em quais componentes. Mardia *et al.* (2006) e Johnson; Wichern (2007), por sua vez, afirmam que existem vários métodos de rotação, sendo os métodos Varimax e o Promax os mais comuns e que têm maior potencial para facilitar a interpretação dos dados, ou seja, torna a solução fatorial mais simples e mais significativa. Hair *et al.* (2009) afirmam que as tipologias de rotação, de uma forma geral, produzem resultados muito semelhantes. Sendo assim, considerando que a tipologia que apresentou maior incidência durante a revisão bibliográfica foi a Varimax e que parte da literatura a aponta como aquela que reúne mais condições de minimizar o número de variáveis que apresentam altas cargas em cada fator, inicialmente foi feita rotação com Varimax e na sequência com Oblimin direto, Qaurtimax, Equamax e Promax todos com normalização de Kayser.

Em relação à extração de fatores, não há consenso na literatura acerca daquilo que seja o critério adequado para determinar quais fatores serão agrupados. Esta pesquisa utilizou o critério da variância acumulada para determinar a quantidade de fatores que devem ser extraídos e observou a recomendação de Hair *et al.* (2009), para quem o patamar de 0,60 é aceitável.

Em todas as rotações foram realizados os testes de esfericidade de Bartlett e de medida Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) de adequação da amostragem. Para a rotação varimax os resultados desses testes foram:

Tabela 10 - Teste de KMO e Bartlett

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem		,693
Teste de esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui-quadrado	19203,329
	gl	190
	Sig.	,000

Fonte: elaborado pelo autor.

Os dados para o teste de esfericidade de Bartlett são significativos e apresentaram um coeficiente de KMO de 0,734 que, de acordo a escala proposta por (PALLANT, 2007) para interpretação desse teste, é um resultado mediano. Entretanto, Hair *et al.* (2009) apontam que resultados a partir de 0,50 são aceitáveis. Nesse sentido, o teste de KMO para esta pesquisa é satisfatório.

A análise de variância (ANOVA) apresenta os seguintes componentes principais:

Tabela 11 - Resultados da Análise de Variância para Formação dos Componentes Principais

	Capital Social	Satisfação com serviços públicos	Corrupção e Segurança	Percepção da economia	Confiança governo
CSProblComunidade	,654				
CSAssocBairro	,737				
CSAssocProfissional	,698				
CSMovimPartPolít	,642				
SSPinfraestrutura		,679			
SSPescola		,792			
SSPsaúde		,783			
SSPcombatcorrupção			,870		
SSPpromoseg			,883		
SECOpaís				,812	
SECOpaíspassado				,709	
SECOpessoal				,715	
CGGoverno					,716
CGSTF					,834
CGPresidente					,796

Fonte: elaborado pelo autor.

Todas as demais rotações (Oblimin direto, Qaurtimax e Equamax) foram testadas e apresentaram mesmo agrupamento em cinco rotações com alguma diferença marginal na capacidade explicativa da variância e nos coeficientes. Esse resultado corrobora as afirmações de Hair *et. al.* (2009) para quem, nas ACP com coeficientes acima de ,60 e grande número de variáveis, todas as rotações alçarão resultados semelhantes.

De acordo com esses resultados o construto Capital Social é formado pelas variáveis participação e resolução de problemas da comunidade que alcançou coeficiente de ,654; da associação de bairros ou junta de melhorias da comunidade com ,737; associação de profissionais, produtores e/ou organizações rurais com ,698; e partido político ou movimento político ,642.

As variáveis confiança interpessoal(social) e a frequência em que o cidadão assiste reuniões das associações de país e mestres não alcançaram o coeficiente de ,60 e a participação em reuniões de instituições religiosas não se agruparam com nenhum outro fator. Esses resultados contrariam parcialmente a formação do construto proposto por Putnam (2000) e as suas principais conclusões acerca da associação da participação em organizações religiosas e a confiança no governo. As variáveis associadas nesse fator estão em conformidade com as

mensurações realizadas por Andrews (2011) e com a maior parte da literatura (ROSARIO; JONATHAN; KELLY, 2006; QING; WENFANG, 2010; KIM, 2010). Entretanto, chama a atenção, o não agrupamento da variável confiança interpessoal(social) com as variáveis relativas a engajamento cívico, pois essa variável compõe capital social em outros estudos com resultados que têm significância e relação direta e positiva com a confiança no governo (ZMERLI;NEWTON, 2008; MENDOZA-BOTELHO, 2013).

Para exame de composição do capital social, a confiança interpessoal na maioria da literatura é examinada como proxy ou associada ao conjunto de variáveis que formam o engajamento cívico (AGUILERA, 2016; BJØRNSKOV, 2006; DASGUPTA; SERAGELDIN, 2000).

O segundo construto originalmente proposto apresentou dois agrupamentos de componentes. Um que agrega satisfação com o estado das rodovias, estradas, ruas e avenidas com coeficiente de ,679; satisfação com escolas públicas cujo coeficiente é ,792; e satisfação com serviços de saúde pública a ,783. A esse grupo deu-se o nome de Infraestrutura, saúde e educação. Formou-se outro grupo com a percepção de combate a corrupção que alcançou coeficiente de , 870 e a capacidade de melhorar a segurança do cidadão com ,883. Esse último é o agrupamento com maiores coeficientes entre todos. A esse agrupamento deu-se o nome de Percepção da segurança e combate a corrupção.

Esse agrupamento demonstra conformidade com a teoria, pois, embora sejam na maioria dos estudos aferidas as percepções de forma conjunta, alguns autores já apontam a necessidade de estudos futuros para compreender os papéis do combate a corrupção e os efeitos da criminalidade, fazendo clara distinção entre as avaliações de performance institucional e bem estar (WANG, 2016; MORRIS; KLESNER, 2010).

Wang (2016) afirma que a avaliação da performance do governo é positivamente associada com a confiança, mas que a percepção da corrupção é negativamente associada com a confiança política. Morris ; Klesner (2010), em exame das relações entre a confiança no governo e a corrupção, encontraram resultados que confirmam uma mútua causalidade entre esses construtos.

Esse pensamento é corroborado ainda por Grönlund ; Setälä (2012) que, em seus estudos na Europa, concluíram que a confiança nas instituições públicas é associada à percepção de que os funcionários públicos agem de forma honesta e que esse padrão se repete em relação ao parlamento e ao sistema legal, tendo a corrupção efeitos negativos sobre suas avaliações.

Ryzin (2011) faz uma crítica ao movimento reformista que considera apenas resultados como meios para obtenção da confiança dos cidadãos. Para ele, há aspectos benéficos nos

processos que, por vezes, se confundem com o sentido negativo de burocracia, mas que são importantes para os cidadãos. Ele aponta como benefícios dos processos a isonomia, que evita as tendências ou favorecimentos indevidos; a equidade, no sentido de que a distribuição dos benefícios públicos seja igualitário e de acordo com as reais necessidades dos cidadãos; o respeito, como forma de garantir a cortesia nas relações e a capacidade de resposta do Estado às suas demandas e, por fim, a honestidade, no sentido de que seja um processo aberto, transparente e que não admita a corrupção. Seus resultados apontam que, para a maioria dos modelos, os processos têm maior significância que os resultados, permitindo concluir que o cidadão enxerga não somente os resultados e entregas, mas também do processo que trata as pessoas de forma justa, evitando favorecimentos indevidos e contendo a corrupção.

Além da confiança na performance econômica, diversos autores afirmam que a satisfação dos cidadãos com serviços públicos prestados pelos governos em exercícios e suas percepções sobre a capacidade para governar o país de maneira transparente e efetiva está associada a níveis mais altos de confiança (MISHLER; ROSE, 2001; ROHRSCHEIDER; SCHMITT-BECK, 2002; ROTHSTEIN, 1998).

Yang ; Holzer (2006) dividem as pesquisas sobre performance e a confiança no governo em dois grupos. O primeiro grupo trata dos resultados de variações em fatores como desemprego, crescimento econômico, inflação e estabilidade do governo (ANDERSON, 1995; NEWTON; NORRIS, 2000). O segundo trata de pesquisas que ligam a confiança às mudanças na qualidade ou à percepção da prestação de serviços do governo (GLASER; HILDRETH, 1999). Kim (2010) examinou a performance dos governos do Japão e da Coreia do Sul em relação à performance dos governos na economia, na corrupção, na qualidade de serviços, imigração e problemas ambientais. Seus achados confirmam que a corrupção, a qualidade dos serviços e os crimes estão positiva e estatisticamente associados com a confiança no governo. Sado ; Margaret (2011) investigaram o papel que a confiança no governo desempenha na prestação de serviços sociais. Os resultados revelam que a confiança percebida no governo está significativamente relacionada ao desempenho do governo na condução da economia, na provisão de serviços de saúde e educação ou da atuação dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Presidente. Dessa forma, na divisão proposta por Yang ; Holzer (2006), as pesquisas citadas anteriormente, tanto na formação do fator sobre a confiança no governo quanto sobre a performance do governo e as demais pesquisas citadas demonstram que os resultados alcançados no fator utilizado nesta pesquisa está amplamente resguardado pela teoria.

O terceiro agrupamento que trata de percepção da economia agregou a percepção acerca da situação econômica do país com coeficiente de ,812; já a percepção da situação econômica

do país nos últimos 12 meses alcançou, 709; e a percepção acerca da situação econômica pessoal com ,715. A percepção a respeito da situação econômica pessoal futura não alcançou ,60. A esse construto deu-se o nome de Percepção da Economia.

Há, na literatura, um conjunto de estudos que relatam a associação positiva entre as percepções dos cidadãos sobre o desempenho econômico nacional e sua confiança nas instituições (HETHERINGTON, 1998; MISHLER; ROSE, 2001). O desempenho econômico, aferido pelo bem-estar material individual e as condições macroeconômicas, é importante para avaliar instituições e os governos em exercício (MISHLER; ROSE, 1997).

Torcal (2014) afirma que a confiança muda de acordo com as avaliações econômicas e individuais puramente instrumentais das condições econômicas e sociais e, portanto, depende, em última instância, da capacidade institucional para atender e representar as necessidades e demandas puramente econômicas dos cidadãos, que são principalmente enraizadas no interesse socioeconômico. Para ele, a avaliação econômica realizada pelos cidadãos é explicada por duas lógicas: a primeira pode ser o resultado de considerações sociais dos cidadãos sobre a situação da economia do país e o estado de bem-estar geral; a segunda trata de cálculos econômicos decorrentes das experiências individuais de tensão econômica, duradoura ou transitória, que podem reduzir o grau de confiança dos cidadãos na capacidade do governo de responder a essa questão.

Há, portanto, um domínio de pesquisas que afirmam que a confiança dos cidadãos é, em parte, motivada por suas avaliações do desempenho da economia nacional e outros autores que afirmam que as experiências e avaliações econômicas pessoais não desempenham um papel importante na explicação dessa relação (DALTON, 2004; MCALLISTER, 1999; MISHLER; ROSE, 2001).

Wroe (2016) contraria esse pensamento dominante acerca da capacidade explicativa das percepções econômicas pessoais na confiança. Esse autor considera insegurança econômica como a percepção pelo cidadão de riscos capazes de o conduzirem ao infortúnio financeiro. Seus achados, de fato, contrariam a teoria e afirmam que a percepção dos cidadãos de que ele ou suas famílias estão economicamente inseguros tem um efeito negativo estatisticamente significativo e substancial sobre a confiança. Dessa forma, o agrupamento achado nesta pesquisa se confirma.

Por fim o construto sobre a confiança no governo é formado por confiança depositada no governo com , 716; confiança no presidente da república com , 796 e confiança na suprema corte (STF) que alcançou ,834. A variável confiança no Congresso Nacional não se agrupou

com nenhuma outra variável examinada. A esse agrupamento deu-se o nome de Confiança no governo.

Essa divisão de fatores encontra respaldo em parte da literatura que se baseia em conceitos clássicos de representação democrática e *accountability*. (KEELE, 2007; HETHERINGTON, 1999; INGLEHART, 1997). Easton (1975), num trabalho seminal, também admite essa divisão. O autor classifica que o apoio dos cidadãos ao governo pode assumir várias formas. Esse autor, diferencia o apoio entre objeto e tipos de suporte. Para ele, objetos de apoio são para a comunidade política, o regime político e as autoridades políticas. Os tipos de suporte, por sua vez, são caracterizados como difusos e específicos. O apoio difuso corresponde ao senso de boa vontade que os cidadãos têm sobre os aspectos básicos do sistema político. O apoio específico está preocupado com a satisfação dos cidadãos com a avaliação do regime e o desempenho do governo em exercício. Dentro desse quadro de análise, Easton (1975) considera a confiança nas instituições políticas como uma forma de apoio difuso. A confiança, ele argumenta, reflete uma orientação positiva geral para um determinado conjunto de instituições. A falta de confiança, portanto, implica um desajuste geral da cidadania com as instituições políticas em questão. Aydın & Cerem (2011) afirmam que a relação entre suporte difuso e confiança, conforme formulado por Easton, foi aceito de forma crítica por parte significativa da literatura.

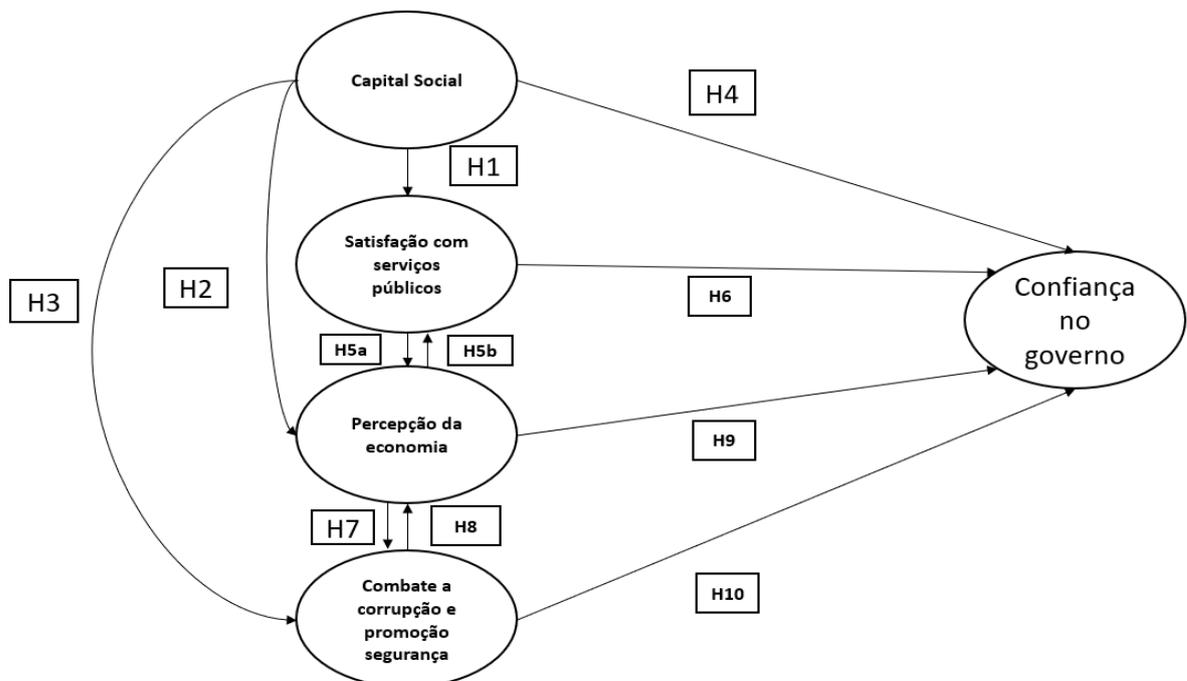
Em relação ao modelo originalmente proposto, houve divisões no construto de satisfação com os serviços públicos. Esse construto se dividiu entre prestação de serviços públicos de infraestrutura, saúde e educação e as percepções de segurança e combate a corrupção, conforme demonstrado anteriormente. Nesse sentido, tendo sido mantidos os aspectos teóricos da pesquisa e as adequações apresentadas na ACP estarem em conformidade com literatura, as hipóteses reformuladas são as seguintes:

- H1: O capital social está positivamente associado à satisfação dos cidadãos com os serviços públicos de infraestrutura, saúde e educação;
- H2: O capital social está positivamente associado à percepção da economia pelos cidadãos;
- H3: O capital social está positivamente associado à percepção de segurança e combate corrupção;
- H4: O capital social está positivamente associado à confiança no governo;

- H5a: A satisfação dos cidadãos com os serviços públicos de infraestrutura, saúde e educação influenciam positivamente as suas percepções acerca da situação da economia;
- H5b: As percepções dos cidadãos acerca da economia influenciam a satisfação dos cidadãos com os serviços públicos de infraestrutura, saúde e educação;
- H6: A satisfação dos cidadãos com os serviços públicos de infraestrutura, saúde e educação influenciam positivamente confiança no governo;
- H7: As percepções dos cidadãos acerca da economia influenciam a percepção de segurança e combate a corrupção;
- H8: A percepção da segurança e combate a corrupção influenciam a percepção dos cidadãos sobre a economia;
- H9: A percepção dos cidadãos sobre a economia está diretamente associada à confiança no governo.
- H10: A percepção de segurança e combate a corrupção influenciam positivamente a confiança no governo;

A partir da dessas hipóteses, o modelo a ser examinado passa a ser o seguinte:

Figura 3 – Novo Modelo de Confiança no Governo



Fonte: elaborado pelo autor.

4 ANÁLISE DE DADOS

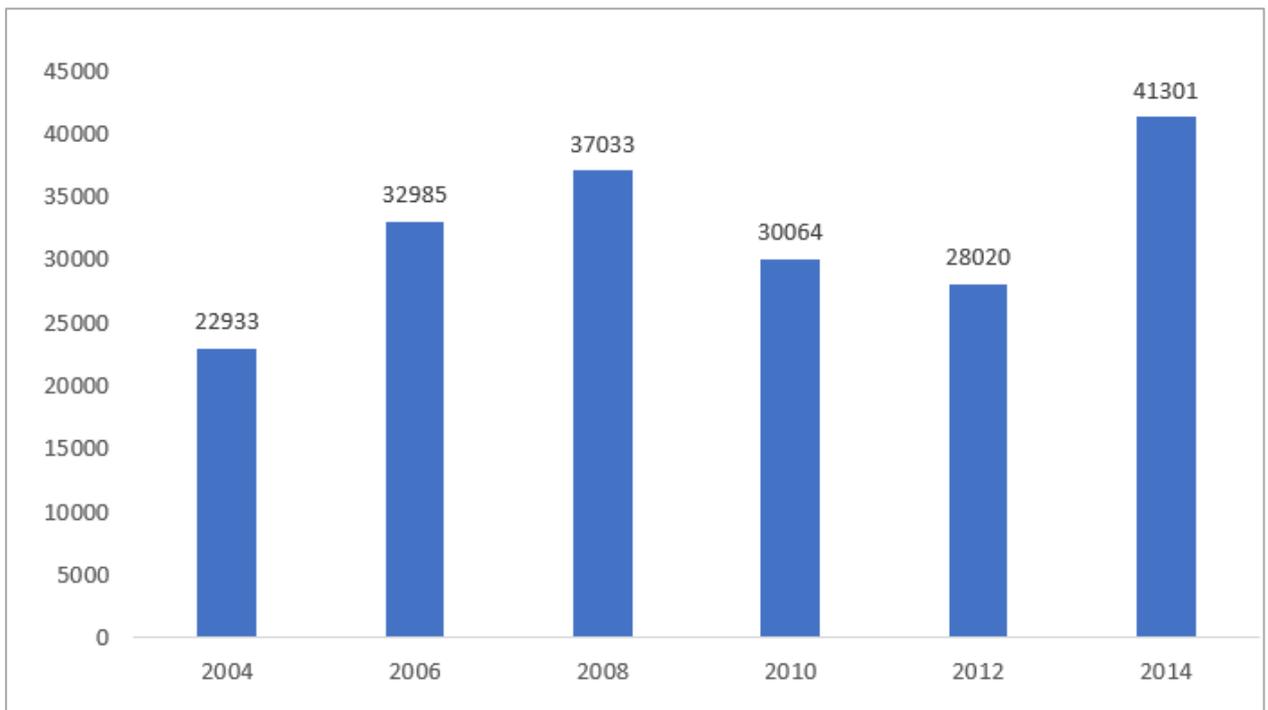
4.1 DESCRIÇÃO DA AMOSTRA

4.1.1 Distribuição de Entrevistados por Ano de Pesquisa

O presente capítulo busca demonstrar a distribuição dos dados coletados a partir do *Américas Barômeter* em 26 países da América Latina relativos aos questionários realizados no período de 2004 a 2014, compreendidos em 6 ondas nos anos de 2004,2006,2008,2010,2012 e 2014 e que totalizam um montante de 192.336 entrevistados.

A distribuição de entrevistados por onda se deu da seguinte maneira:

Figura 4 – Distribuição de Entrevistados por Ano



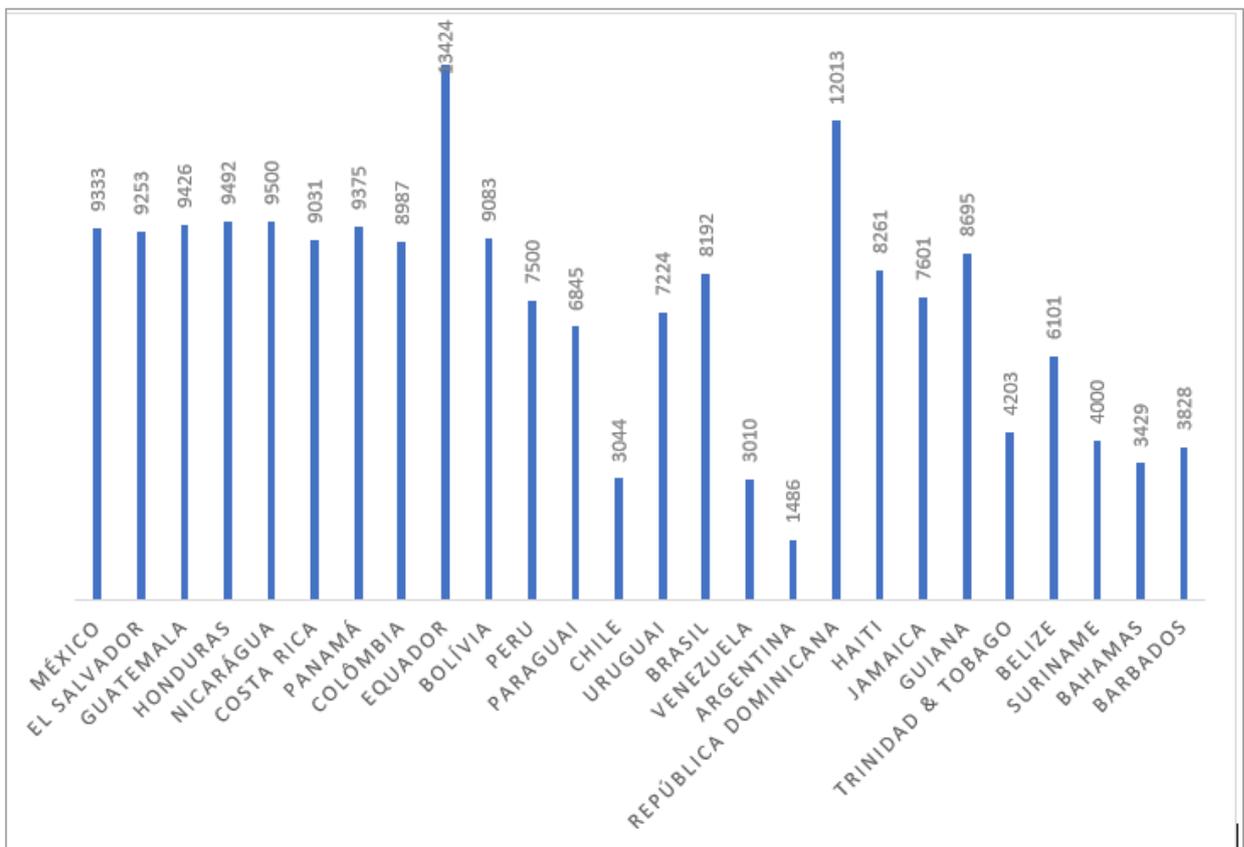
Fonte: elaborado pelo autor.

Os números demonstram que há uma evolução em relação ao número de países envolvidos nas pesquisas, à medida em que as rodadas foram realizadas e aboradaram até 26 países na região.

4.1.2 Distribuição de Entrevistados por País

A amplitude da distribuição de dados por países demonstra a conformidade que se busca investigar nesta pesquisa em relação ao contexto da América Latina. Todas as regiões do continente foram abordadas, sejam na América do Sul, na América Central (que inclui os países do Caribe) ou no México. Em relação aos países em que houve pesquisa, os dados estão assim distribuídos:

Figura 5 – Distribuição de Entrevistados por País

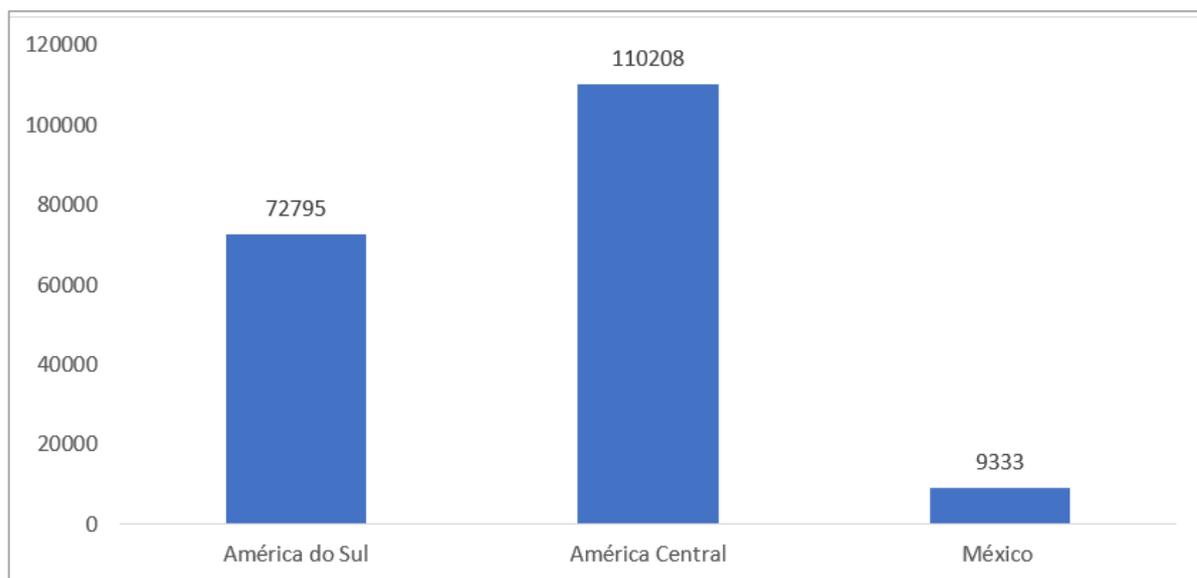


Fonte: elaborado pelo autor.

4.1.3 Distribuição de Entrevistados por Região (América do Sul, América Central e América do Norte)

Embora haja outras regionalizações da América Latina, optou-se nessa pesquisa por dividir as regiões da forma mais tradicional nas pesquisas em três regiões: América do Sul, América Central (que engloba os países do Caribe) e a América do Norte que, no caso há somente um país que é latino.

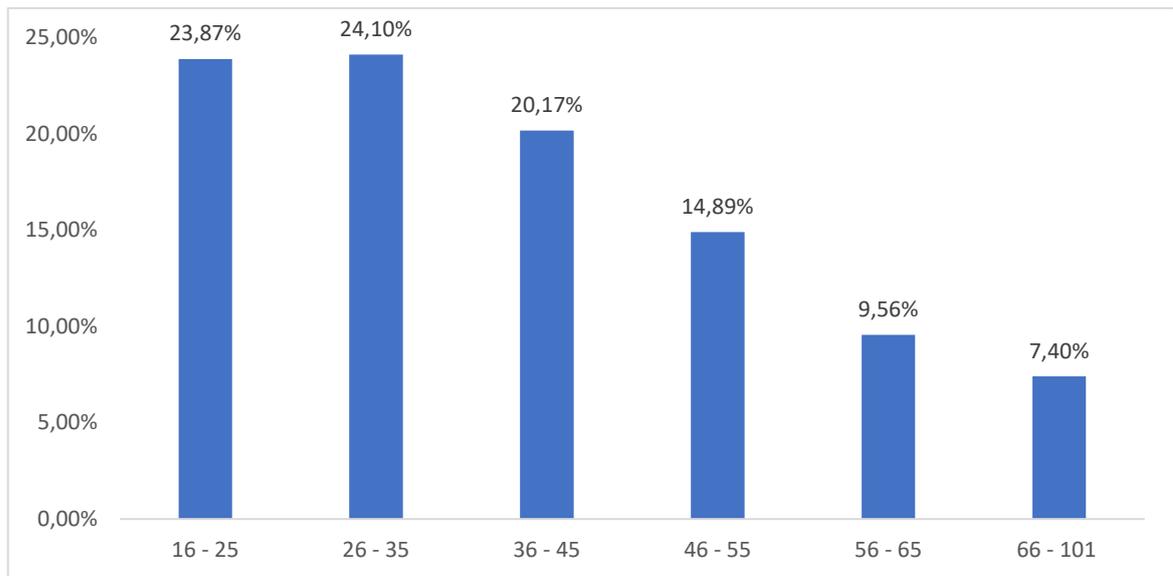
Figura 6 – Distribuição de Entrevistados por Região



Fonte: elaborado pelo autor.

4.1.4 Distribuição de Entrevistados por Faixa Etária

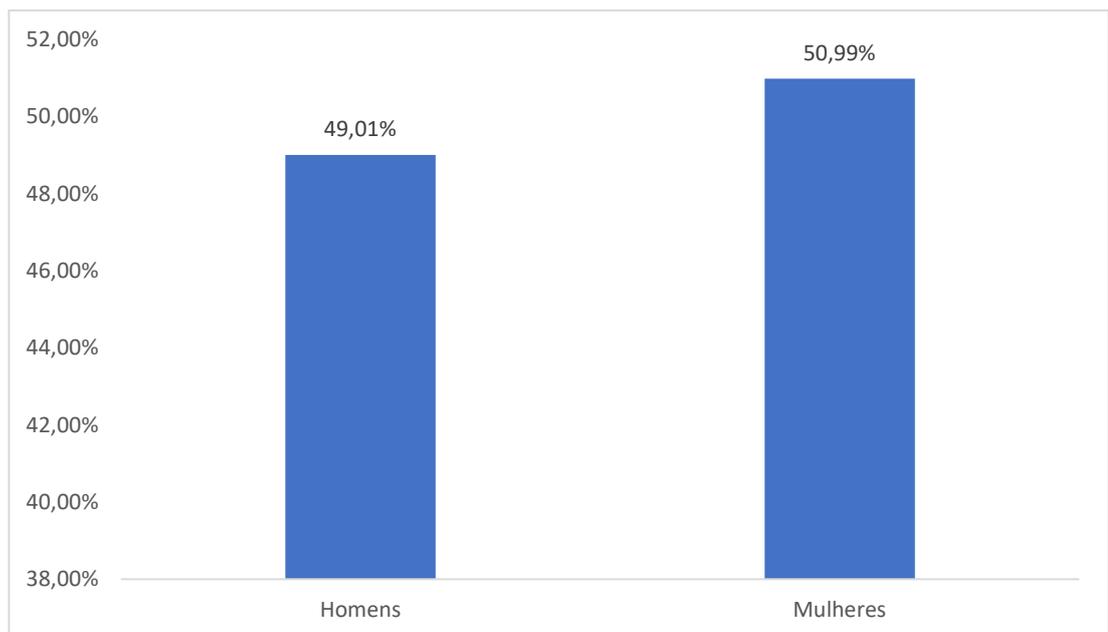
Os dados relativos à idade foram classificados em 6 faixas compreendidas entre 16 anos de idade e 101 que é a idade do respondente mais velho. A primeira faixa engloba os respondentes com idade entre 16 e 25 anos, a segunda faixa entre 26 e 35 anos, a terceira entre 36 e 45 anos, a quarta entre 46 e 55, a quinta entre 56 e 65 anos e a última faixa a partir dos 66 anos. O recorte inicial de 16 anos deu-se em função de que os cidadãos nesta faixa detem capacidade eleitoral ativa. A última faixa foi arbitrada em função de que na maioria dos países onde houve a pesquisa, nessa idade, os entrevistados não estão sendo considerados nas estatísticas da população economicamente ativa. Nesse sentido, estão assim distribuídos os dados relativos à idade:

Figura 7 – Distribuição de Entrevistados por Faixa Etária

Fonte: elaborado pelo autor.

4.1.5 Distribuição de Entrevistados por Gênero

CEPAL (2018) apresenta a distribuição da população por gênero na América Latina. Esses dados apontam que há mais mulheres que homens na região. Os dados dessa amostra também consideram um número um pouco maior de mulheres entrevistadas. A distribuição da amostra por gênero é a seguinte:

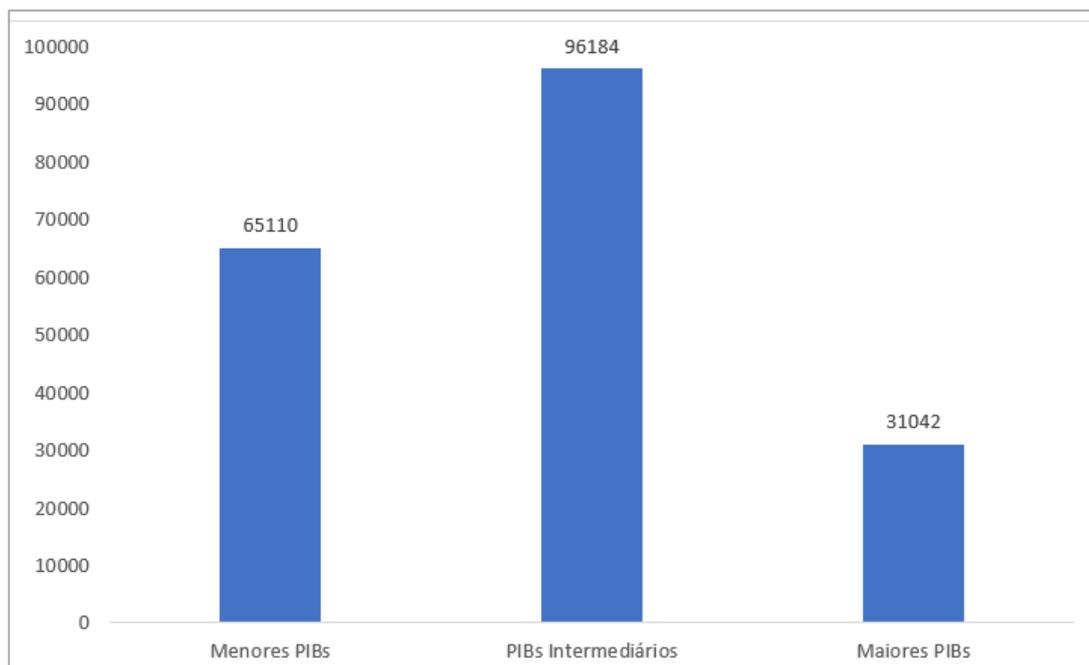
Figura 8 – Distribuição de Entrevistados por Gênero

Fonte: elaborado pelo autor.

4.1.6 Distribuição de Entrevistados por Produto Interno Bruto (PIB)

Considerando os dados do anuário estatístico da CEPAL, os países foram agrupados em três níveis: países com menor PIB, países com PIB intermediário e países com maior PIB. Nos países mais desenvolvidos, foram considerados aqueles que apresentam os cinco maiores PIBs médios no período (acesso site da Organização para a Cooperação e DesenvolvimentoCDE): México, Brasil, Argentina, Chile e Colômbia. No grupo intermediário, estão os países entre o sexto e o décimo quinto PIB: Peru, Equador, República Dominicana, Guatemala, Panamá, Costa Rica, Uruguai, Bolívia, Paraguai e El Salvador. O terceiro grupo é formado pelos seguintes países: Honduras, Nicarágua, Venezuela, Haiti, Jamaica, Guiana, Trinidad ; Tobago, Belize, Suriname, Bahamas e Barbados. Os dados foram agrupados com as seguintes frequências:

Figura 9 – Distribuição de Entrevistados por PIB



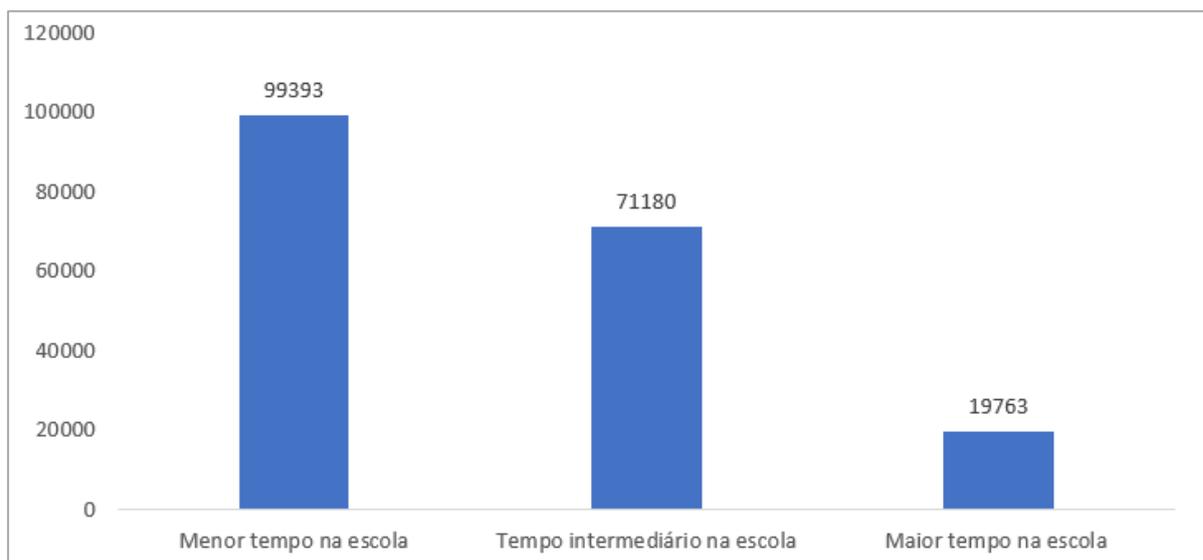
Fonte: elaborado pelo autor.

4.1.7 Distribuição de Entrevistados por Tempo de Permanência na Escola

O Relatório de Desenvolvimento Humano (2014), publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), traz dados relativos à quantidade de anos de permanência na escola por país. Com o intuito de compreender os efeitos da escolarização sobre os construtos dessa pesquisa, também foi realizado um agrupamento por países considerando

os dados apresentados pelo PNUD. No grupo com maior escolarização, constam os países com maior quantidade de anos dos alunos na escola: Bahamas (10.9 anos), Trinidad ; Tobago (10.8 anos), Argentina (9.8 anos), Chile (9.8 anos) e Jamaica (9.6 anos). No grupo intermediário, constam os países que têm entre 9.4 anos e 8.4 anos de permanência na escola, a saber: Barbados, Panamá, Belize, Bolívia, Peru, Venezuela, México, Uruguai, Guiana e Costa Rica. No terceiro grupo, constam aqueles que têm menos escolarização: Suriname, Paraguai, Equador, República Dominicana, Brasil, Colômbia, El Salvador, Nicarágua, Guatemala, Honduras e Haiti. Em relação aos dados educacionais, apresentam a seguinte frequência:

Figura 10 – Distribuição de Entrevistados por Tempo de Permanência na Escola



Fonte: elaborado pelo autor.

4.2 ANÁLISE DOS CONSTRUTOS

4.2 CAPITAL SOCIAL

Brehm e Rahn (1997) afirmam que a relação causal entre o engajamento cívico e a confiança interpessoal se dão de forma recíproca. Igualmente, Hawes *et al.* (2012) concluíam que os construtos estão empiricamente relacionados, mas que as conexões são mais fortes na participação em organizações da sociedade para a confiança interpessoal.

Os primeiros testes realizados para esse construto foram as análises de variância que apresentaram os seguintes resultados:

Tabela 12 - Resultados da Análise de Variância variáveis controle Capital Social

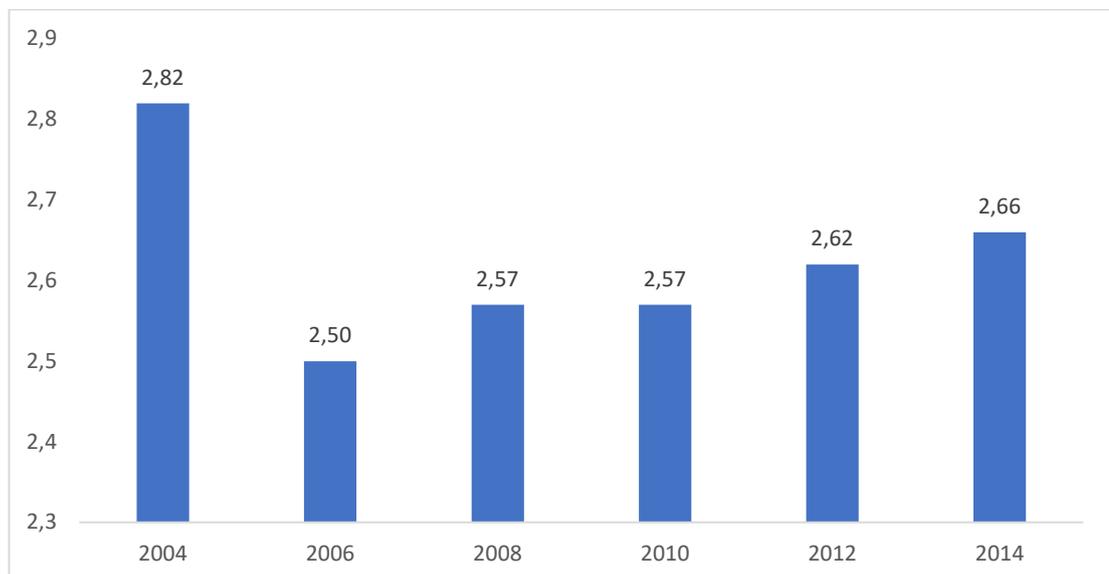
	Soma dos Quadrados	gl	Quadrado Médio	F	Sig.
País	53149,210	12	4429,101	81,160	,000
Brasil	24,516	12	2,043	36,546	,000
Região	48,872	12	4,073	12,315	,000
PIB	60,065	12	5,005	20,355	,000
Gênero	249,948	12	20,829	84,269	,000
IdadEsc	939,579	12	78,298	33,104	,000

Nesse sentido, todos os fatores têm variância tem significância.

4.2.1 Capital Social por Ano de Pesquisa

O período inicial de exame, ano de 2004, foi o ano de maior média de capital social na série 2,82, apresentando no ano de 2006 uma queda para 2,50 e vem crescendo gradativamente nas pesquisas seguintes, alcançando em 2014 a média de 2,66. Os resultados encontrados nesta pesquisa demonstram que há um forte declínio do capital social de 2004 para 2006, que ao longo do tempo os índices vêm se recuperando gradativamente e que há importante crescimento nos últimos períodos, sem contudo, repetir os níveis do início da década de 2000.

Figura 11 - Capital Social por Ano



Fonte: elaborado pelo autor.

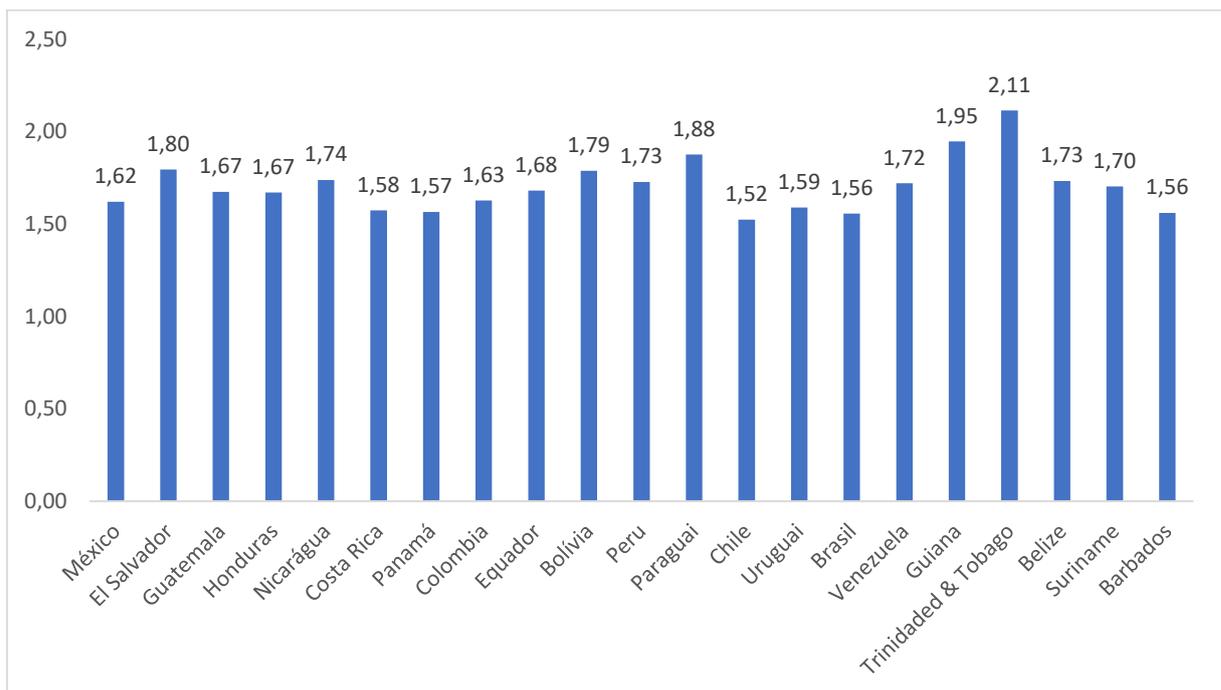
Esses dados repetem a tendência encontrada na Europa por Sarracino;Miguka (2016). Os exames desses autores apontam que até o final da década de noventa houve crescimento dos níveis de capital social dos países daquela região, entretanto, desde os anos 2000 vem ocorrendo declínio da participação em organizações da sociedade e nos níveis de capital social até 2014, último ano estudado.

Clark (2015) explica que o declínio do capital social nos Estados Unidos tem ocorrido em função da erosão das conexões sociais e da perda da confiança interpessoal nas comunidades. Esse autor afirma que a explicação para esse declínio se deu em função de que os indivíduos mudam de idéia com maior facilidade e a modernizações nas relações, inclusive de trabalho. Ele ratifica que o fator central para o declínio está, portanto, ligado aos aspectos das mudanças de gerações.

4.2.2 Capital Social por País

As explicações para a variação dos níveis de capital social entre países são a desigualdade de renda e a diversidade étnica (MEER; TOLSMA, 2014; PAARLBERG; HOYMAN; MCCALL, 2017).

Figura 12 - Capital Social por País



Fonte: elaborado pelo autor.

Os três países que apresentam maiores médias de capital social são Trinidad & Tobago com média de 2,11; Guiana com 1,95 e Paraguai com 1,88. Já os três países com menores médias são o Chile com 1,52; Brasil e Barbados, ambos com média de 1,56. Comparados com os dados do mesmo período na Europa (Sarracino; Migucka, 2016) é possível afirmar que as médias apresentadas na América Latina são menores do que daqueles países.

Os resultados encontrados para o contexto latino-americano contrariam em parte a teoria que explica as diferenças dos níveis de capital social entre as nações, como já dito anteriormente, a partir de dois fatores sociais: desigualdade de renda e diversidade étnica (MEER; TOLSMA, 2014; PAARLBERG; HOYMAN; MCCALL, 2017).

A teoria afirma que, quanto maior a heterogeneidade, menor o nível de capital social (PAARLBERG; HOYMAN; MCCALL, 2017). O entendimento é de que a raça, muitas vezes, é utilizada para desvalorizar ou diminuir as outras pessoas (SAVELKOUL; GESTHUIZEN; SCHEEPERS, 2011). Meyong; Seo (2016) explicam os maiores índices de capital social a partir da tipologia de *bonding social capital* ou capital de aglutinação. Para eles a homogeneidade de uma população permite acessar recursos dentro de grupos sociais por membros com características sociodemográficas semelhantes, como classe, raça, religião, etc. Nessa tipologia, as transações acontecem dentro de um mesmo grupo e os atores têm interesse comum.

Já a desigualdade de renda aumenta as disparidades e a polarização de classes, onde os indivíduos preferem se relacionar apenas com os seus pares, retratando uma certa homofilia (KAWACHI *et al.*, 1997; KNACK; KEEFER, 1997). Esse comportamento leva a uma menor confiança interpessoal, reduz a solidariedade social e promove uma maior competição por recursos entre os membros daqueles países. Assim, países que têm maior desigualdade, obteriam um menor capital social.

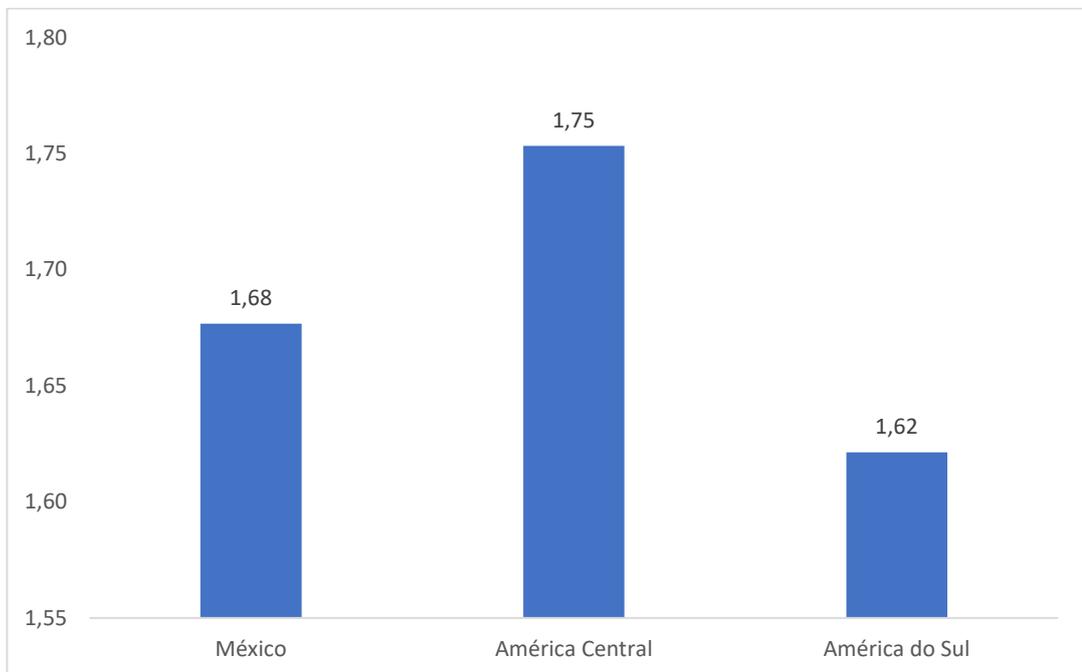
Dessa forma, os resultados aqui encontrados contrariam apenas em parte a teoria, pois os países com maior nível de capital social no contexto latino-americano (Trinidad & Tobago, Guiana e Paraguai) têm em suas populações baixíssima diversidade étnica, são em sua imensa maioria formada por mestiços e não constam entre os países com menor distribuição de renda na região (CEPAL, 2018).

Por sua vez, os países com menor nível (Chile, Brasil e Barbados) também têm populações homogêneas (exceto o Brasil), sendo predominantemente brancos ou negros em cada país, e não constam entre os menores níveis de desigualdade na região (CEPAL, 2018).

4.2.3 Capital Social por Região

Considerando as sub-regiões, os resultados encontrados confirmam a teoria segundo a qual a heterogeneidade étnica (MEER; TOLSMA, 2014; PAARLBERG; HOYMAN; MCCALL, 2017) e a desigualdade de renda (KAWACHI *et al.*, 1997; KNACK; KEEFER, 1997) afetam negativamente o capital social. A América Latina como um todo é marcada por sua diversidade étnica e por baixa distribuição de renda. Atrás apenas de países africanos, tanto no México, como na América Central e na América do Sul, há países que figuram na lista dos mais desiguais do mundo.

Figura 13 – Capital Social por Região

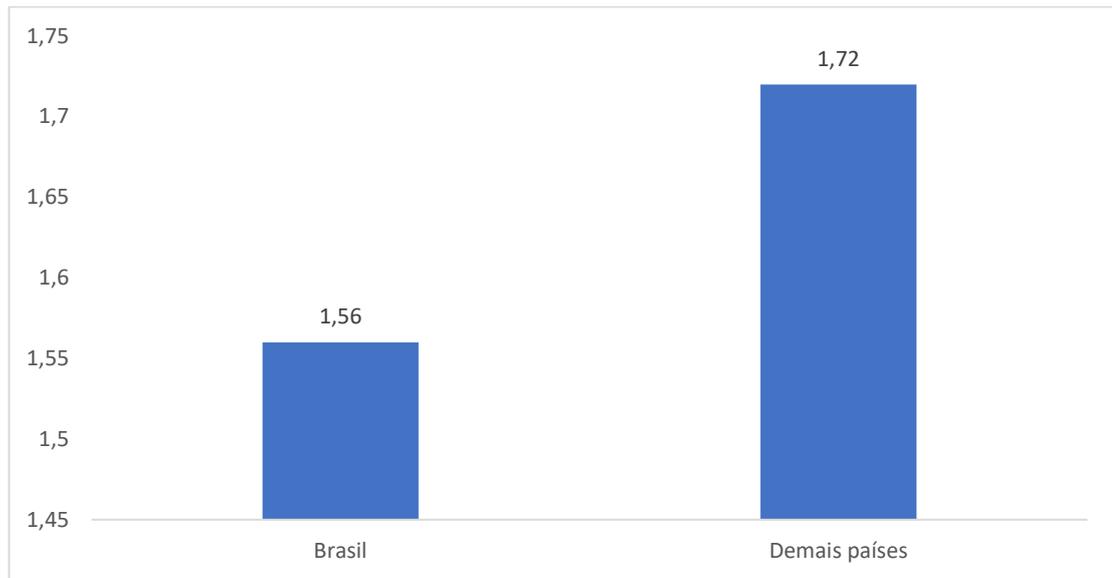


Fonte: elaborado pelo autor.

O grupo de países com maior nível e capital social é o da América Central com média de 1,75, seguido pelo México com 1,68 e pelo grupo da América do Sul com 1,62. O grupo de países que formam a América Central tem população homogênea e não figuram entre os mais baixos índices de distribuição de renda na região como um todo (CEPAL, 2018).

4.2.4 Capital Social dos Brasileiros em Relação aos Demais Países

O Brasil apresentou capital social médio no período de 2,52, frente aos 2,60 dos demais países da região.

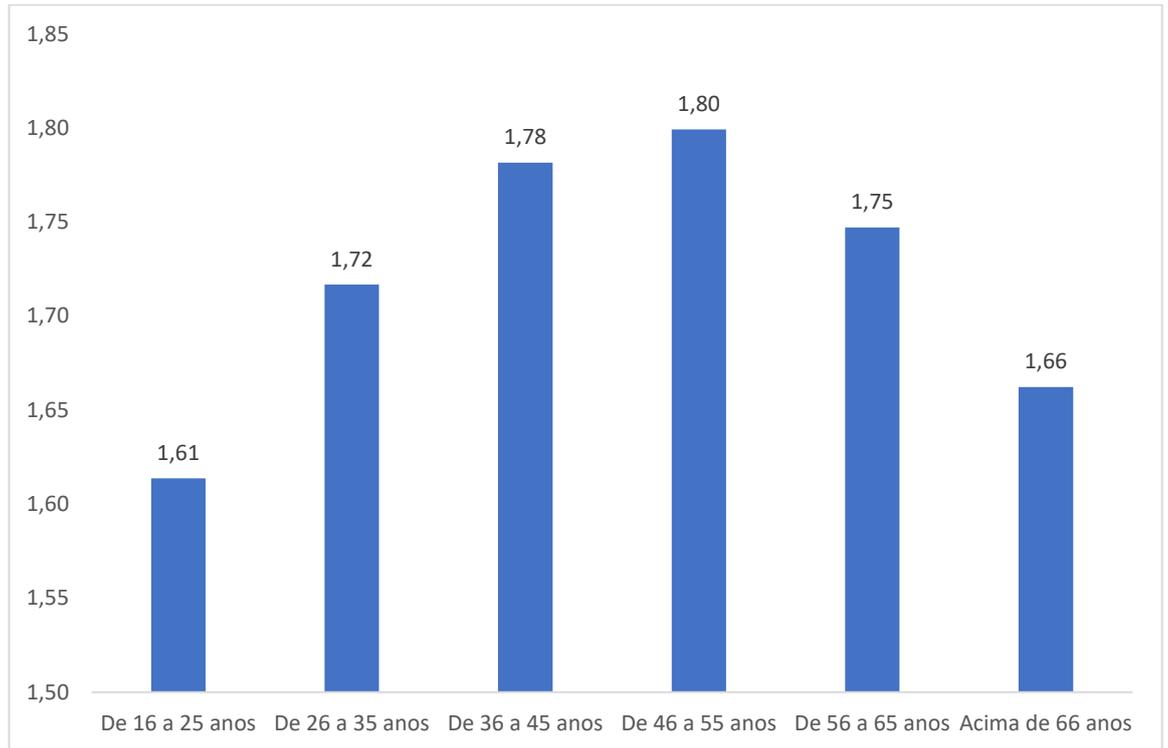
Figura 14 – Capital Social dos Brasileiros em Relação aos Demais Países

Fonte: elaborado pelo autor.

Os dados dessa pesquisa confirmam a teoria. Considerando que a desigualdade de renda e a heterogeneidade étnica têm efeitos negativos sobre o capital social (MEER; TOLSMA, 2014; PAARLBERG; HOYMAN; MCCALL, 2017), o Brasil é um dos países com menor nível de capital social da América Latina. Paarlberg, Hoyman; McCall (2017) afirmam que quanto maior a heterogeneidade étnica, menor o capital social. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a composição étnica e racial da sociedade brasileira abriga grande diversidade. Reconhecida por sua miscigenação racial, a população brasileira tem origem em diferentes etnias, como os indígenas originais, o negros africanos, os portugueses e, posteriormente, as mais divesas ondas migratórias de europeus, japoneses e asiáticos. A teoria afirma que a raça e a homofilia são os fatores de diferenciação e redução dos níveis de confiança entre as pessoas. Além dessa diversidade na sua população, de acordo com a OCDE (2014), o Brasil é o 8º país com maior desigualdade no mundo.

4.2.5 Capital Social por Faixa Etária

Ao examinar a análise de variância verifica-se que os resultados apontam para segnificância entre as diversas faixas etárias. Os resultados alcançam média de 1,61 para a faixa entre 16 a 25 anos; 1,72 para a faixa de 26 a 35 anos; 1,78 para a faixa de 36 a 45 anos; 1,80 na faixa entre 46 a 55 anos; 1,75 para a faixa entre 56 e 65 anos e de 1,66 a partir de 65 anos.

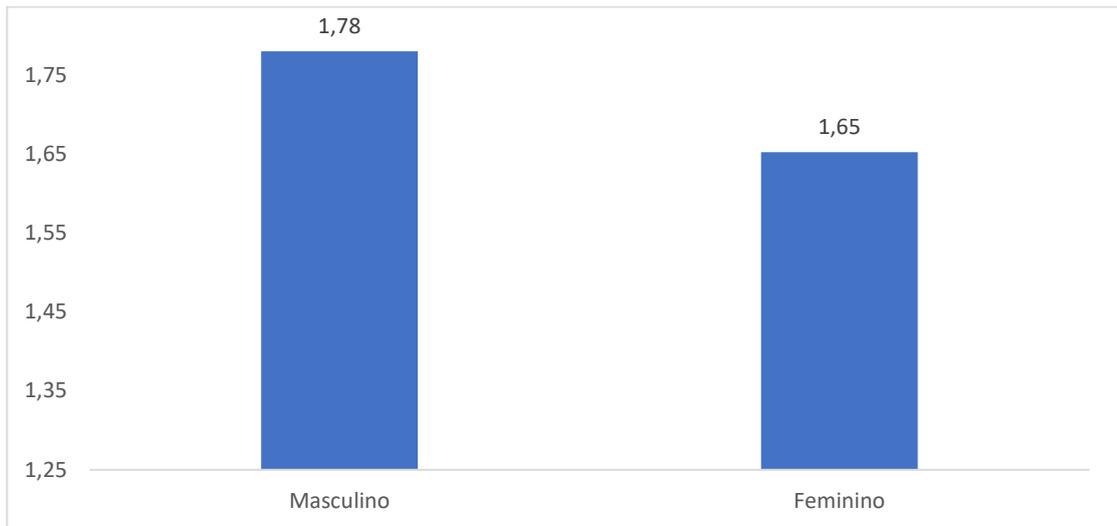
Figura 15 – Capital Social por Faixa Etária

Fonte: elaborado pelo autor.

Os resultados encontrados nessa pesquisa contrariam a teoria de que há um declínio do capital social à medida em que envelhecemos (SCHWADEL;STOUT, 2012). Os dados da América Latina mostram que há declínio do capital social a partir da idade de 56 anos.

4.2.6 Capital Social por Gênero

A teoria aponta que mulheres e homens apresentam médias iguais de Capital Social (NORRIS; INGLEHART, 2003). Entretanto, os dados encontrados para essa amostra na América Latina apresentam que o gênero masculino alcança média de 1,78; enquanto as mulheres chegam a 1,65.

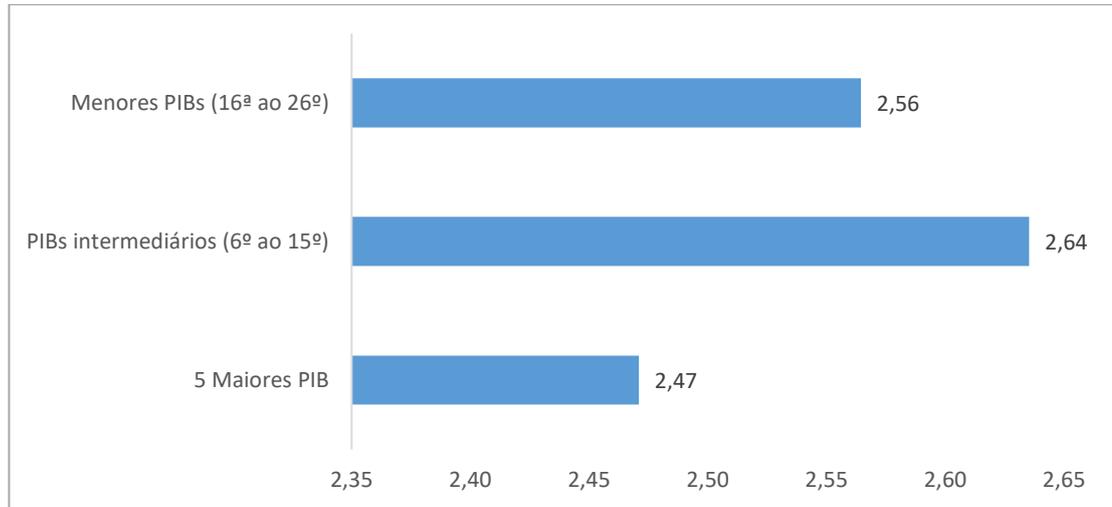
Figura 16 – Capital Social por Gênero

Fonte: elaborado pelo autor.

Norris;Inglehart (2003) apontam que mulheres, de uma forma geral, participam em associações ligadas às causas feministas, da família e da comunidade, ao passo que os homens estão mais ligados ao caráter público, como associações profissionais, sindicatos, clubes, grêmios, etc. (LOWNDES, 2003). Outros estudos vêm sendo realizados para compreender as razões pelas quais homens e mulheres se interessam por envolver-se nesses tipos de associações e os resultados mostram que essa relação se dá não só como reprodução da divisão tradicional do trabalho entre homens e mulheres, como também reforçam essa divisão (SACCHET, 2009). Os resultados da América Latina contrariam a teoria.

4.2.7 Capital Social Por Produto Interno Bruto (PIB)

O grupo de países com maiores PIBs é aquele que tem menor nível de capital social, com 2,47; seguido pelo grupo de PIB menores que alcançou média de 2,56; e o grupo de países com PIB intermediários alcançou a maior média com 2,64.

Figura 17 – Capital Social por PIB

Fonte: elaborado pelo autor.

Os resultados encontrados contrariam a teoria dominante. O marco afirma que, quanto maior o nível de capital social, maior o desenvolvimento econômico (BJØRNSKOV, 2006; DINCER ; USLANER, 2010). Entretanto, os resultados encontrados mostram o menor índice de capital social está nos países com maiores PIB.

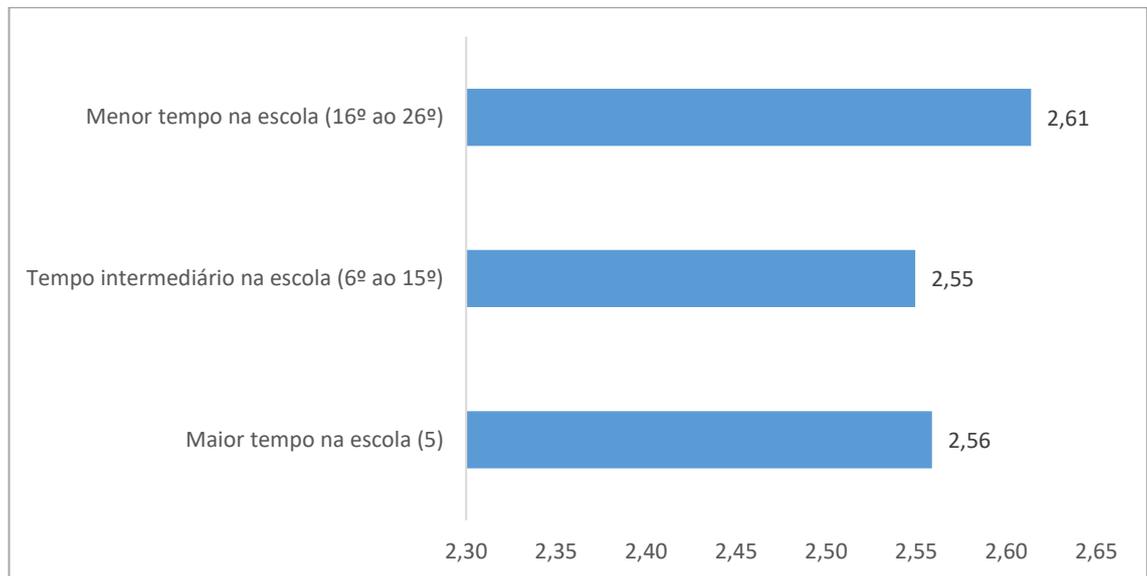
Segundo a literatura, o capital social aumenta o fluxo de informações e melhora a coordenação de ações que, por sua vez, permite melhorar as saídas da economia agregada (PUTNAM,1993); melhora a eficiência e substitui contratos, nos casos dos países mais pobres, e facilita transações complexas em países mais ricos (FUKUYAMA, 1995); reduz os custos de monitoramento e os comportamento parasitas (KNACK; KEEFER, 1997) e reduz os incentivos ao oportunismo e ao egoísmo (WHITELEY, 2000). As relações entre capital social e desenvolvimento econômico é positiva e significativa estatisticamente (DOH, 2014).

Os resultados encontrados talvez expliquem as razões pelas quais os países que compõem esse grupo (México, Brasil, Argentina, Chile e Colômbia) sejam marcados por uma enorme quantidade de leis, regulamentos, regulações e relações contratuais cada vez mais registradas e que requerem testemunhas ou avalistas (ZURVANIC;GUSTA, 2016).

4.2.8 Capital Social por Permanência na Escola em Anos

A literatura aponta que onde há maior escolarização, há maior capital social (COLEMAN, 1988; CLARK, 2015). Entretanto, os resultados achados demonstram índice maior para aquele grupo que permaneceu menor tempo na escola. Aqueles que permanecem menos tempo na escola alcançou média de 2,61; aqueles que compõem o grupo com tempo intermediário nas escolas que alcançou média de 2,55 e entre aqueles países onde seus cidadãos permanecem menor tempo na escola a média foi de 2,56.

Figura 18 – Capital Social por Permanência na Escola em Anos



Fonte: elaborado pelo autor.

Clark (2015) afirma que a decisão de participar dos problemas das comunidades decorre de escolha pessoal e individualizada que depende do nível educacional e da participação de outras pessoas. Para o autor quanto maior o nível de escolarização maior o envolvimento do cidadão em ações coletivas da comunidade. Forte;Palomino;Ausina (2015) afirmam que o nível educacional importa, pois amplia o capital humano disponível na sociedade. Neste sentido, os dados da América Latina contrariam a teoria.

4.3 SATISFAÇÃO COM OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE INFRAESTRUTURA, SAÚDE E EDUCAÇÃO

Alguns estudiosos indicam as avaliações desempenho de governo como uma maneira para aferir se o governo está agindo de acordo com as expectativas (LEVI; STOKER, 2000; MILLER ; LISTHAUG, 1999). Putnam (1993), ao explicar as relações do capital social com a performance das instituições que prestam serviços públicos, afirmou que elas se dão por meio do ativismo político e pela eficiência administrativa.

Andrews (2011) considera que performance no setor público é caracterizada por alto grau de complexidade pelo aspecto invariavelmente multidimensional. Para o autor, apesar dessa complexidade, há elementos tangíveis para aferir o construto, tais como a velocidade com a qual os serviços são entregues, a extensão na qual os burocratas conhecem as necessidades dos usuários dos serviços e capacidade das instituições públicas para realmente entregar o serviço efetivamente. A teoria afirma que a aferição da performance dos serviços públicos considera três fatores: a eficiência administrativa das instituições, as relações entre o ativismo político e as instituições e o contexto sócioeconômico dos países (TAVITS, 2006).

Stoyan *et al* (2014) afirmam que as percepções dos cidadãos acerca dos serviços públicos é uma dimensão que consegue captar melhor o atendimento do nível de expectativas dos cidadãos em relação às instituições e a administração da economia pelo governo.

Para fins dessa pesquisa, os dados utilizados consideram diretamente a satisfação dos usuários com os serviços de infraestrutura, saúde e educação.

No exame de ANOVA foram obtidos os seguintes resultados:

Tabela 13 - Resultados da Análise de Variância variáveis controle Satisfação Serviços Públicos Infraestrutura, saúde e educação

	Soma dos Quadrados	gl	Quadrado Médio	F	Sig.
País	18194,553	9	2021,617	21,868	,000
Brasil	34,011	9	3,779	90,176	,000
Região	26,716	9	2,968	10,908	,000
PIB	125,378	9	13,931	69,829	,000
Ano	246,534	9	27,393	28,556	,000

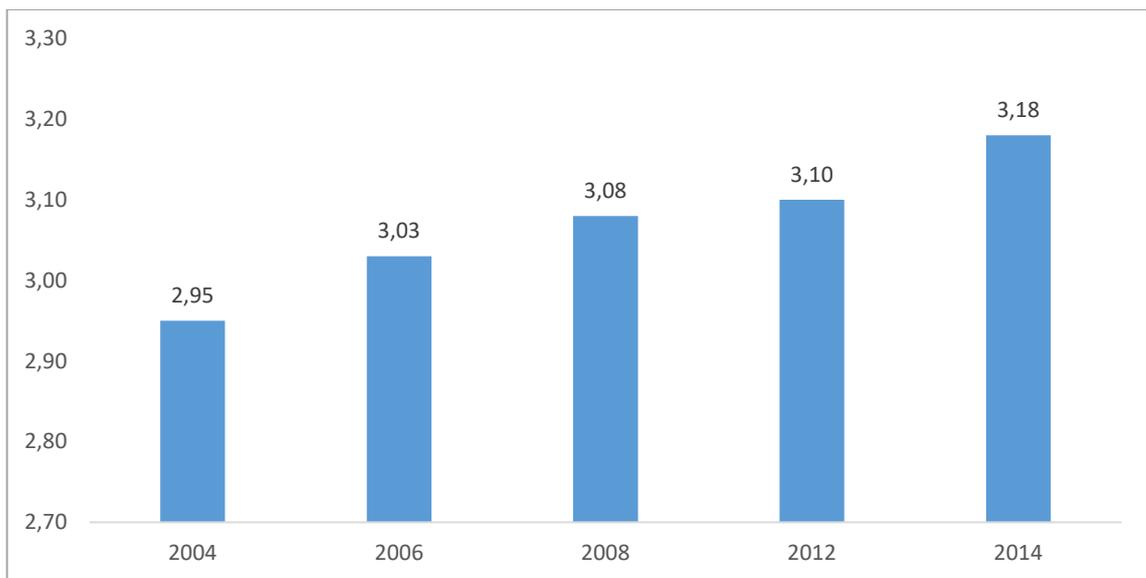
Gênero	2,624	9	,292	1,166	,312
IdadEsc	170,478	9	18,942	8,255	,000

Pela análise da variância é possível afirmar que apenas o fator gênero não apresentou diferença significativa, ou seja, as avaliações de satisfação com os serviços públicos independem de gênero. Nos demais fatores há variância significativa.

4.3.1 Satisfação com os Serviços Públicos Infraestrutura, Saúde e Educação por Ano de Pesquisa

Os médias alcançadas por essa variável foram crescentes ao longo do período examinado. O período inicial registrou média de 2,95 e nas pesquisas seguintes continuaram crescendo até alcançar 3,18 em 2014.

Figura 19 - Satisfação com os serviços públicos de Infraestrutura, Saúde e Educação por ano



Fonte: elaborado pelo autor.

Lee (1994) afirma que as percepções das pessoas sobre como são tratados quando buscam por serviços públicos formam as suas atitudes em relação ao governo. Wang (2010) afirma que os resultados da avaliação dos serviços públicos pelos cidadãos decorrem da memória recente do serviço recebido.

Glaeser *et al.* (2004) afirmam que a satisfação dos usuários com os serviços públicos aumenta à medida que a escala da atividade econômica se expande e La Porta *et al.* (1999), por

sua vez, consideram que o governo que tem melhores serviços públicos tem melhor situação econômica.

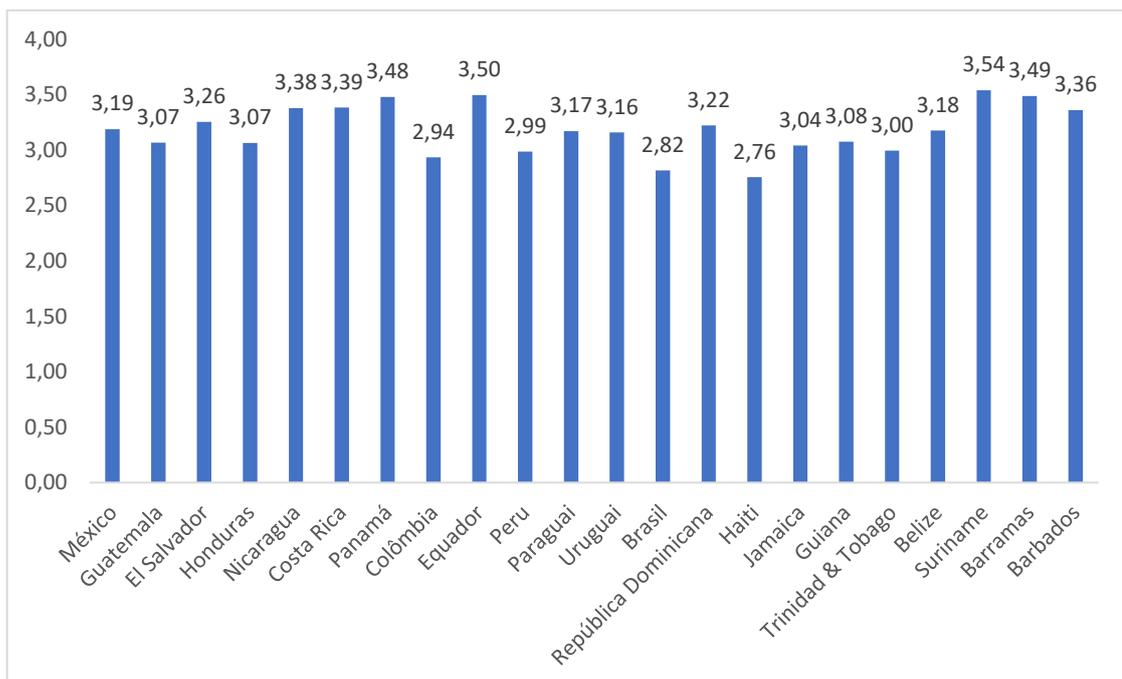
. Esse desempenho alto pode ter ocorrido em função de que vários indicadores econômicos tiveram desempenho muito significativo na região: houve forte distribuição de renda em decorrência do aumento dos gastos sociais dos governos, crescimento generalizados do PIBs em função das *commodities* e dos ajustes fiscais realizados na década anterior, aumento da renda *per capita* em função, entre outras razões, do aumento real dos salários na região e da redução do desemprego (CEPAL,2013; CEPAL,2018).

Outros fatores que podem explicar essa avaliação positiva sobre os serviços públicos são a melhoria do índice de desenvolvimento humano, a melhoria educacional e a redução significativa da mortalidade infantil (ONU/PNUD, 2014).

4.3.2 Satisfação com os Serviços Públicos de Infraestrutura, Saúde Educação por País

A alta percepção sobre a prestação de serviços públicos na região também se confirma quando observamos os resultados encontrados por país. Os maiores índices dos serviços recebidos são o Suriname com média de 3,54; Equador com média de 3,53; e Bahamas com 3,49. Os países que apresentam menores índices são a o Haiti 2,76; Brasil com média de 2,82; e a Colômbia 2,94.

Figura 20 - Satisfação com serviços públicos de Infraestrutura, Saúde e Educação por país



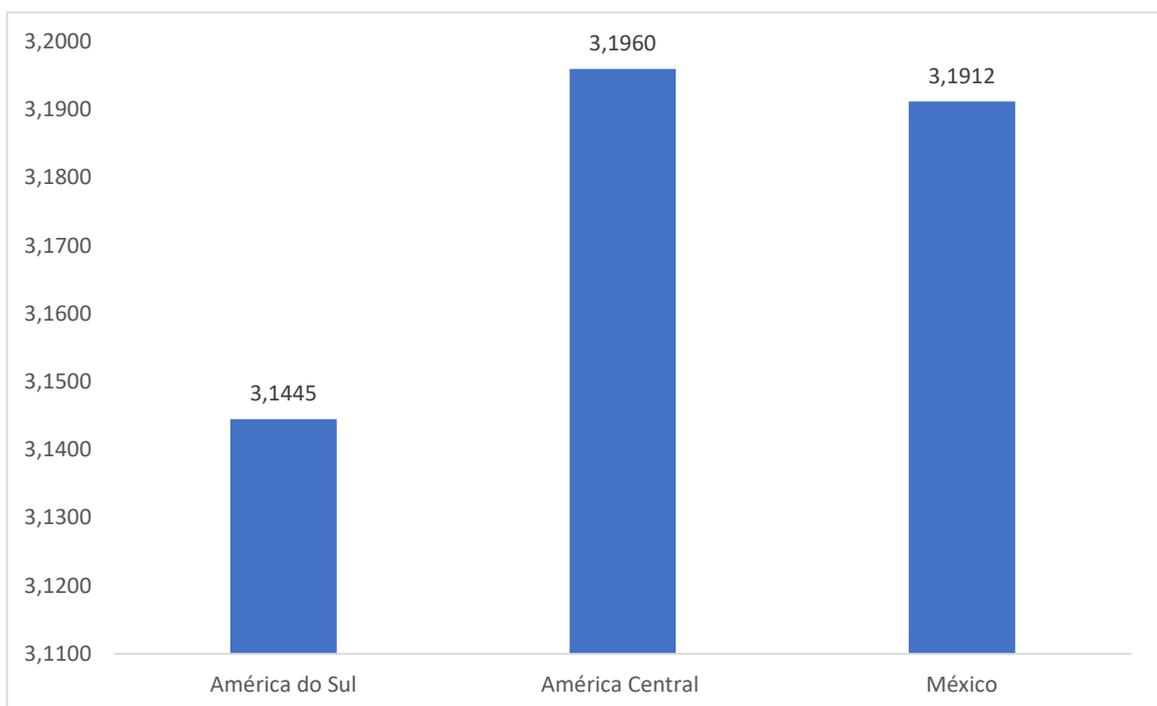
Fonte: elaborado pelo autor.

Esses resultados contrariam a teoria. LA PORTA *et al.* (1999) afirmam que as causas das diferenças dos níveis acerca de performance são os níveis de pobreza e os seus sistemas legais. Sistemas de origem francesa, que garantem mais benefícios aos cidadãos, geram maiores expectativas e, por conseguinte, maiores frustrações. O autor afirma que o sistema francês tem efeitos negativo sobre a avaliação da performance de governo. Entre os países com avaliações mais positivas constam Suriname e Equador e entre os países que tem menores índices estão Haiti e Colômbia; todos eles utilizam sistemas legais baseados no modelo socialista francês e, salvo o Haiti, não figuram entre os países mais pobres da região (CEPAL, 2018). Isso pode conduzir ao pensamento no qual, no contexto latino-americano, a pobreza e a origem do sistema legal não influenciam a avaliação da performance de governo.

4.3.3 Satisfação com os Serviços Públicos de Infraestrutura, Saúde e Educação por Região

Nessa amostra o grupo de países da América Central tem a maior avaliação da performance com 3,1960; seguido pelo México com 3,1912 e o grupo da América do Sul. Embora as diferenças sejam pequenas, conforme o exame da variância, é uma diferença significativa.

Figura 21 - Performance dos Serviços Públicos de Infraestrutura, Saúde e Educação por Região



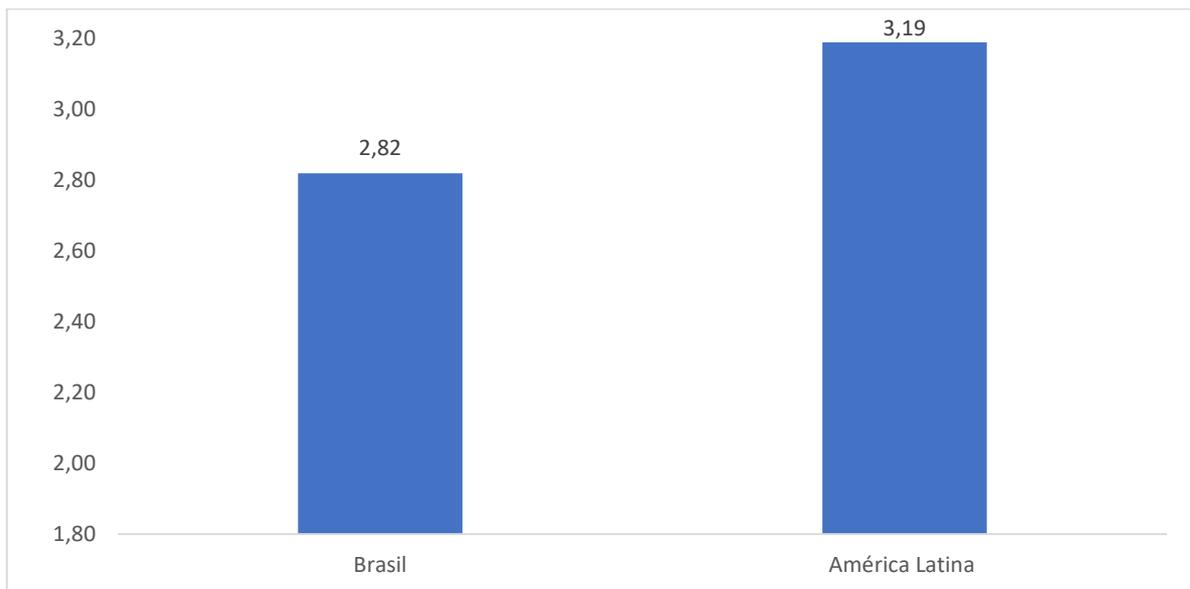
Fonte: elaborado pelo autor.

Os resultados corroboram a teoria de que países com governos maiores tendem a ter melhor performance na prestação dos serviços públicos (RAFAEL, LOPES-DE-SILANES, SHLEIFER, ; VISHNY, 1999). Talvez esses resultados estejam justificados pois o México e os países da América Central figuram entre os países com maior participação do governo na economia na região (PEREZ, 2008).

4.3.4 Satisfação com os Serviços Públicos Brasileiros de Infraestrutura, Saúde e Educação em Relação aos Demais Países

O Brasil tem menos satisfação com serviços públicos do que os demais países da América Latina. Sua média é de 2,82 ao passo que os demais países da região alcançam 3,19.

Figura 22 – Performance dos Serviços Brasileiros de Infraestrutura, Saúde e Educação em Relação aos Demais Países



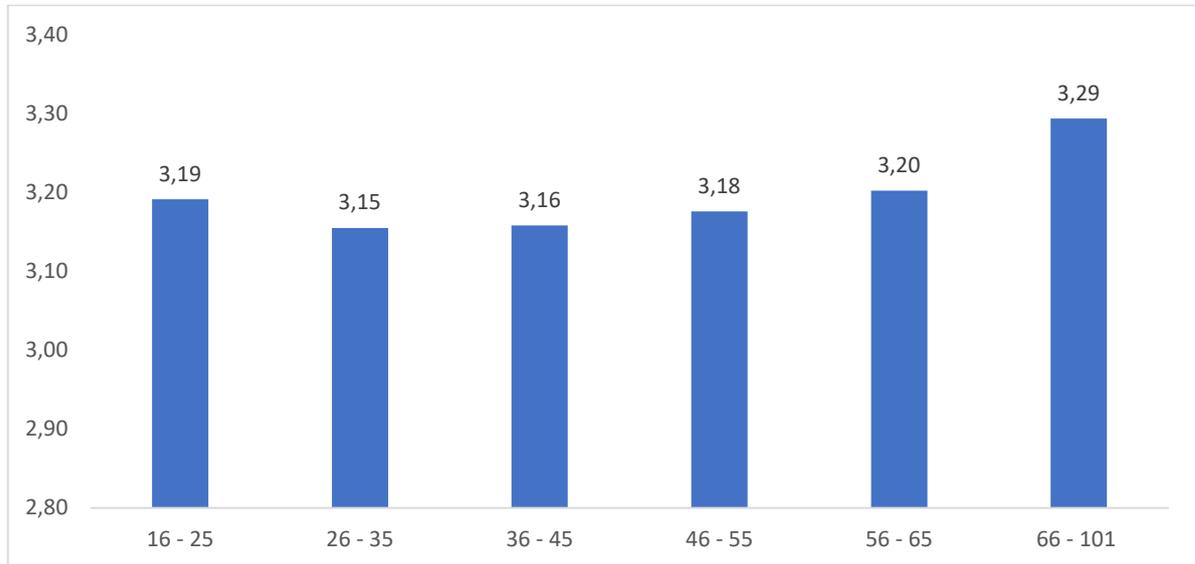
Fonte: elaborado pelo autor.

Os resultados encontrados para o Brasil corroboram a teoria de que países com maior desenvolvimento econômico têm melhor avaliação de serviços públicos (GLAESER *ET AL.* (2004). A atividade econômica da América Latina no período examinado foi maior que a do Brasil, considerando crescimento do PIB como referência.

4.3.5 Satisfação com os Serviços Públicos de Infraestrutura, Saúde e Educação por Faixa Etária

Os resultados apresentados mostram que os mais jovens com média de 3,19 e os mais velhos com 3,29 são aqueles que avaliam melhor a prestação de serviços públicos.

Figura 23 – Performance dos Serviços de Infraestrutura, Saúde e Educação por Faixa Etária



Fonte: elaborado pelo autor.

Os resultados encontrados mostram que as pessoas com mais idade normalmente têm melhor avaliação sobre a prestação de serviços públicos (GROOTAERT, 2003). Esses dados confirmam a teoria de que as pessoas mais jovens são mais críticas e tendem a ser menos satisfeitos com os serviços prestados. Esse comportamento no período em exame pode ser explicado pela transição demográfica pela qual passa a região. A maioria dos países encontra-se em fase avançada de diminuição das suas populações ou de seu respectivo envelhecimento em decorrência da redução das taxas de natalidade e de mortalidade (CEPAL, 2013). Aparentemente, trata-se de um resultado paradoxal, pois se os mais velhos demandam menos serviços de educação e de estradas e rodovias, há maior demanda por serviços de saúde.

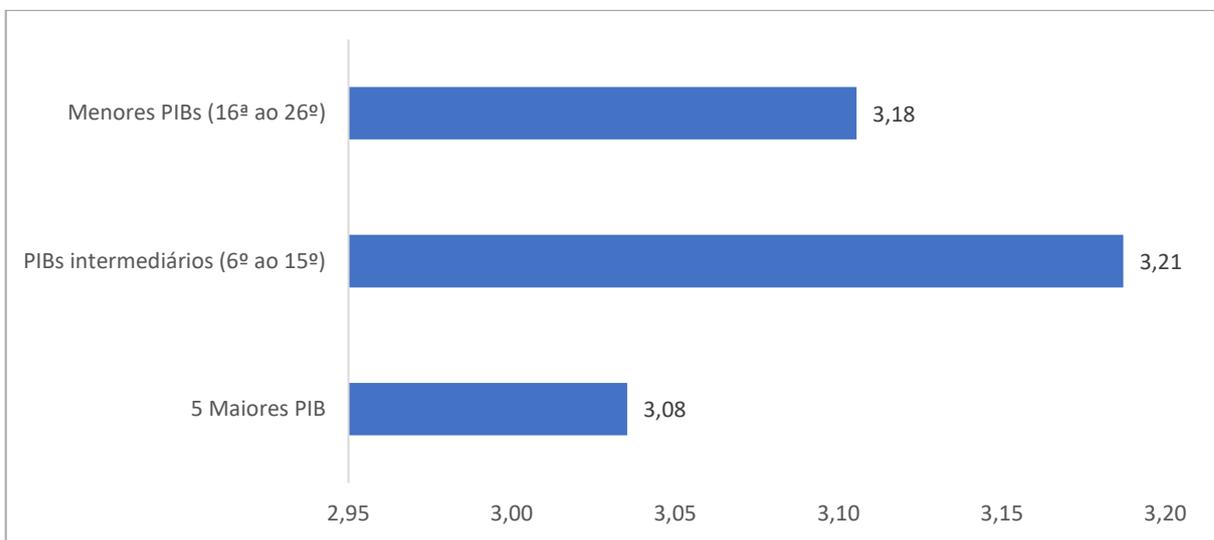
4.3.6 Satisfação com os Serviços Públicos Infraestrutura, Saúde e Educação por Gênero

Conforme apresentado no início deste capítulo não há variação significativa nas avaliações sobre serviços públicos entre homens e mulheres. A teoria aponta, no entanto, que os homens tendem a ter menor satisfação com os serviços públicos de que as mulheres. (MASOOD et al., 2015).

4.3.7 Satisfação com os Serviços Públicos por Produto Interno Bruto (PIB)

O grupo de países que tem melhor média de avaliação dos serviços públicos em função do seu PIB são os países com PIBs intermediários na média 3,21. O grupo de países que tem menores PIBs alcançaram 3,18 e o grupo de países como 5 maiores PIBs tem a menor média 3,08.

Figura 24 – Performance dos Serviços Públicos Infraestrutura, Saúde e Educação por PIB



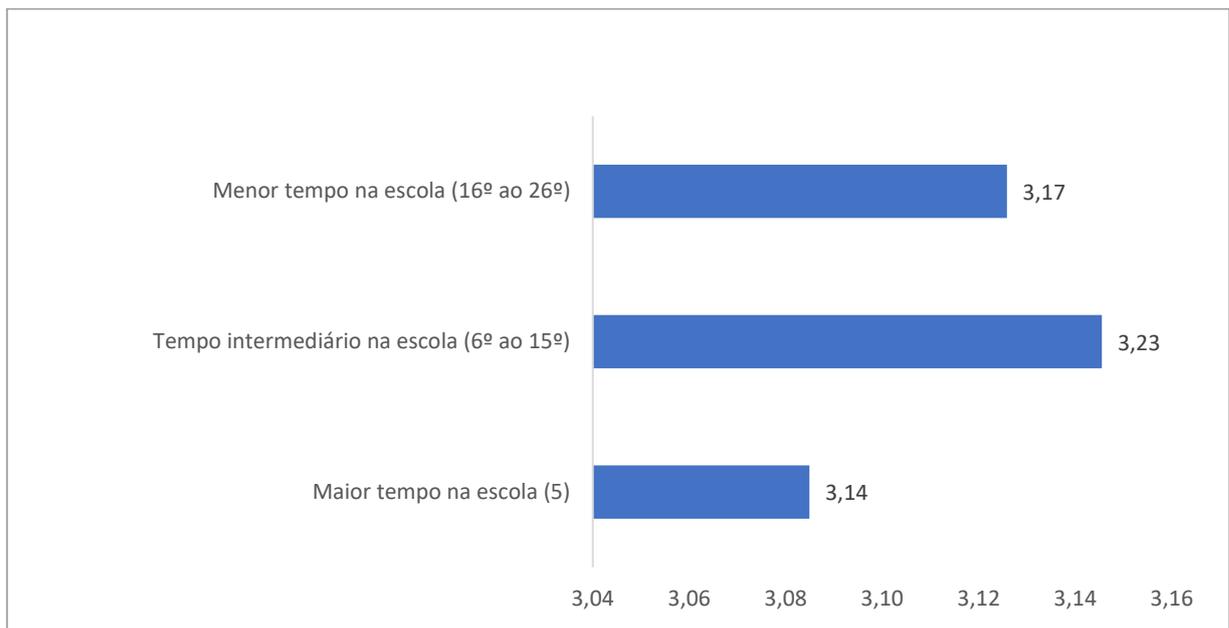
Fonte: elaborado pelo autor.

Os resultados aqui encontrados corroboram a teoria. À medida que o desenvolvimento econômico avança, as prioridades dos cidadãos deixam de ser os bens materiais e eles passam a ter outras necessidades, como aumento da democracia e sua emancipação. Como resultado desse processo, a expectativa dos cidadãos aumenta e eles se tornam mais críticos para com o governo (INGLEHART, 1999; TAVITS, 2006; WANG, 2010). Assim, os países mais ricos da região são aqueles que apresentam menores índices de satisfação com serviços públicos.

4.3.8 Satisfação com os Serviços Públicos de Infraestrutura, Saúde e Educação por Permanência na Escola em Anos

Os países onde os cidadãos permanecem o maior tempo na escola são aqueles que apresentam a menor média de satisfação com os serviços públicos, 3,14. O grupo de países com tempo intermediário alcançou 3,23 e com menor tempo na escola 3,17.

Figura 25 – Performance dos Serviços Públicos de Infraestrutura, Saúde e Educação por Permanência na Escola em Anos



Fonte: elaborado pelo autor.

Os resultados encontrados para o contexto latino-americano corroboram a teoria de que as pessoas com maior escolarização tendem a ser menos satisfeitos com os serviços prestados pelo governo (RAFAEL *et al.*, 1999; TAVITS, 2006; WANG, 2010). O conjunto de países com maior tempo de permanência na escola têm a pior avaliação dos serviços públicos.

4.4 PERCEPÇÕES DA ECONOMIA

A literatura aponta que a percepção da economia decorre das avaliações dos cidadãos da situação da economia nacional e também das percepções a respeito da própria situação financeira (TORCAL, 2014; WROE, 2016). Esses autores confirmam também que essas percepções acompanham os resultados macroeconômicos alcançados por países e regiões.

A análise de variância apresentou os seguintes resultados:

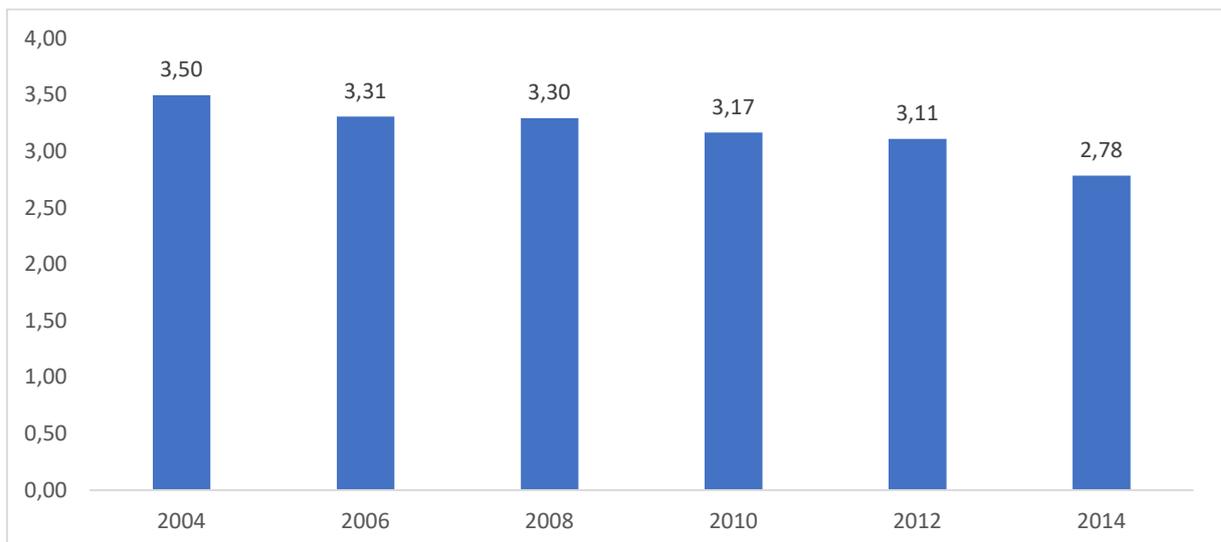
Tabela 14 - -- Resultados da Análise de Variância variáveis controle Percepção da Economia

	Soma dos		Quadrado		Sig.
	Quadrados	gl	Médio	F	
País	64679,451	12	5389,954	104,381	,000
Brasil	87,731	12	7,311	151,177	,000
Educacao	579,717	12	48,310	133,554	,000
Região	1439,642	12	119,970	368,082	,000
PIB	598,414	12	49,868	204,681	,000
Ano	10146,366	12	845,530	156,353	,000
Gênero	6,195	12	,516	2,066	,016
IdadEsc	148,599	12	12,383	5,291	,000

Portanto, há diferença significativa nas variações.

4.4.1 Percepção da Economia por ano

As percepções da economia estão em declínio no período examinado. A percepção alcançou em 2004 a média de 3,50; caindo para 3,31 em 2006; 3,30 em 2008; 3,17 em 2010, 3,11 em 2012 e por fim 2,78 em 2014. Há uma tendência de redução da percepção da economia pelos cidadãos.

Figura 26 – Percepção da Economia por Ano

Fonte: elaborado pelo autor.

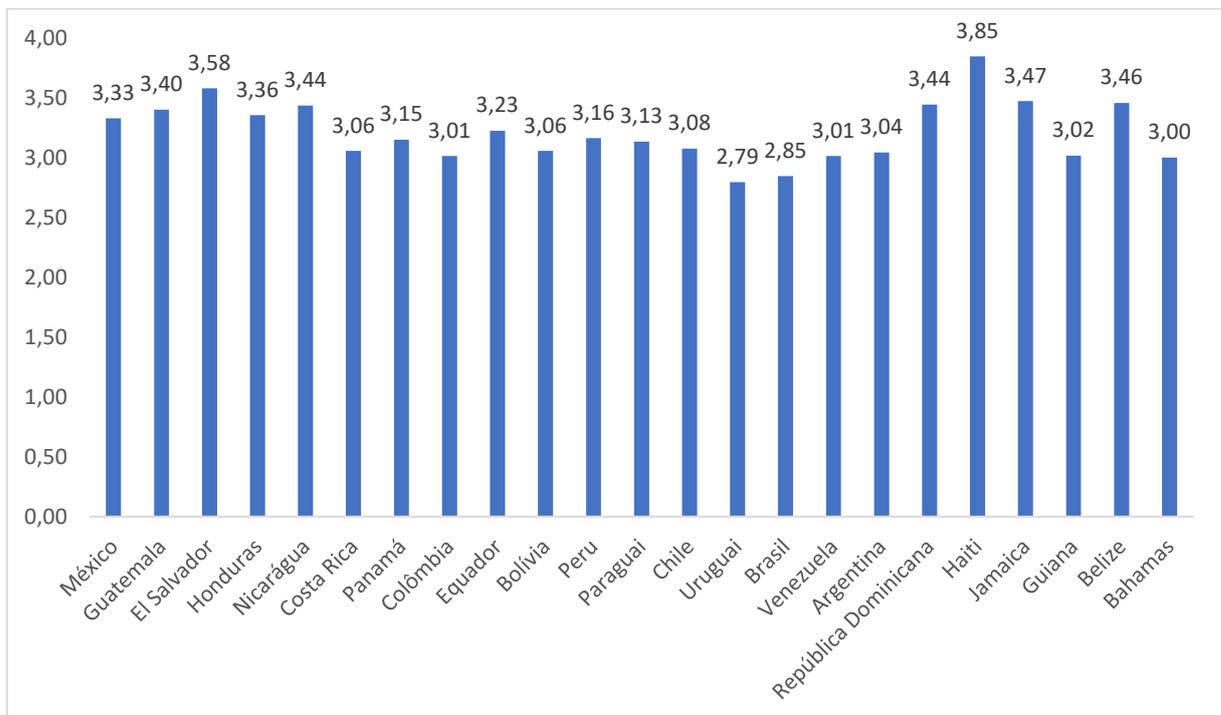
Esses resultados confirmam que a percepção da situação da economia está em conformidade com os macro resultados da economia dos países (ESPINAL *et al.*, 2006; TORCAL, 2014; WROE, 2016). Esses resultados são condizentes com o comportamento das

taxas de crescimento econômico, distribuição de renda e taxa de população empregada (CEPAL, 2013) e que, aparentemente, foram plenamente percebidos e assimilados pelos entrevistados.

4.4.2 Percepção da Economia por País

Os países que têm melhor percepção da economia são o Haiti com média de 3,85; El Salvador com média de 3,58 e a Jamaica com 3,47. Aqueles que aparecem com menores médias são Uruguai com média 2,79; Brasil que alcança 2,85; e as Bahamas que tem 3,00 de média.

Figura 27 – Percepção da Economia por País

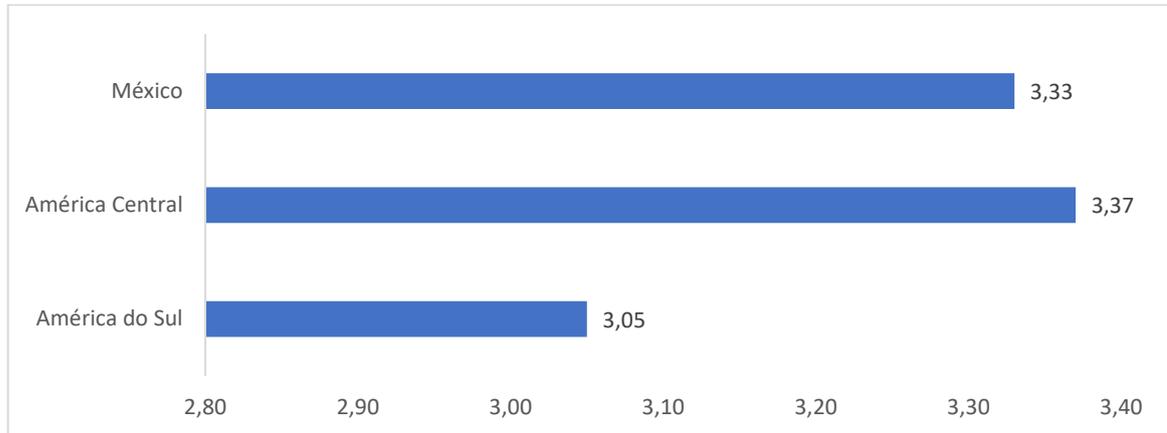


Fonte: elaborado pelo autor.

Os países que tem melhor percepção da economia são aqueles que tiveram melhor desempenho econômico no período examinado, em termos de crescimento do PIB (CEPAL, 2018), confirmando assim as afirmações teóricas (ESPINAL *et al.*, 2006; TORCAL, 2014; WROE, 2016)

4.4.3 Percepção da Economia por Região

O grupo de países que obteve a maior percepção da economia foram os países da América Central com média de 3,53; seguido pelo México com 3,52 e pelo grupo da América do Sul com 3,11.

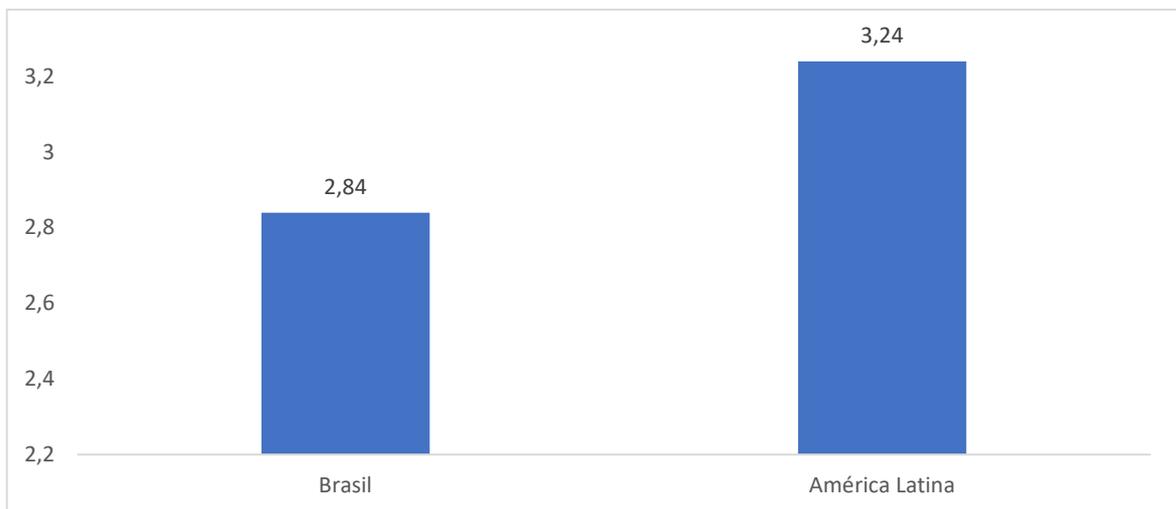
Figura 28 – Percepção da Economia por Região

Fonte: elaborado pelo autor.

Os países da América do Sul são aqueles que têm a menor percepção da economia e isso confirma o desempenho das fatores macroeconômicos apresentados pelas três regiões no período, onde houve crescimento generalizado e ampliação da renda média (CEPAL, 2013).

4.6.4 Percepção da Economia pelos Brasileiros em Relação aos Demais Países

O Brasil tem menor percepção da economia em relação à América Latina, alcançando 2,84 de média contra 3,24 do restante da região.

Figura 29 – Percepção da Economia pelos Brasileiros em Relação aos Demais Países

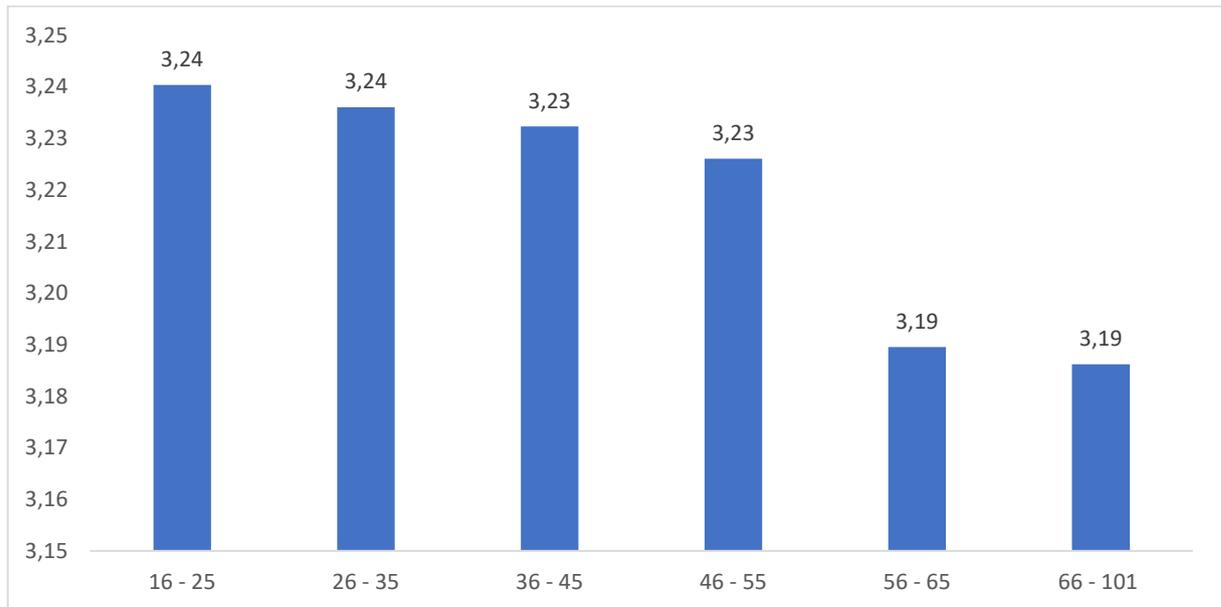
Fonte: elaborado pelo autor.

Os brasileiros tem uma das mais baixas percepções acerca da economia porque, como já dito anteriormente, o país teve, do ponto de vista de crescimento do PIB, menores índices entre os países da região, confirmando os aspectos teóricos (ESPINAL *et al.*, 2006; TORCAL, 2014; WROE, 2016)

4.4.5 Percepção da Economia por Faixa Etária

Wroe (2016) afirmam que a percepção da economia segue comportamento linear e em declínio ao longo da vida, sendo que os mais velhos têm menor percepção.

Figura 30 – Percepção da Economia por Faixa Etária

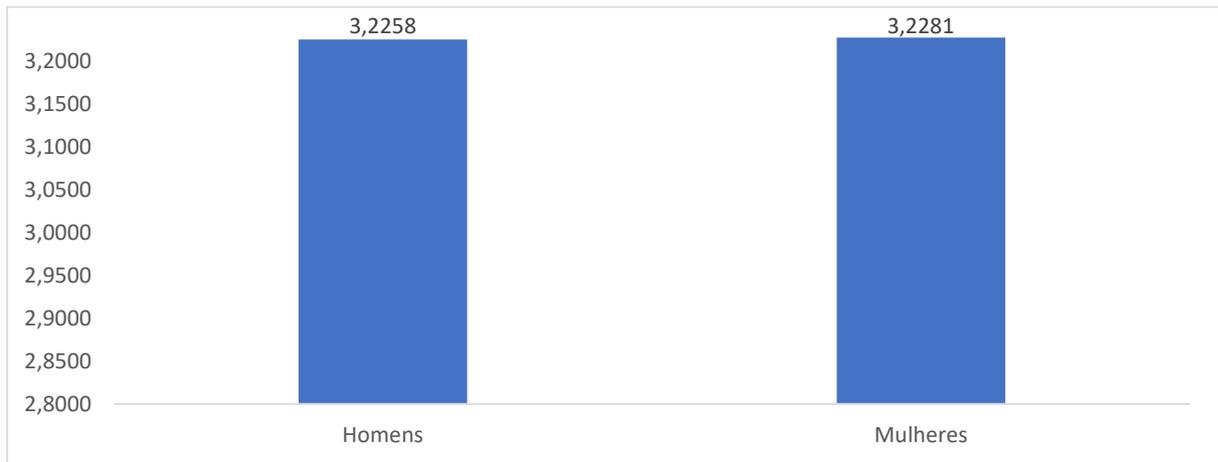


Fonte: elaborado pelo autor.

Os dados encontrados confirmam a teoria, pois a primeira faixa etária dessa amostra tem maior média de percepção com 3,24, e nas pesquisas seguintes inicia uma queda, tendo declínio acentuado quando se aproxima do fim da idade economicamente ativa e após esse período se estabiliza e permanece com média menor a 3,19.

4.4.6 Percepção da Economia por Gênero

A ANOVA apresentou significância para os dados sobre gênero, apesar da diferença numérica ser pequena. A média dos homens é 3,2258 e das mulheres 3,2281, apontando que as mulheres tem maiores percepções acerca da economia.

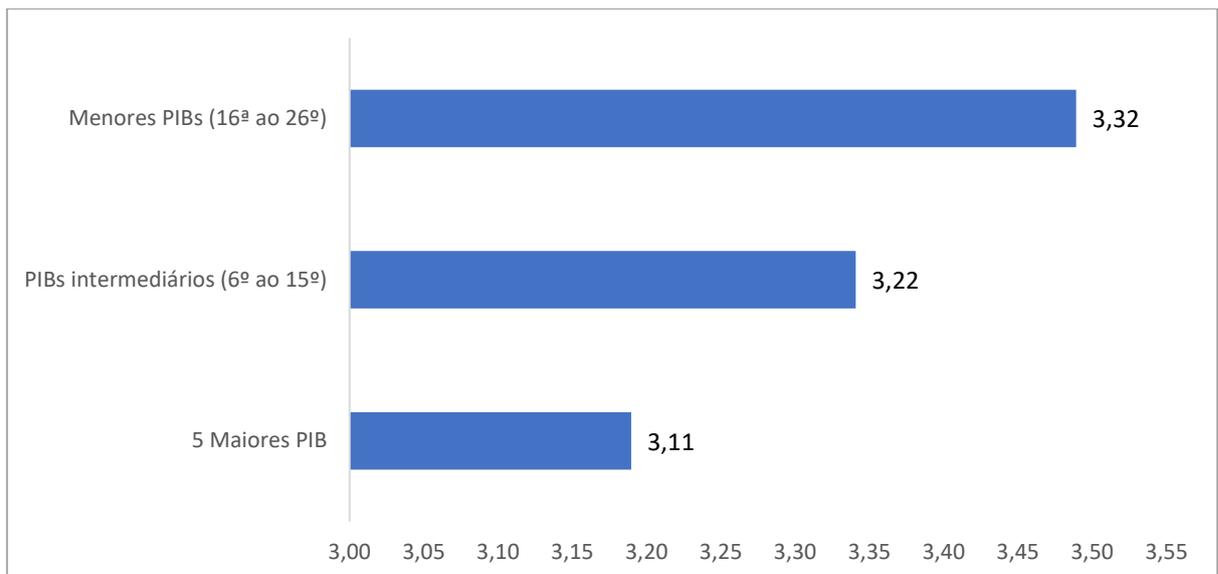
Figura 31 – Percepção da Economia por Gênero

Fonte: elaborado pelo autor.

Esses resultados estão de acordo com a teoria que apontam as mulheres com maior percepção acerca da economia. (STOYAN et al. 2014; TORCAL, 2014; WROE, 2016)

4.4.7 Percepção da Economia por Produto Interno Bruto (PIB)

OS países com menores PIBs são aqueles que tem maior percepção da economia com média de 3,32; ao passo que o grupo com países de PIBs intermediários alcançou 3,22 e grupo de países com maiores PIBs tem menor percepção da economia.

Figura 32 – Percepção da Economia por PIB

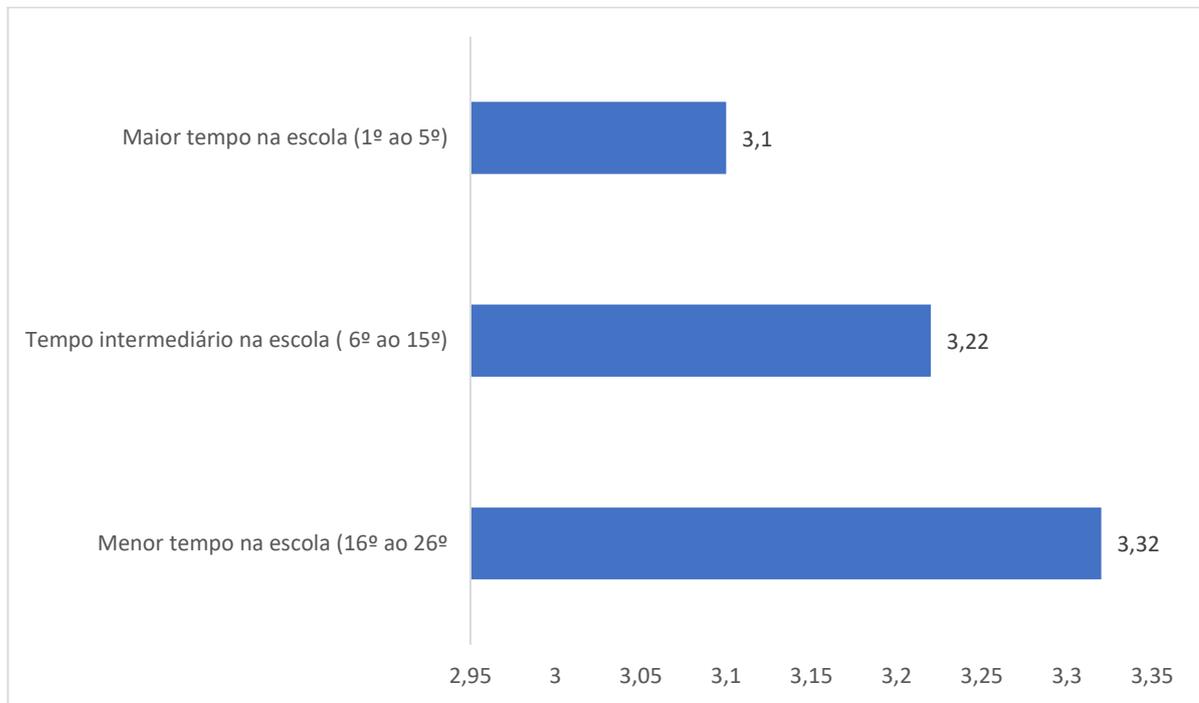
Fonte: elaborado pelo autor.

Os resultados mostram que no agrupamento no qual há maior PIB, há menor percepção da situação econômica, sendo a percepção em países com menor PIB a maior entre os agrupamentos examinados, como demonstrado. Esses resultados corroboram a teoria de que países mais ricos têm menor percepção acerca de seu crescimento, ou o crescimento é menos significativo (RAFAEL *et al.* 1999; WANG, 2010).

4.4.8 Percepção da Economia por Permanência na Escola em Anos

Os países que tem maior escolarização alcançou média de 3,10; o grupo daqueles países com tempo intermediário de escolarização foi de 3,22; e os países com menor escolarização tem média de 3,32.

Figura 33 – Percepção da Economia em Relação à Permanência na Escola em Anos



Fonte: elaborado pelo autor.

Assim como para a performance de governo, a administração econômica também passa por um exame mais crítico dos cidadãos daqueles países que têm maior escolarização (ESPINAL *et al.*, 2006; RAFAEL *et al.*, 1999; WANG, 2010). Os resultados encontrados confirmam a teoria.

4.5 PERCEPÇÃO DAS AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SEGURANÇA E COMBATE A CORRUPÇÃO

Stoyan et al. (2014) afirma que além das questões econômicas, os cidadãos provavelmente esperam que o governo aborde outras preocupações, como a garantia de segurança e o combate à corrupção. Essas questões podem ser particularmente prementes em democracias frágeis, onde as deficiências nessas arenas têm o potencial de minar a governança e a economia, além de prejudicar a vida cotidiana. Os serviços básicos, a segurança pública e o respeito pelo Estado de Direito não podem ser tomados como certos em tais contextos. Outros estudos também confirmam que em democracias menos estabelecidas, o desempenho em domínios de políticas não econômicas tem o potencial de moldar a confiança de formas significativas (ASKVIK ET AL., 2011; MISHLER E ROSE, 2001; MORRIS E KLESNER, 2010; SELIGSON, 2002; WONG ET AL., 2011).

A percepção da corrupção e da segurança estão inversamente relacionadas à confiança em instituições governamentais no Japão, nas Filipinas, na Coreia do Sul, em Taiwan e na Tailândia. Della Porta (2000) descobriu que o grau de corrupção percebido é negativamente associado à confiança no governo na Itália, França e Alemanha. Stoyan et al. (2014) também demonstram que as percepções sobre corrupção e criminalidade estão negativamente associadas com sua confiança no governo em países latinos.

Para iniciar os exames, foi realizado a análise de variância, a seguir:

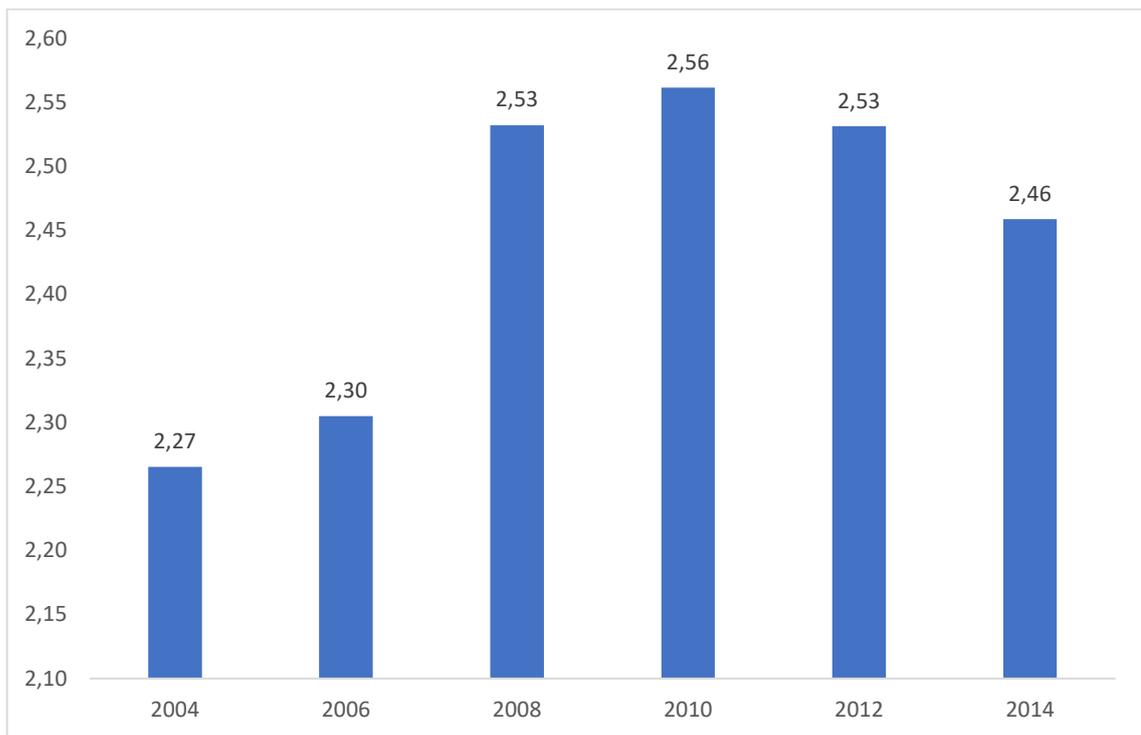
Tabela 15 - Resultados da Análise de Variância variáveis controle Percepção da segurança e combate à corrupção

	Soma dos		Quadrado		Sig.
	Quadrados	gl	Médio	F	
País	44122,822	16	2757,676	40,265	,000
Brasil	4,224	16	,264	6,029	,000
DesenvPIB	132,254	16	8,266	15,873	,000
Educacao	250,983	16	15,686	32,744	,000
Região	60,581	16	3,786	11,551	,000
PIB	44,718	16	2,795	11,827	,000
Ano	4357,506	16	272,344	32,239	,000
Gênero	7,487	16	,468	1,872	,018
IdadEsc	492,598	16	30,787	13,286	,000

4.5.1 Percepção das ações de segurança e combate à corrupção por ano.

Keele (2007) aponta que as percepções negativas, pelos cidadãos, das ações de segurança e de combate à corrupção podem ser sinais de falha nos desempenho das instituições de governo. Guo (2014), por sua vez, afirma que as percepções acerca das ações anticorrupção representam um componente crítico da performance do governo.

Figura 34 – Percepção das ações de segurança e combate à corrupção por ano



Fonte: elaborado pelo autor.

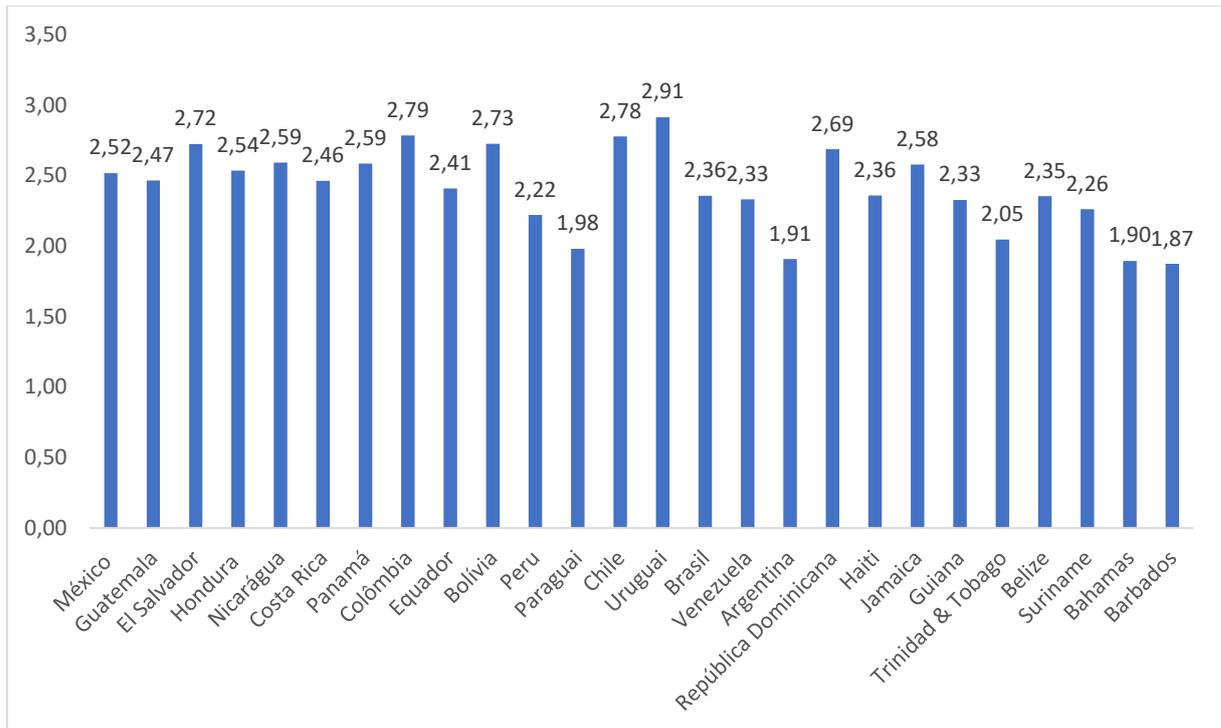
Os resultados encontrados no contexto da América Latina apontam para um crescimento das percepções das ações contra criminalidade e a corrupção. Em 2004 a média desse percepção era de 2,27; aumentou em 2006 para 2,30; deu um salto em 2008 para 2,53; chegou ao ápice em 2010 com média de 2,56; voltou a cair em 2012 para 2,53 e fechou a série em 2014 com média de 2,46. Esses número mostram que, embora haja uma queda, na média as percepções foram mais altas que no período anterior.

Keele (2007) aponta que as percepções sobre segurança e corrupção são decorrentes das informações correntes que flutuam na sociedade e das ações do governo. O período entre 2008 e 2012 coincide com o lançamento das leis anticorrupção na maioria dos países da região, como Brasil, Chile, Colômbia, República Dominicana, El Salvador, entre outros, bem como a adoção de padrões da Transparência Internacional de ações anticorrupção (INTERNATIONAL TRANSPARENCY).

4.5.2 Percepção das ações de segurança e combate à corrupção por país

Guo (2014) afirma que as percepções de criminalidade e corrupção respondem no longo prazo aos esforços de promoção da segurança pelo país e as ações de combate a corrupção que podem, no longo prazo, mitigar o nível de percepção desses crimes pelos cidadãos.

Figura 35 - Percepção das ações segurança e combate à corrupção por país

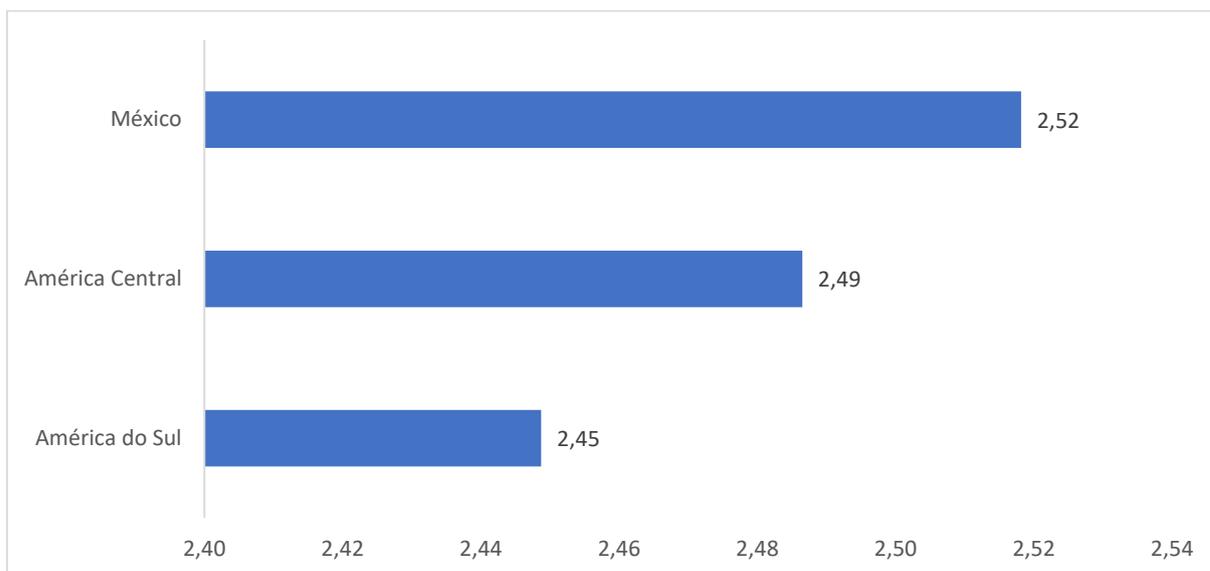


Fonte: elaborado pelo autor.

Os países com maior percepção das ações de governo na promoção da segurança e combate a corrupção são o Uruguai com média de 2,91; Colômbia com 2,79; e Chile com 2,78. Os países com menores médias são Barbados com 1,87; Bahamas com 1,90; e Argentina com 1,91. Uruguai, Colômbia e Chile são países que figuram entre aqueles que tem a menor percepção de corrupção da Transparência Internacional na América Latina; e Barbados, Bahamas e Argentina entre aqueles com maior percepção naquele indicador.

4.5.3 Percepção das ações de segurança e combate à corrupção por região

O México aparece com país/região com maior percepção acerca das ações de promoção da segurança e de combate à corrupção, com média de 2,52; seguido pela América Central com 2,49; e pela América do Sul.

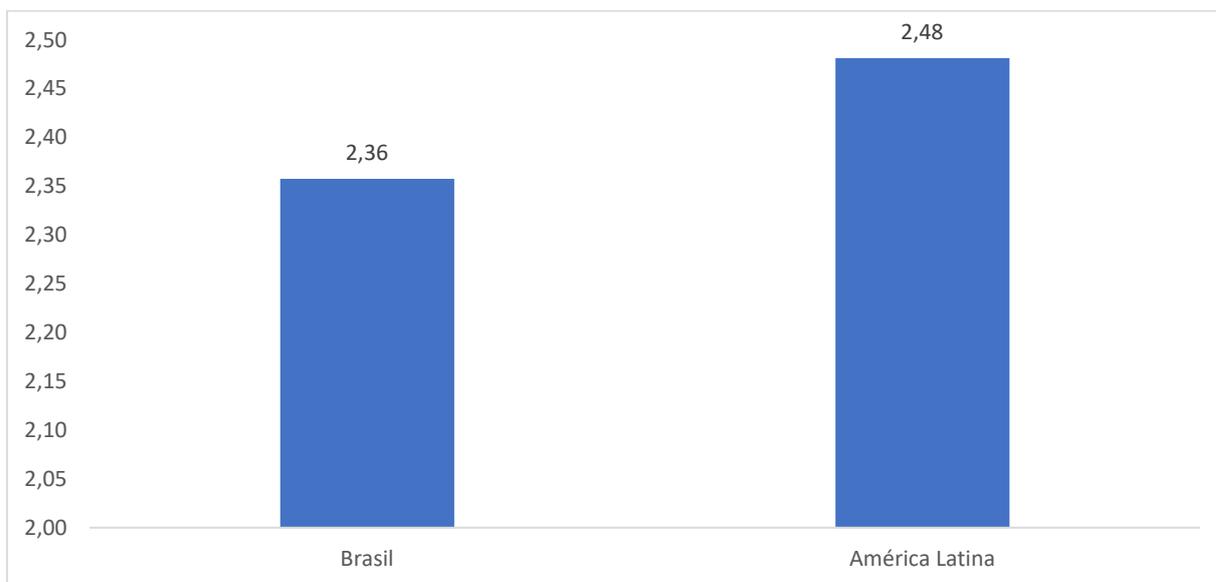
Figura 36 – Percepção das ações de segurança e combate à corrupção por Região

Fonte: elaborado pelo autor.

Possivelmente esses resultados encontrem respaldo teórico nos estudos de Keele (2007), se esses resultados forem reflexo das seis reformas administrativas implementadas pelo país no início da década. O México realizou reformas em diversas áreas como trabalho, telecomunicações, saúde, criminalidade e corrupção. As reformas estruturais daquele país buscaram a simplificação administrativa e a promoção do ambiente de negócios e a redução de custos para os cidadãos. Esse país é, contudo, marcado por forte percepção da sociedade quanto à corrupção e as ações de narcotráfico, o que indica a necessidade de aprofundar os estudos a respeito dessa ligação.

4.5.4 Percepção das ações de segurança e combate à corrupção no Brasil em Relação aos Demais Países

O Brasil apresentou no período examinado menor média de percepção das ações de combate à criminalidade e à corrupção em relação aos demais países da América Latina. O país alcançou média de 2,36, ao passo que a América Latina chegou a 2,48.

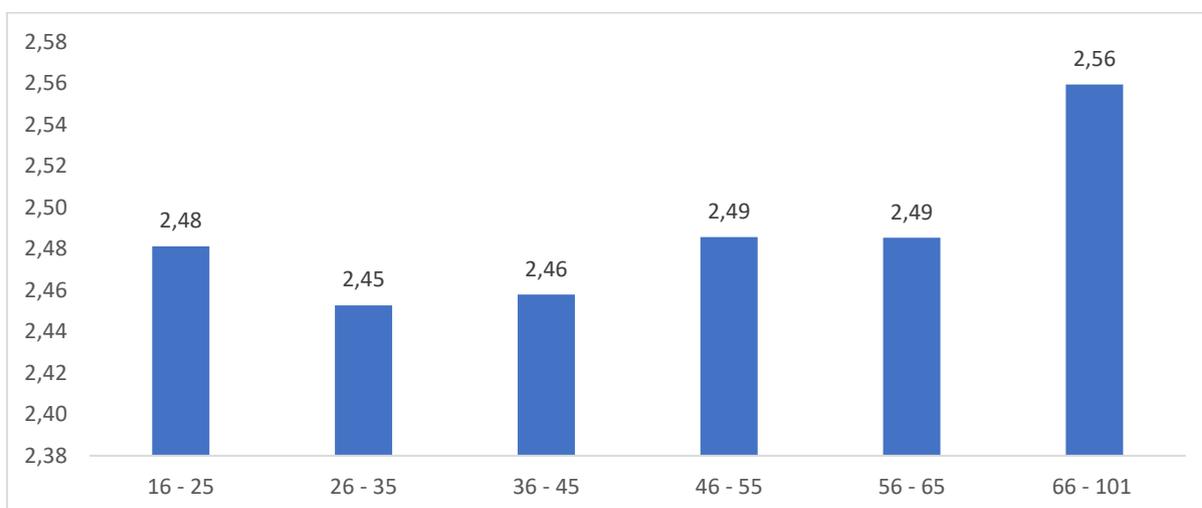
Figura 37 – Percepção das ações de segurança e combate à corrupção no Brasil em Relação aos Demais Países

Fonte: elaborado pelo autor.

Os resultados talvez se justifiquem, pois o Brasil ainda ocupa a 69ª posição no ranking da Transparência Internacional, e vários países da América Latina (Uruguai, Bahamas, Chile, Barbados, Costa Rica) constam da lista em melhor ranqueamento.

4.5.5 Percepção das ações de segurança e combate à corrupção por Faixa Etária

Os resultados apresentam um crescimento da percepção das ações de governo na promoção de segurança e combate à corrupção no período. Na primeira faixa etária a média da percepção alcança 2,48; segue crescendo gradualmente e alcança a última faixa à média de 2,56.

Figura 38 - Percepção das ações segurança e combate à corrupção por Faixa Etária

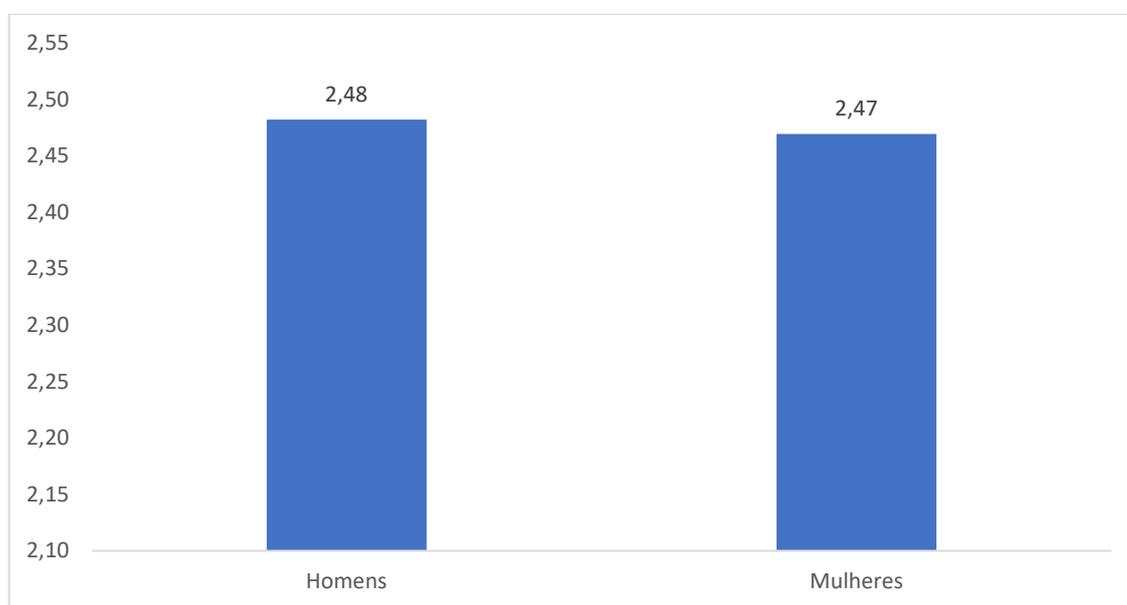
Fonte: elaborado pelo autor.

Esses resultados confirmam a teoria para quem aqueles são mais velhos têm maior percepção acerca das ações desenvolvidas pelo governo para promover a segurança e combater a criminalidade e à corrupção. (WANG, 2016; STOYAN et al., 2014; KEELE, 2007; GUO, 2014)

4.5.6 Percepção das ações de segurança e combate à corrupção por Gênero

Para os resultados encontrados em relação a gênero, os elementos estatísticos que permitam confirmar que há variancia significativa. Os homens alcançam média de 2,48 e as mulheres de média de 2,47.

Figura 39 - Percepção de segurança e combate à corrupção por Gênero



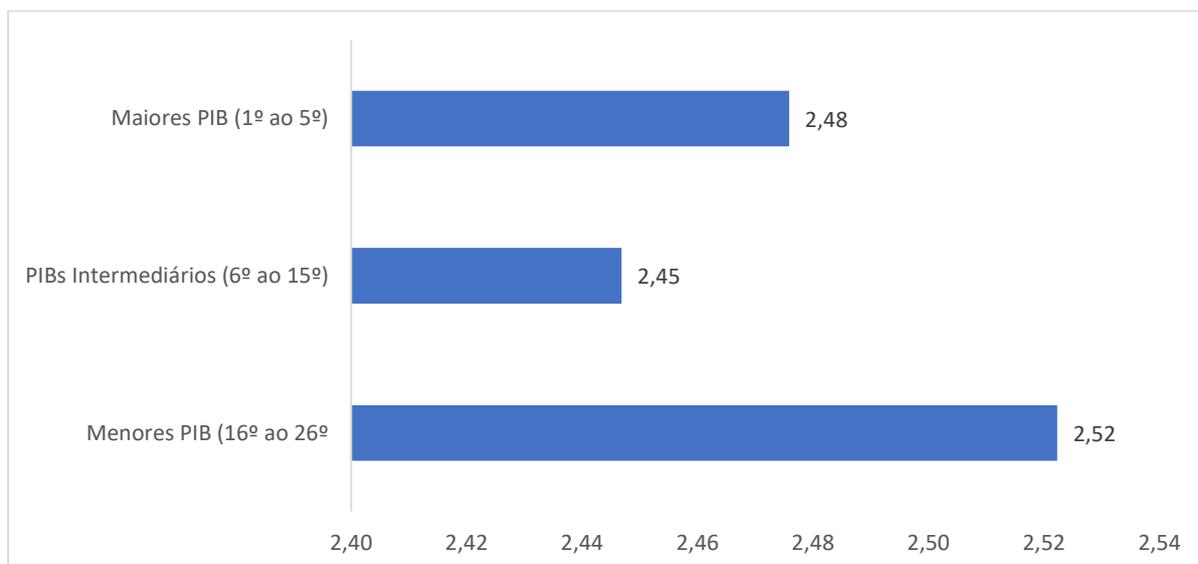
Fonte: elaborado pelo autor.

Esses resultados contrariam a teoria, pois o domínio é de que as mulheres têm maior percepção acerca das ações do governo de combate à criminalidade e à corrupção. Stoyan *et al* (2014) afirmam que as mulheres buscam mais informações sobre o governo e por essa razão teriam avaliações maiores sobre como o governo procede em relação à segurança e à corrupção. Essas afirmações são ratificadas também por Wang (2016) e Sado;Maragareth (2011).

4.5.7 Percepção das ações de segurança e combate à corrupção por Produto Interno Bruto (PIB)

Em relação à riqueza dos países, aqueles que têm menores PIBs alcançaram as maiores médias, com 2,52; seguido pelos países com maiores PIBs com 2,48 e àquees que alcançaram os menores médias foram os páises com PIBs intermediários e médias de 2,45.

Figura 40 - Percepção das ações de segurança e combate à corrupção por PIB

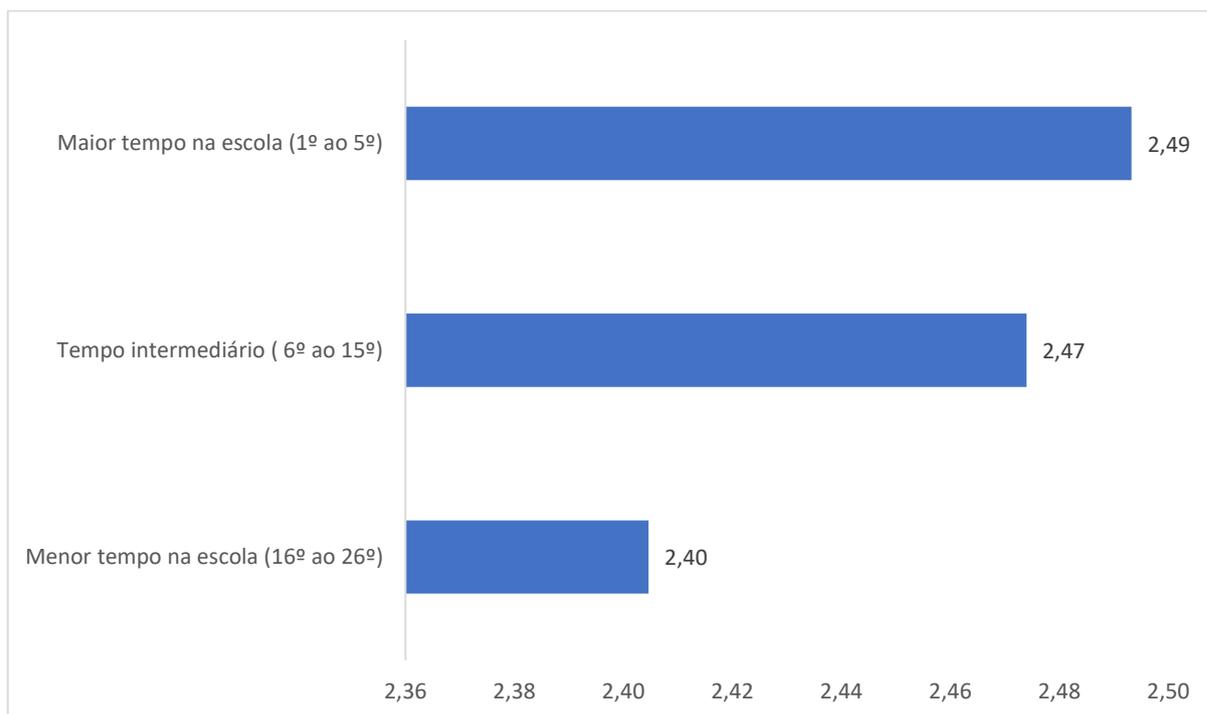


Fonte: elaborado pelo autor.

Esses resultados contrariam estudos anteriores (ESPINAL *et al.* 2006; SADO; MARAGARETH, 2011; WONG *et al.*, 2011). Para esses autores os países que têm maior PIBs tem maior percepção acerca das ações do governo para a promoção da segurança e do combate a corrupção.

4.5.8 Percepção das ações de segurança e combate à corrupção por Permanência na Escola em Anos

Os resultados apresentam o grupo de países com maior PIB como aquele que tem a maior média de percepção das ações de promoção da segurança e combate à corrupção, com média de 2,49; seguido pelo grupo com tempo intermediário que alcançou 2,47, e por fim o grupo com o menor tempo na escola que chegou a 2,40.

Figura 41 – Percepção das ações de segurança e combate à corrupção por Permanência na Escola em anos

Fonte: elaborado pelo autor.

Esses resultados corroboram a teoria que afirma que países com maior escolarização tem maior percepção das ações do governo na promoção da segurança e de combate à corrupção (ESPINAL *et al.* 2006; SADO;MARGARETH, 2011; WONG *et al.*, 2011; WANG, 2016).

4.6 CONFIANÇA NO GOVERNO

A confiança nos governos dos países de América Latina tem os menores índices se comparado com países industrializados (ESPINAL *et al.*, 2006; ZMERLI; CASTILLO, 2015). Os exames foram iniciados com avaliação da variância, a seguir:

Tabela 16 - Resultados da Análise de Variância variáveis controle Confiança no governo

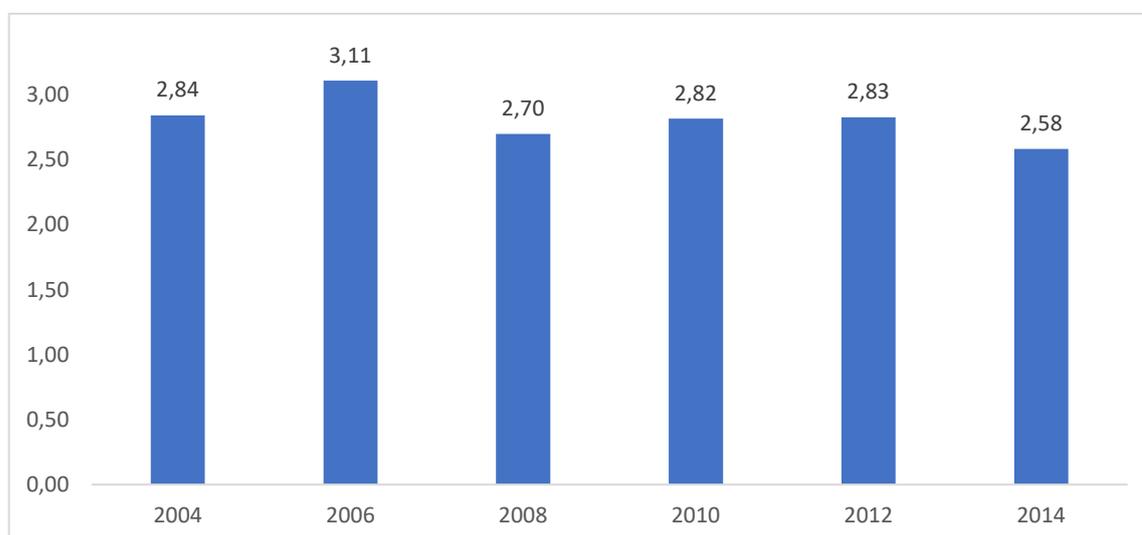
	Soma dos		Quadrado		Sig.
	Quadrados	gl	Médio	F	
País	194455,035	186	1045,457	19,727	,000
Brasil	394,004	186	2,118	46,327	,000
DesenvPIB	2418,377	186	13,002	33,036	,000
Educacao	1135,685	186	6,106	16,373	,000
Região	1725,695	186	9,278	29,792	,000
PIB	307,131	186	1,651	7,187	,000

Ano	30104,415	186	161,852	40,215	,000
Gênero	57,661	186	,310	1,241	,014
IdadEsc	2251,503	186	12,105	5,246	,000

4.6.1 Confiança no governo por ano.

Os resultados mostram que embora haja diferença significativa estatisticamente, o declínio da confiança no contexto latino americano no período examinado não é linear. Iniciou em 2004 com média de 2,84; saltou para 3,11 em 2006; caiu bruscamente para 2,70 em 2008; recuperou-se novamente em 2010 para 2,82; manteve-se em 2,83 em 2012; e voltou a cair drasticamente em 2014 para 2,58.

Figura 42 - Confiança no governo por ano



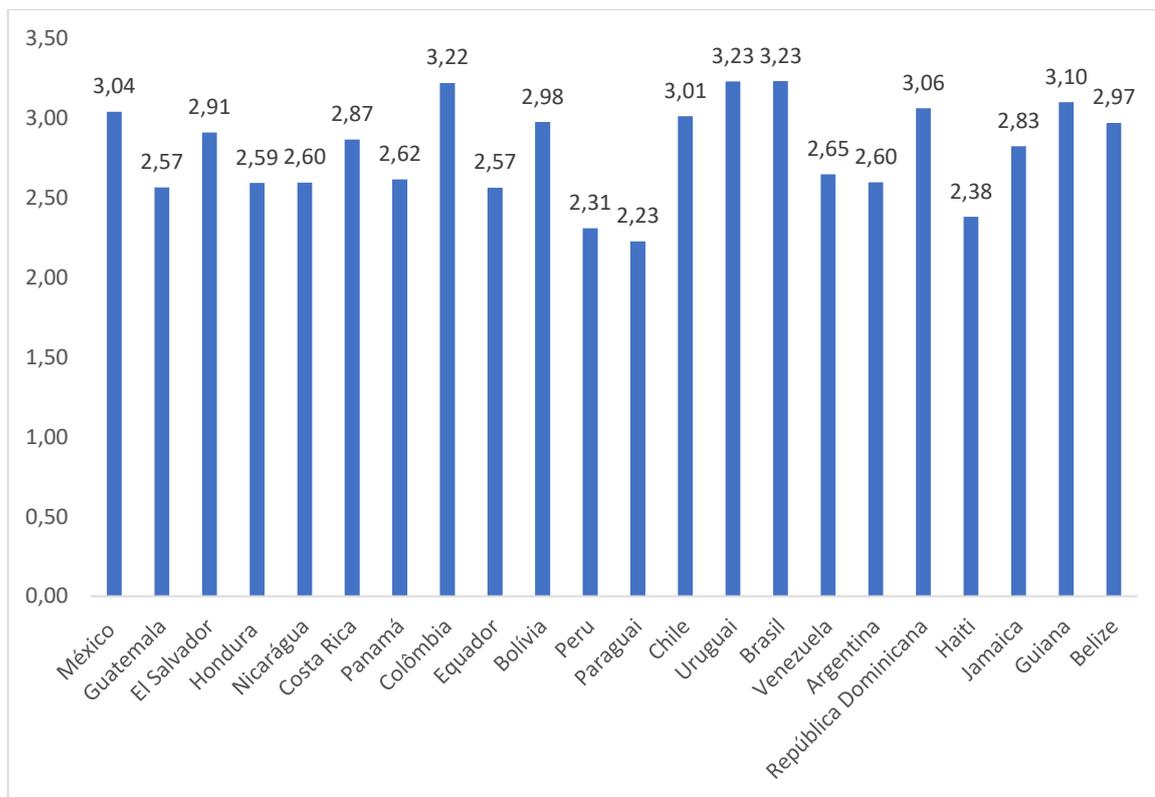
Fonte: elaborado pelo autor.

Os resultados apresentaram, para o contexto latino-americano, uma volatilidade que confirma a teoria sob o ponto de vista da análise longitudinal. Foster ; Frieden (2017) afirmam que o fator que melhor explica a variação da confiança no tempo são as percepções acerca da economia, e que portanto, a variação não é uniforme. A região apresentou no período entre 2004 e 2014 forte expansão econômica e talvez seja esse a explicação para os resultados encontrados.

4.6.2 Confiança no governo por país

Os países com maior média de confiança no governo são o Brasil e Uruguai, ambos com média de 3,23; e Colômbia com média de 3,22. Os países com menores médias são Paraguai com 2,23; Peru com 2,31 e o Haiti com 2,38.

Figura 43 - Confiança no governo por país



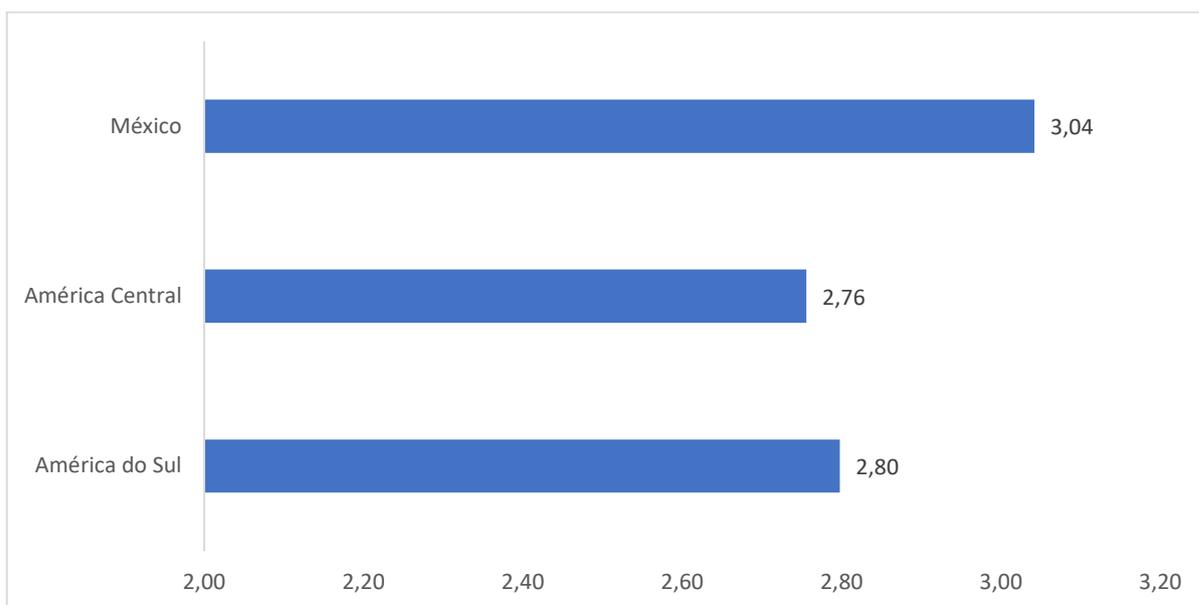
Fonte: elaborado pelo autor.

Foster ; Frieden (2017) apontam que a variação entre países da confiança do governo está relacionada fortemente com o desempenho econômico. Esses resultados parecem confirmar a teoria na medida em que, de uma forma geral todos os países da região tiveram forte expansão econômica no período examinado (CEPAL, 2018), e os índices de confiança são em geral mais altos.

4.6.3 Confiança no governo por região

O grupo de países com maior média de confiança foi o da América do Norte que apresentou 3,04; seguido pelos países da América do Sul com 2,80; e os países da América Central com 2,76.

Figura 44 - Confiança no governo por Região

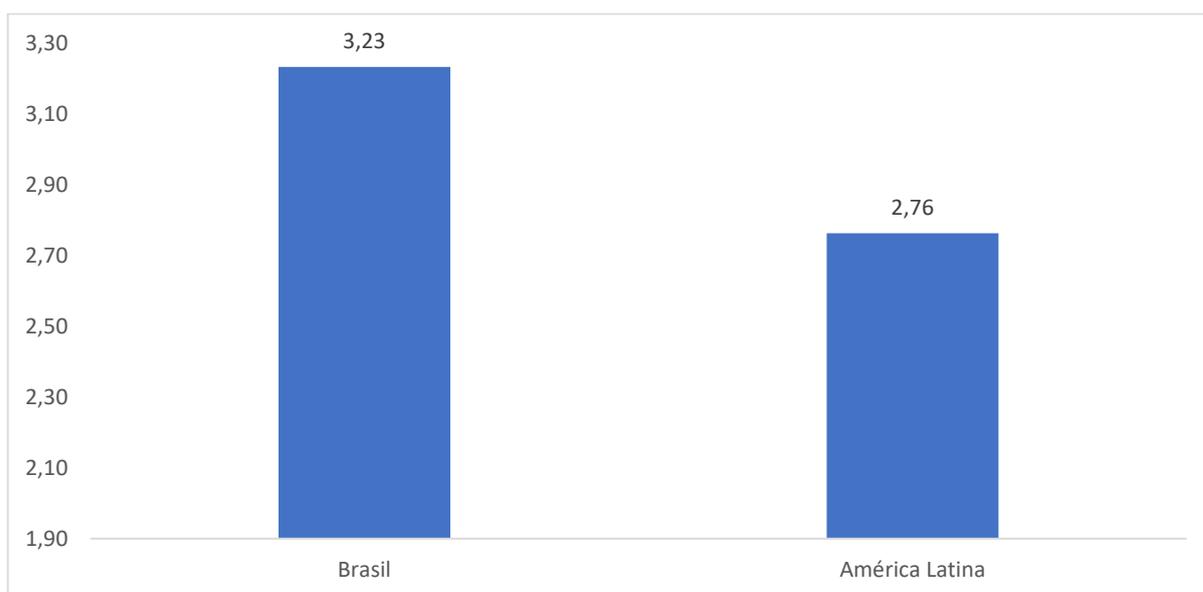


Fonte: elaborado pelo autor.

Os resultados apresentam o México com um índice maior de confiança dos cidadãos no governo em relação aos demais países das Américas Central e do Sul. Considerando os aspectos econômicos do México, no período, há outros grupos de países que obtiveram crescimento econômico dos seus PIBs maiores que o daquele país (CEPAL, 2018).

4.6.4 Confiança no governo do Brasil em Relação aos Demais Países

O Brasil apresentou maior nível de confiança no governo com 3,23; contra 2,76 da média dos países da América Latina.

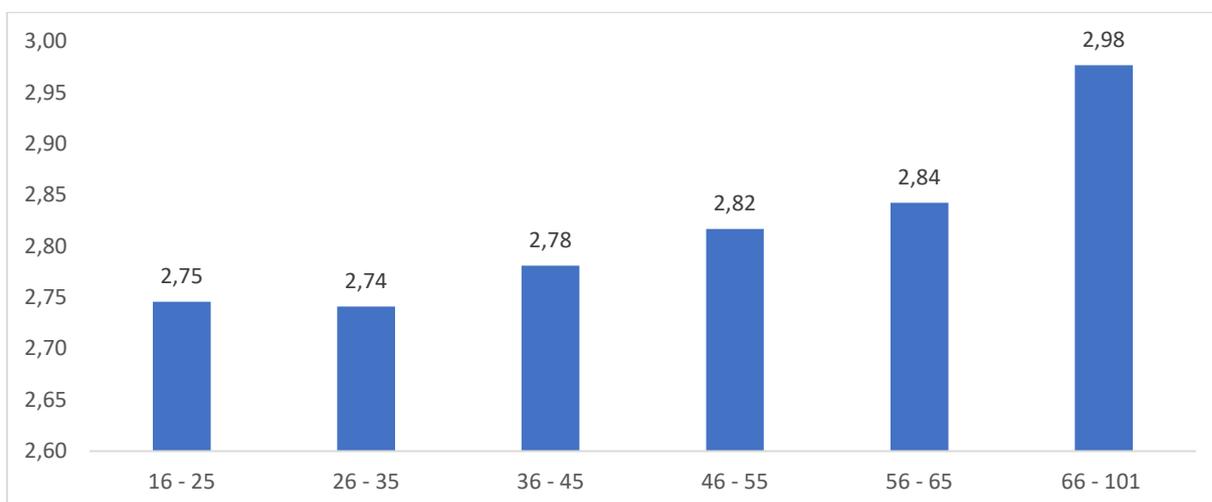
Figura 45 – Confiança no governo no Brasil em Relação aos Demais Países

Fonte: elaborado pelo autor.

Esse resultado contraria a teoria de que países com maior desenvolvimento econômico têm maior confiança dos cidadãos em seus governos (FOSTER ; FRIEDEN, 2017; ZMERLI;CASTILLO, 2015). O Brasil obteve, no período entre 2004 e 2014, crescimento econômico menor que a média da América Latina. (CEPAL, 2018).

4.6.5 Confiança no governo por Faixa Etária

A confiança dos cidadãos em governos na América Latina aumenta à medida em que as pessoas ficam mais velhas. Na primeira faixa etária a média é de 2,75; permanece crescendo gradualmente e chega na última faixa etária a 2,98.

Figura 46 – Confiança no governo por Faixa Etária

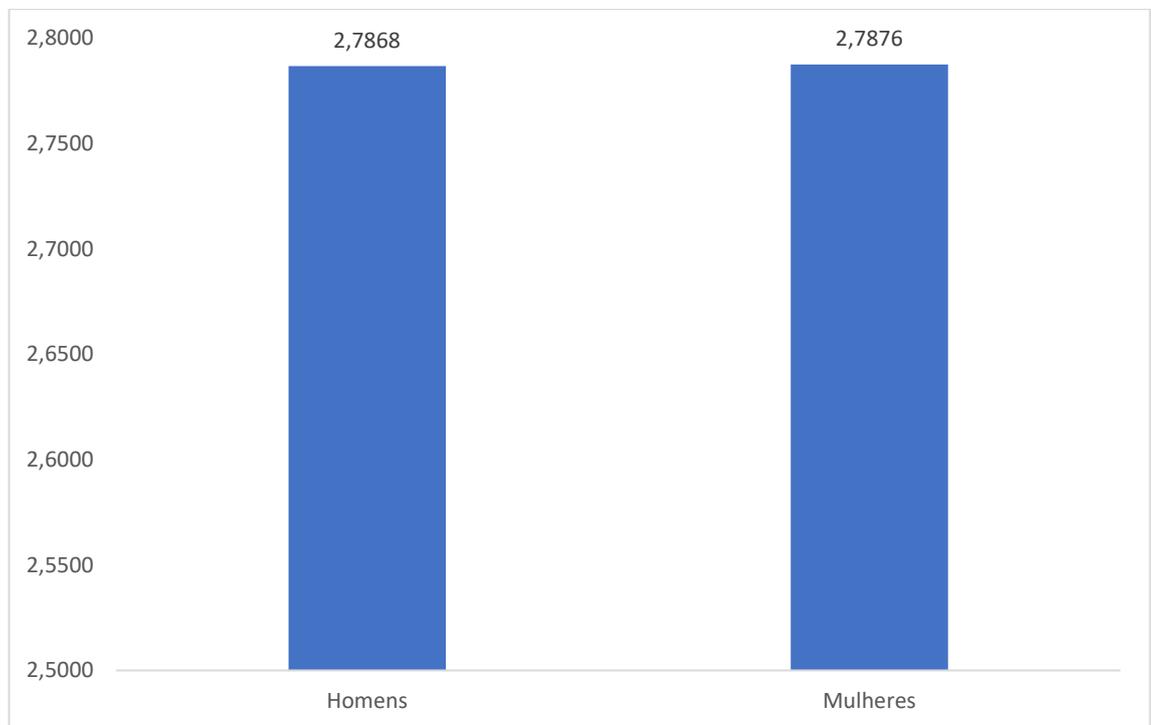
Fonte: elaborado pelo autor.

Os resultados apresentados mostram que, com o passar da idade, as pessoas confiam mais no governo, onde os mais velhos tendem a ter maior confiança. Esses resultados confirmam a teoria (FOSTER ; FRIEDEN, 2017; ZMERLI;CASTILLO, 2015).

4.6.6 Confiança no governo por Gênero

A análise de variância apresenta significância. Por essa razão, as mulheres apresentam média de 2,7876, um pouco maior que a média dos homens de 2,7868.

Figura 47 - Confiança no governo por gênero

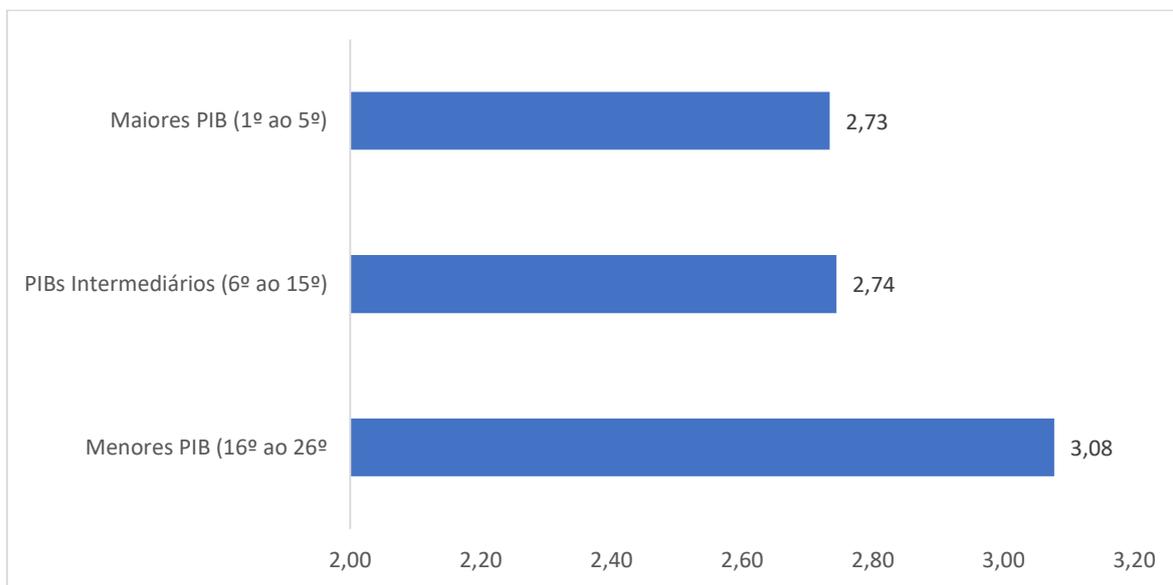


Esses resultados contrariam a teoria. Foster; Frieden (2017) afirmam que homens têm maior probabilidade de confiar nos governos nacionais na Europa. Na China, Zhão ; Hu (2015) também encontraram os mesmos resultados. Kim (2010), ao examinar a confiança no Japão e na Coreia do Sul, encontrou resultados semelhantes. Assim, aparentemente, o contexto latino tem resultados diferentes.

4.6.7 Confiança no governo por Produto Interno Bruto (PIB)

O grupo de países com menores PIBs são aqueles que apresentam maior confiança no governo. Esse grupo alcançou média de 3,08; seguido pelos PIBs intermediários com 2,74 e o grupo de maiores PIBS tem média de 2,73.

Figura 48 – Confiança no governo por PIB

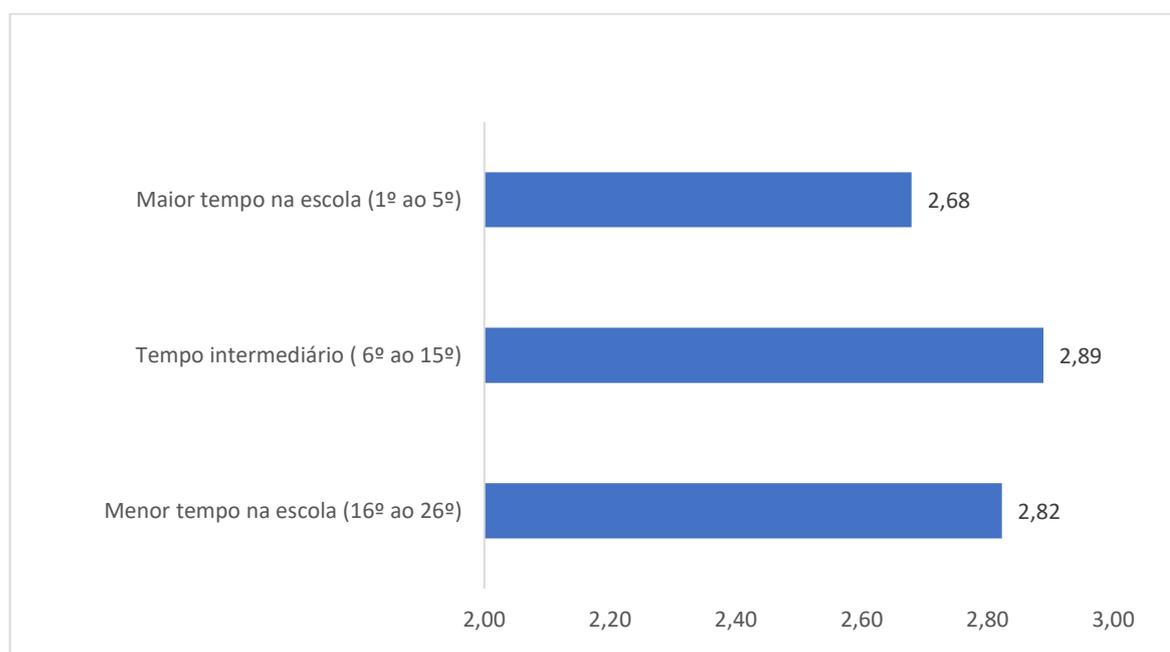


Fonte: elaborado pelo autor.

Os resultados apontam que no conjunto de países que têm maior PIB, seus cidadãos têm menor confiança no governo. Esses resultados corroboram a teoria de que países mais ricos surgem cidadãos mais críticos, que têm expectativas maiores em relação à atuação do governo e e que por essa razão confiam menos no governo. (NORRIS, 1999; INGLEHART, 1999; ZMERLI;CASTILLO, 2015; FOSTER; FRIEDEN, 2017).

4.6.8 Confiança no governo por Permanência na Escola em Anos

Em relação à educação os autores afirmam que a idade afeta as avaliações dos cidadãos acerca da confiança no governo (ZMELI;CASTILLO, 2015; FOSTER;FRIEDEN, 2017). Para eles quanto mais tempo os cidadãos passam na escola mais têm atitudes críticas em relação ao governo.

Figura 49 – Confiança no governo por Permanência na Escola em anos

Fonte: elaborado pelo autor.

Os resultados apontam que nos países com maior nível educacional não há mais confiança no governo, o que confirma a teoria. O grupo de países com maior tempo de permanência de seus cidadãos na escola, menor a média de confiança no governo, 2,68; o grupo de países com tempo intermediário na escola é o que tem maior média de confiança no governo com 2,89; seguido pelo grupo de países que tem 2,82 de média.

4.9 COMO OS CONSTRUTOS SE RELACIONAM E COM QUAL INTENSIDADE

Os construtos apresentados no modelo de estudos apresentam o capital social, a satisfação com os serviços de infraestrutura e a percepção da situação econômica com relação causal positiva e, a satisfação com combate a corrupção e promoção da segurança com relações negativas com a confiança nos governos.

As hipóteses construídas a partir da teoria e da formação dos construtos examinadas em capítulos anteriores e que foram testadas foram as seguintes:

- H1: O capital social está positivamente associado à satisfação dos cidadãos com os serviços públicos de infraestrutura, saúde e educação;
- H2: O capital social está positivamente associado à percepção da economia pelos cidadãos;

- H3: O capital social está positivamente associado à percepção de segurança e combate corrupção;
- H4: O capital social está positivamente associado à confiança no governo;
- H5a: A satisfação dos cidadãos com os serviços públicos de infraestrutura, saúde e educação influenciam positivamente as suas percepções acerca da situação da economia;
- H5b As percepções dos cidadãos acerca da economia influenciam a satisfação dos cidadãos com os serviços públicos de infraestrutura, saúde e educação;
- H6: A satisfação dos cidadãos com os serviços públicos de infraestrutura, saúde e educação influenciam positivamente confiança no governo;
- H7: As percepções dos cidadãos acerca da economia influenciam a percepção de segurança e combate a corrupção;
- H8: A percepção da segurança e combate a corrupção influenciam a percepção dos cidadãos sobre a economia;
- H9: A percepção dos cidadãos sobre a economia está diretamente associada à confiança no governo.
- H10: A percepção de segurança e combate a corrupção influenciam positivamente a confiança no governo;

Para examinar como esses construtos se relacionam e qual as intensidades dessas relações foram realizadas as avaliações de correlação de Pearson.

Tabela 17 - Análise das Correlações

	Capital Social	Satisfação serviços de infraestrutura	Percepção da economia	Percepção de segurança e combate à corrupção	Confiança no Governo
Capital Social	1	-,014**	,038**	,047**	,043**
Satisfação serviços de infraestrutura	-,014**	1	,495**	,006**	,008*
Percepção da Economia	-,038**	,495**	1	-,010**	,006**
Percepção Segurança e Combate a Corrupção	,047**	,006**	-,010**	1	,009*

Confiança no governo	-,022**	,008*	,006	,009*	1
----------------------	---------	-------	------	-------	---

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).

* . A correlação é significativa no nível 0,05 (bilateral).

Fonte: elaborado pelo autor.

A H1 afirma que o capital social está positivamente associado à satisfação dos cidadãos com os serviços públicos de infraestrutura, saúde e educação (ANDREWS, 2011; PIERCE;LOVRICH;MOON JR, 2002; BREWER;ANDREWS, 2014). Considerando que há variação significativa a correlação apresentada é de -,014** (H1). Esse resultado demonstra que existe correlação muito fraca entre esses construtos a nível de $p > 0,01$, contrariando a hipótese formulada, pois a relação é negativa. Dessa forma, ao contrário do que apresenta a teoria, quanto mais as pessoas participam da comunidade, menor as avaliações acerca da prestação de serviços.

O argumento mais comum na literatura que associa o capital social à satisfação com os serviços públicos é que a confiança e as normas de reciprocidade entre os indivíduos facilitam a colaboração em atividades coletivas, e isso contribui para que os cidadãos possam expressar preferências e exercer influência sobre o governo por meio do engajamento cívico (PUTNAM, 1993; KNACK, 2002). Aparentemente, o contexto da América Latina apresenta algum elemento para que a dimensão rede atua de forma diferente nas avaliações sobre serviços públicos. Portanto, rejeita-se a hipótese H1.

A H2 afirma que o capital social está positivamente associado à percepção da economia pelos cidadãos (NEIRA; VAZQUEZ; PORTELA, 2000; DOH; MANEELY, 2012; AGUILERA, 2016; PALOMINO, 2016). Considerando que há variação significativa a correlação apresentada é de ,038** (H2). Esse resultado demonstra que existe correlação muito fraca entre esses construtos a nível de $p > 0,01$. Trata-se de uma relação fraca, mas que apontam que a medida em que os cidadãos participam das organizações da sociedade, maior suas percepções acerca da situação econômica. Assim, aceita-se a hipótese H2.

Em relação à situação da economia, os estudos têm afirmado que o capital social é um importante e robusto determinante do desenvolvimento econômico de nações (BJØRNSKOV, 2006; DINCER ; USLANER, 2010). A literatura internacional aponta que os países com mais capital social alcançam taxas de crescimento mais rápidas devido aos menores custos de transação.

Na H3 o capital social está positivamente associado à percepção de segurança e combate a corrupção (STOYAN et al. 2014; ASKVIK, 2011; MORRIS; KLESNER, 2010; WONG et al. 2010). Considerando que há variação significativa a correlação apresentada é de ,047** (H2). Esse resultado demonstra que existe correlação muito fraca entre esses construtos a nível de $p > 0,01$. Trata-se de uma relação fraca, mas que apontam que a medida em que os cidadãos participam das organizações da sociedade, maior suas percepções acerca segurança e do combate a corrupção . Aceita-se, portanto, a hipótese H3.

Já a H4 apresenta que o capital social está positivamente associado à confiança no governo (PUTNAM, 1993; KEELE, 2007; MENDOZA-BOTELHO, 2013; JENNIFER; JENNIFER, 2016). Considerando que há variação significativa a correlação apresentada é de ,043** (H3). Esse resultado demonstra que existe correlação muito fraca entre esses construtos a nível de $p > 0,01$. Trata-se de uma relação fraca, mas que apontam que a medida em que os cidadãos participam das organizações da sociedade, maior sua confiança no governo.

Mudando de construto, passamos a examinar as hipóteses relativas à satisfação com os serviços de infraestrutura, saúde e educação. A H5a apresenta que a satisfação dos cidadãos com os serviços públicos de infraestrutura, saúde e educação influenciam positivamente as suas percepções acerca da situação da economia e a H5b prevê que as percepções dos cidadãos acerca da economia influenciam a satisfação dos cidadãos com os serviços públicos de infraestrutura, saúde e educação (GLAESER *et al.* 2004; BENTZEN, 2012; TORCAL, 2014; WROE, 2016). Há variância significativa e a correlação apresentada é de ,495**. Esse resultado demonstra que existe correlação moderada entre esses construtos a nível de $p > 0,01$. Essa relação demonstra que a medida que a satisfação com os serviços públicos de infraestrutura, saúde e educação aumentam, maior a percepção da economia. Assim como, quando há aumento da percepção da situação da economia, diminui a satisfação dos usuários dos serviços públicos. Esse resultado pode nos conduzir a outras discussões acerca do papel do Estado na economia.

A hipótese H6 preve que a satisfação dos cidadãos com os serviços públicos de infraestrutura, saúde e educação influenciam positivamente confiança no governo (KIM, 2010; STOYAN et al. 2014; ZHAO; HU, 2015; WANG, 2016). Há variância significativa e a correlação apresentada é de ,008*. Embora a correlação seja muito fraca, demonstra que existe relação entre os construtos a nível de $p > 0,05$.

Por sua vez, a hipótese H7 prevê que as percepções dos cidadãos acerca da economia influenciam a percepção de segurança e combate a corrupção e a H8 preve que a percepção da segurança e combate a corrupção influenciam negativamente a percepção dos cidadãos sobre a

economia (ESPINAL *et al.* 2006; KIM 2010; SADO;MARGARETH, 2011; WONG *et al.*, 2011). Há variância significativa e a correlação apresentada é de $-0,10^{**}$. Esse resultado demonstra que existe correlação negativa muito fraca entre esses construtos a nível de $p > 0,01$. Esses resultados confirmam a teoria e aceita-se as hipóteses H7 e H8.

Trata-se, portanto, de uma relação bilateral e nos permite dizer que, caso a percepção da segurança e combate a corrupção seja boa, o efeito na percepção da situação da economia será ruim e, caso a situação econômica seja boa, os efeitos na percepção da segurança e combate a corrupção é ruim. Aceita-se, portanto H7 e H8.

Esse resultado reforça a ideia do cidadão crítico apresentada por Norris (1999) e Inglehardt (1999). Para esses autores à medida que o cidadão vai percebendo sua melhoria econômica, surgem novas demandas que fazem com que este seja mais exigente, ou aumente as suas expectativas em relação à atuação do governo.

A H9 traz que a percepção dos cidadãos sobre a economia está diretamente associada à confiança no governo. (STOYAN *et al.*, 2014; TORCAL, 2014; WROE, 2016, FOSTER;FRIEDEN, 2017) Há variância significativa e a correlação apresentada é de $,006^{**}$. Esse resultado demonstra que existe correlação muito fraca entre esses construtos a nível de $p > 0,01$. Ratificam-se, portanto, os achados de estudos anteriores.

Por fim, na H10 há a percepção da segurança e combate a corrupção influenciam negativamente a confiança no governo. Há variância significativa e a correlação apresentada é de $,009^*$. Embora a correlação seja muito fraca, demonstra que existe relação entre os construtos a nível de $p > 0,05$. Esses resultados confirma a teoria. (STOYAN *et al.*, 2014; TORCAL, 2014; WROE, 2016, FOSTER;FRIEDEN, 2017)

De todo o exposto, foi possível confirmar todas as hipóteses, exceto a relação entre o capital social e a satisfação com a prestação de serviços públicos. Desta forma, aparentemente, no contexto latino americano o balanço entre a expectativa do cidadãos e os serviços efetivamente prestados não considera os aspectos relativos à rede a que pertence.

4.10 ANÁLISE DAS REGRESSÕES

Inicialmente foi realizada a verificação dos pré-requisitos que permitem a análise de dados com uso de regressão linear. Dessa forma, foram testadas a linearidade do fenômeno, a normalidade da distribuição dos termos de erro, a variância constante do termo de erro, a independência dos termos de erro, a inexistência de multicolinearidade e a inexistência de outliers (BUSSAB, 2004; WOOLDRIGE, 2006). Essa análise demonstrou que o modelo

proposto não apresenta vieses. A variável dependente é a confiança no governo e as variáveis independentes são o capital social; a satisfação com os serviços públicos de infraestrutura, saúde e educação; percepção da economia; percepção da segurança e do combate a corrupção.

Tabela 18 - Sumarização do Modelo

Modelo	R	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Estatísticas de mudança				Sig.	
				Mudança de R quadrado	Mudança F	gl1	gl2		
1	,453 ^a	,206	,205	,91986	,205	3687,134	15345	15349	,000

Preditores: (Constante), Percepçãodaeconomia, SSPComCorrSEg, CapitalSocial, SSPInfraestrutura

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 19 - ANOVA do Modelo

Modelo	Soma dos Quadrados		gl	Quadrado Médio	F	Sig.
1	Regressão	3019,552	4	839,988	992,768	,000 ^b
	Resíduo	12983,518	15043	,846		
	Total	16343,470	15047			

a. Variável Dependente: ConfiançaGoverno

b. Preditores: (Constante), Percepçãodaeconomia, SSPComCorrSEg, CapitalSocial, SSPInfraestrutura

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 20 - Coeficientes^a

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados		t	Sig.
	B	Erro Padrão	Beta			
1	(Constante)	,985	,043		22,896	,000
	CapitalSocial	,057	,011	,037	5,118	,000
	SSPInfraestrut	,157	,010	,112	15,291	,000
	SSPCCorrSeg	,332	,007	,373	50,545	,000
	Percepçãoeconomia	,625	,035	,131	17,859	,000

a. Variável Dependente: ConfiançaGoverno

Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise demonstra que o modelo é estatisticamente significativo a $p < 0,005$; $R^2 = 0,205$). Dessa forma, a confiança na Administração Pública ($\beta = ,985$; $t=22,986$; $p < 0,005$)

tendo como previsoras o capital social, a satisfação com os serviços de infraestrutura, saúde e educação, percepção da economia e percepção da segurança e combate a corrupção, sendo que 20,5% da variável pode ser explicada por essas variáveis, conforme equação a seguir:

$$\text{Confiança no Governo} = 0,037 * \text{Capital Social} + 0,112 * \text{SSPInfraestrutura} + 0,373 * \text{SSPCorrSeg} + ,131 * \text{Percepção de Economia} + \varepsilon$$

O modelo acima possui capacidade explicativa baixa, o que representa a necessidade de aprofundar a composição do modelo testado.

O modelo apresentado traz como variável independente com maior poder explicativo a percepção da segurança e combate a corrupção com $\beta = ,373$; seguido pela percepção da economia com $\beta = ,131$; pela satisfação com os serviços de infraestrutura, saúde e escola com $\beta = ,112$ e só por fim o capital social com $\beta = ,037$.

As explicações sobre a confiança no governo têm duas correntes centrais que são a Teoria Institucional e na Teoria Cultural. Na primeira estão presente a performance das instituições de governo na condução da economia, na prestação de serviços e na representação política. A segunda, por sua vez, considera basicamente os aspectos demográficos (DINCER; USLANER, 2010; WROE, 2016, FOSTER;FRIEDEN, 2017)

Os resultados encontrados nesta pesquisa ratificam os achados de Seligson (2002); Espinal et al. (2006) e de Stoyan et al. (2014) na América Latina, de Askvik et al. (2011), no Nepal, Mishler ; Rose (2001) na Europa e Wong et al. (2011) na Ásia. Todos esses autores apontam que os efeitos do contexto importam na determinação da confiança no governo.

Stoyan et al. (2014) afirma que a teoria institucional foca nas facetas da performance e da participação social que são muito importantes em democracias avançadas e consolidadas, mas que isso pode variar em algumas partes do mundo em função da insegurança econômica, a instabilidade política e dos Estados frágeis.

Espinal et. al (2006) afirma que a influência das avaliações econômicas sobre a confiança pode ser particularmente relevante em países com legados democráticos mais curtos, uma vez que as atitudes em relação às instituições do regime são menos profundamente enraizadas e mais suscetíveis ao desempenho recente.

Askvik et al. (2011) afirma que numa situação em que a confiança tende a limitar-se à própria casta, a classe e a etnicidade, o associacionismo cívico e a solidariedade para além das fronteiras do grupo podem ser difíceis de alcançar e podem, por sua vez, impedir que as normas democráticas assumam uma posição firme. Por outro lado, se a confiança nas instituições depender de como as políticas refletem as necessidades e demandas das pessoas, a estabilidade

política e o funcionamento adequado das instituições democráticas são necessários para aumentar a confiança.

Mishler ; Rose (2001) afirma que nas sociedades pós-comunistas, no entanto, a substituição dos regimes antidemocráticos pelos democráticos necessariamente introduz descontinuidades institucionais fundamentais. O regime cujo desempenho está sendo avaliado hoje é radicalmente diferente do regime em que os indivíduos foram socializados ao longo de suas vidas. Nesse contexto, a hipótese institucional é que, se a socialização e o desempenho influenciam o conflito, avaliações de desempenho mais próximas anularão a influência anterior exercida por normas e experiências de socialização.

Diante disso, é possível afirmar que os resultados encontrados nesta pesquisa apontam para a necessidade de se compreender melhor os efeitos do contexto, pois no caso da América Latina, embora a vasta teoria aponte a importância das percepções da economia para a confiança nos governos, a maior capacidade explicativa está na promoção da segurança e o combate a corrupção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo geral analisar a influência do capital social sobre a confiança dos cidadãos nos governos na América Latina. Para tal foram analisados os elementos formadores da confiança na região, quais sejam: capital social, satisfação com os serviços públicos, percepção da situação da economia e a confiança no governo, seja ela na Administração Pública ou nas instituições do sistema político.

Quanto à composição do capital social, no contexto latino-americano algumas participações dos cidadãos em organizações da sociedade não o compõem como a participação em instituições religiosas e em associações de pais e mestres. Os elementos formadores desse construto são a participação dos cidadãos em organizações da sociedade com vistas a resolver problemas da comunidade, a participação em associação de moradores, associação de profissionais, comércio e produtores, a participação em partidos e movimentos políticos. Essa participação permite aos cidadãos a construção de laços sociais em rede que levam a trocas constantes. Como decorrência dessas trocas os atores estabelecem confiança interpessoal e têm mais razões para cooperar e agir coletivamente, inclusive estendendo e ampliando suas conexões aos burocratas e aos políticos como forma de influenciar o processo decisório na formulação e implementação das políticas e dos serviços públicos.

O capital social no contexto latino-americano é maior em países onde as preocupações dos cidadãos estão na estabilidade social e democrática, no equilíbrio econômico e na segurança. Nesses países, em função das necessidades prementes não terem sido superadas, os cidadãos buscam cooperar e se organizar em busca de condições mínimas de bem-estar e sobrevivência. Já entre os países com menor capital social estão aqueles que apresentam maior desenvolvimento econômico e melhores níveis educacionais. Esse comportamento para o construto pode estar associado ao fato de que em lugares em que as necessidades de bens materiais e estabilidade foram superadas, os cidadãos vivem em condições prósperas e estáveis, o que os conduz a buscar de outros desejos, como, por exemplo, a emancipação.

As explicações da confiança no governo a partir da performance e governo, considera a satisfação com a prestação de serviços e a percepção acerca da condução da economia. A análise dos dados permitiu identificar do que todas as variáveis apresentadas pela teoria, saúde, educação, infraestrutura, combate à corrupção e melhoria da segurança do cidadão. Contudo, essas variáveis se dividem em dois grupos: um que trata da provisão de bens públicos (saúde,

educação e infraestrutura) e outra que diz respeito às capacidades do governo de promover a segurança e combater a corrupção.

Aparentemente, há desempenho satisfatório do governo na provisão de saúde, educação e infraestrutura na América Latina e que esses índices têm melhorado com o passar do tempo. Os países com maior desenvolvimento e nível educacional apresentam os menores índices porque o avanço econômico marcante no período na região pode ter levado os cidadãos ao aumento de suas expectativas e demandas, o que os tornaria mais críticos acerca da prestação de serviços. Ainda sobre a performance da prestação de serviços, a formação do sistema legal dos países não influencia os níveis de satisfação com os respectivos serviços.

Já a percepção da economia é atrelada ao crescimento e desenvolvimento econômicos. Usualmente as percepções são aferidas a partir da percepção dos indivíduos acerca das condições nacionais da economia e das percepções sobre as suas próprias condições. Essa avaliação da economia pelos cidadãos compreendem os aspectos nacionais e individuais em relação ao momento atual e ao passado recente. As condições futuras da economia não interferem nas avaliações.

As avaliações das percepções sobre a economia de uma maneira geral andam em conjunto com o desempenho dos países, sobretudo no que diz respeito ao crescimento de produto interno bruto e distribuição de renda. O período examinado compreende um momento de muito êxito na região sob essa ótica. Houve um desenvolvimento econômico generalizado na região em decorrências dos ajustes estruturais realizados na década anterior e da expansão das *comodities*. Essa evolução foi absolutamente capturada pelos indivíduos.

Por sua vez, o construto da confiança nos governos apresenta algumas particularidades no contexto latino. Em relação à evolução da confiança na América Latina verifica-se diferença em relação às demais regiões do mundo. Enquanto nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia há declínio, na América Latina, há certa estabilidade no período examinado, com picos de forte queda e forte alta, representando alguma volatilidade desse construto na região.

A confiança na América Latina reflete as percepções da economia e a percepção da corrupção aparentemente tem algum efeito moderador sobre as avaliações, pois a avaliação da confiança na Administração, cuja uma das variáveis é o combate à corrupção, é menor que a avaliação nas instituições políticas. Isso também pode ser reflexo das lideranças carismáticas e populares que marcaram os governos na região no período.

Quanto às relações do capital social com a confiança nos governos, há uma relação inversa. Em países com menor nível de capital social há maior confiança nos governos e em países com maior nível de capital social os níveis de confiança são menores. Nesse sentido o

que se percebe é o capital social tem uma influência negativa nos níveis de confiança nos governos da América Latina, ou seja, quanto mais as pessoas participarem da sociedade, desenvolverem as suas redes e a confiança interpessoal e perceberem o capital social, menor será a confiança nos governos para operar os seus interesses, o que demonstra uma clara tendência ao individualismo.

Ainda em relação ao capital social, foi possível identificar que é, entre os construtos, aquele que tem menor capacidade explicativa da confiança no governo. As determinantes são a segurança e o combate a corrupção, a percepção da economia e a satisfação com os serviços públicos, respectivamente.

Quanto à contribuição da presente pesquisa teoricamente os resultados se contrapõem à teoria dominante de que o capital social influencia positivamente a confiança nas instituições de governo, o que pode proporcionar uma maior reflexão acerca dos aspectos contextuais dos construtos do capital social e da confiança nos governos. A América Latina é uma região marcada por instabilidade democrática, pobreza, desigualdade de renda e lideranças populistas e que logrou, no período analisado, melhorias significativas em todos esses aspectos e vive uma mudança demográfica em relação à idade das pessoas, levando os indivíduos a superar as dificuldades materiais de tempos passados recentes, mas que optam por sua emancipação e distanciamento do governo.

A contribuição para a gestão pública sob a ótica de governo está no fato de que responder a todas as demandas da sociedade pode fazer com que os cidadãos confiem menos no governo e dificultem as suas ações, reforçando assim a ideia, por exemplo, a importância atribuída às ações de segurança e combate a corrupção. Sob a ótica de organização da sociedade parece que as redes não têm conseguido organizar a ação coletiva da sociedade com o intuito de influir na burocracia e no processo decisório das políticas públicas, a fim de que os cidadãos enxerguem vantagens e benefícios em atuar coletivamente.

Em relação às limitações encontradas destacam as mais tradicionais quando se faz pesquisa com dados secundários. Os dados se referem ao passado, no caso em específico não foi possível analisar o comportamento dos construtos após 2014 quando há o fim do *boom* das *commodities* e forte redução do desempenho econômico na região; os critérios e classificações utilizados para o diagnóstico não são padronizados e não há controle sobre a qualidade dos dados, neste caso há algumas variáveis que não foram aferidos em um ano de pesquisa (satisfação com os serviços) ou em países (as pesquisas na Argentina são abarca todas as variáveis). Houve, ainda, o fato de que o período analisado é curto e reflete uma única situação

econômica que foi de generalização de crescimento e distribuição de renda, não tendo sido captadas as variáveis em situações diversas, como de recessão da economia, por exemplo.

Já em relação às pesquisas futuras, há inquietações decorrentes dos achados. Inicialmente, há como proposição utilizar técnicas estatísticas mais robustas, como equação estrutural para a confirmação teórica do modelo ou estudos econométricos para examinar a dinâmica temporal dos construtos. Além disso, várias relações precisam ser testadas como a relação entre as percepções individuais da economia e confiança no governo; o impacto das percepções da corrupção com a confiança; estudo comparativo entre os níveis de confiança nos governos de países latinos, com europeus e asiáticos para dimensionar a diferença de contexto; examinar, ainda, as origens da formação do sistema legal dos países e os níveis de confiança, e, por fim, a forma como as diferentes gerações avaliam a confiança de governo a fim de testar os efeitos do materialismo sobre o construto.

REFERÊNCIAS

- A. A., & Cenker, C. I. (2011). Public confidence in government: empirical implications from a developing democracy. *International Political Science Review* 33, 230–250.
- Adler, P., & Kwon, S.-W. (2002). Social Capital: Prospects for a new concept. *The Academy of Management Review*, 17-40.
- Afonso, A., & J. T. (2016). Economic performance, government size, and institutional quality. *Empirica*, 83–109.
- Agampodi, T. C., Agampodi, S. B., & Glozier, N. (2015). Measurement of social capital in relation to health in low and middle income countries (LMIC): A systematic review. *Social Science & Medicine* 128 (2015), 95-104.
- Aguilera, J. C. (2016). Social Capital and Economic Growth - An empirical study of the importance of social capital for a country's economic growth in the South and North America region. *Lund University - School of economics and management*.
- Ahmad, M., & Hall, S. G. (2017). Trust-based social capital, economic growth and property rights: explaining the relationship. *International Journal of Social Economics*, 21-52.
- Alvarez, E. C., & Romani, J. R. (2017). Mensuring social capital: further insights. *Gaceta Sanitária*, 57-61.
- Andrews, R. (2012). Social Capital and Public Service Performance: A Review of the Evidence. *Public Policy and Administration* , 49-67.
- Ariely, G. (2013). Public administration and citizen satisfaction with democracy: cross-national evidence. *International Review of Administrative Sciences*, 747–766.
- Arretche, M. (5 de Março de 1996). Mitos da Descentralização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*.
- Askvik, S., Jamil, I., & Dhakal, T. (2011). Citizens' trust in public and political institutions in Nepal. *International Political Science Review*, 417–437.
- Aydın, A., & C. I. (2011). Public confidence in government: empirical implications from a developing democracy. *International Political Science Review*, 230–250.
- Aydın, A., & Cenker, C. I. (2011). Public confidence in government: empirical implications from a developing democracy. *International Political Science Review* , 230–250.
- Bachmann, R., & Inkpen, A. C. (2011). Understanding institutional-bases trust building processes in inter-organizational relationships. *Organization Studies*, 281-301.
- Baskaran, T., & Feld, L. (2013). Fiscal Decentralization and Economic Growth in OECD Countries: Is there a Relationship? *Public Finance Review*, pp. 421-445.

- Bergman, M., & Rosenkrantz, C. (2009). *Confianza y Derechos en America Latina*. Ciudad del Mexico: Fondo de Cultura Economica.
- Bjørnskov, C. (2006). The multiple facets of social capital. *European Journal of Political Economy* Vol. 22, 22–40.
- Bjørnskov, C. (2012). How Does Social Trust Affect Economic Growth? . *Southern Economic Journal* Vol. 78, 1346-1368.
- Bjørnskov, C., & M'leon, P. (2013). Is trust the missing root of institutions, education, and development? *Public Choice*, Vol. 157, 641-669.
- Boon, S., & Holmes, J. (1991). Developing and maintaining trust in work relationship. Em R. Groebel, *Cooperation and prosocial behavior* (pp. 190-2011). Cambridge : Cambridge University Press .
- Bouckaert, G. (2012). Trust and Public Administration, . *Administration*, Vol. 60, No. 1, 91-115.
- Bourdieu, P. (1986). The Forms of Capital. Em J. G. Richardson, *Handbook of theory and research for the sociology of education* (pp. 241-258). New York: Greenwood Press.
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. (1992). *An Invitation to Reflexive Sociology*. Chicago, IL: University of Chicago Press. .
- Brasil. (Janeiro de 1997). Lei Federal nº 9433, de 7 de janeiro de 1997.
- Brehm, J., & Rahn, W. (1997). Individual-Level Evidence for the Causes and Consequences of Social Capital. *American Journal of Political Science*, Vol. 41, No. 3, 999-1023.
- Brewer, G. A., & Andrews, R. (2014). Social Capital and Public Service Performance: Does Managerial Strategy Matter? *Public Performance & Management Review*, 38, 187-213.
- C. J., L., & J. E., D. (2013). Correcting for scale perception bias in Measuring Corruption: an Application to Chile and Spain. . *Social Indicators Research*, 977 - 995 .
- Campbell, D. E. (2009). Civig Engagement and Education: An empirical test of the sorting model. *American Journal of Political Science*, Vol.53, 771-786.
- Cardona, F. (2012). Spain: Corruption, Weak Insitutionalization, Unfinished. *Public Administration Review*, 73, 95-96.
- CEPAL, C. E. (2018). *Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), Anuario Estadístico de América Latina*. Santiago: Publicación de las Naciones Unidas United Nations publication.
- CHANG, T.-T., & LI, Y. (2011). A MACROECONOMIC MODEL ON THE QUALITY OF GOVERNMENT ANO ECONOMIC PERFORMANCE. *Economic Inquiry* Vol. 49, 174-184.
- Chanley, ,, Rudolph, T., & Rahn, W. (2000). The Origins and Consequences of Public Trust in Government: A Time Series Analysis. *Public Opinion Quarterly*, 239–56.

- Charron, N., & Rothstein, B. (2016). Does education lead to higher generalized trust? The importance of quality of government. *International Journal of Education Development*, 59-73.
- Cho, Y., & Ringquist, E. (2010). Managerial Trustworthiness and Organizational Outcomes. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 53-86.
- Chong, A., & Calderon, C. (2000). Causality and Feedback between institutional measures and economic growth. *Economic and Politics Volume 12*, 69-81.
- Chung, S., Choi, H., & Seung-yoon Le, S. (2014). Measuring Social Capital in the Republic of Korea with Mixed Methods: Application of Factor Analysis and Fuzzy-Set Ideal Type Approach. *Soc Indic Res (2014) 117*, 45-64.
- Cleary, M., & Stokes, S. (2006). *Democracy and the Culture of Skepticism*. New York: Russell Sage.
- Coffe, H., & Geys, B. (2005). INSTITUTIONAL PERFORMANCE AND SOCIAL CAPITAL: AN APPLICATION TO THE LOCAL GOVERNMENT LEVEL. *JOURNAL OF URBAN AFFAIRS, Volume 27, Number 5*, 485-501.
- Coleman, J. (1988). Social Capital in the Creation of Human Capital. *American Journal of Sociology, Vol. 94, Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure (1988)*, pp. S95-S120, pp. S95-S120.
- Coleman, J. S. (1990). *Foundations of Social Theory*. Cambridge, Massachusetts and London England: The Balknap Press of Harvard University Press.
- Coleman, J. S. (2000). Social capital in the creation of human capital. Em P. Dasgupta, & I. Serageldin, *Social Capital: A Multifaceted Perspective* (pp. 13-39). Washington D. C.: The World Bank.
- Cooper, C. A., Knotts, H. G., & Brennan, K. M. (2008). The Importance of Trust in Government for Public Administration: The Case of Zoning. *Public Administration Review*, 459-468.
- D. H., K. M., & R. R. (2012). Social Capital in the 50 states: Measuring State-Level Social Capital, 1986-2004. *State Politics & Policy Quarterly*, 121-138.
- Dasgupta, P., & Serageldin, I. (2000). Economic progress and the idea of social capital. In: Social Capital: A Multifaceted Perspectives. World Bank, Washington DC. *World Bank*, 325-340.
- Dincer, O. C., & Uslander, E. M. (2010). Trust and growth. *Public Choice*, 59-67.
- Doh, S. (2014). SOCIAL CAPITAL, ECONOMIC DEVELOPMENT, AND THE QUALITY OF GOVERNMENT: HOW INTERACTION BETWEEN SOCIAL CAPITAL AND ECONOMIC DEVELOPMENT AFFECTS THE QUALITY OF GOVERNMENT. *Public Administration Vol. 92, No. 1*, 104-124.

- Doh, S. (2014). Social Capital, economic development, and the quality of government: How interaction between social capital and economic development affects the quality of government. *Public Administration*, 104-124.
- Doh, S., & McNeely, C. L. (2012). A multi-dimensional perspective on social capital and economic development: an exploratory analysis. *Ann Reg Sci* 49:, 821–843.
- Downe, J., Cowell, R., Chen, A., & Morgan, K. (2013). The determinants of public trust in English local government: how important is the ethical behaviour of elected councillors? *International Review of Administrative Sciences*, pp. 597-617.
- Działek, J. (2014). Is social capital useful for explaining economic development in Polish regions? *Swedish Society for Anthropology and Geography*, 177-193.
- Egerton, M. (2002). Higher education and civic engagement. *The british journal of sociology*, 603-620.
- F. S., & M. M. (2017). Social Capital in Europe from 1990 to 2012: Trends and Convergence. *Social Indicators Research* , 407–432.
- Fitzgerald, J., & J. W. (2016). The roots of trust in local government in western Europe. *International Political Science Review*, 130–146.
- Foster, C., & J. F. (2017). Crisis of trust: Socio-economic determinants of Europeans' confidence in government. *European Union Politics*, 511–535.
- Forte, A., Palomino, J. P., & Ausina, E. T. (2015). Does social capital matter for European regional growth? *European Economic Review* 77, 47-64.
- Freitas , H., Oliveira , M., Saccol , A. Z., & Mascarola , J. (2000). O método de pesquisa survey . *Revista de Administração* , 105-112.
- Gerhardt, T. E., & Silveira , D. T. (2009). *Método de Pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS Editora.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo - 4ª Edição : Atlas .
- Gregg , G., & Ryzin, V. (2011). Outcomes, Process, and Trust of Civil Servants. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 745–760.
- Grimmelikhuijsen, S. (2012). Linking transparency, knowledge and citizen trust in government: an experiment. *International Review of Administrative Sciences*, 50–73.
- Grimmelikhuijsen, S. G., & Meijer, A. J. (2012). Effects of Transparency on the Perceived Trustworthiness of a Government Organization: Evidence from an Online Experiment. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 137–157.
- Grimmelikhuijsen, S., & Knies, E. (2015). Validating a scale for citizen trust in government organizations. *International Review of Administrative Sciences* , 1-19.
- Grönlund, K., & Setälä, M. (2012). In Honest Officials We Trust: Institutional Confidence in Europe. *The American Review of Public Administration*, 523–542.

- Grootaert, C., & Bastelaer, T. (April de 2001). Understanding and measuring social capital: A synthesis of findings and recommendations from the social capital initiative. *The World Bank Social Development Family Environmentally and Socially Sustainable Development Network*, p. 8.
- Grootaert, C., Narayan, D., Jones, V. N., & Woolcock, M. (2003). *Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS) (Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital) (SC-IQ)*. Washington D.C.: Banco Mundial.
- Gundelach, B. (2016). Economic Development and Civic Engagement in Latin America: A Comparative Study. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, Vol 45, 238-260.
- Hair, J. F., Black, W. C., B. J., R. E., & R. L. (2009). *Análise Multivariada de Dados - 6ª Edição - Tradução Adonai Schlup Sant'Anna*. Porto Alegre: Bookman.
- Hakhverdian, A., & Q. M. (2012). Institutional Trust, Education, and Corruption: a Micro-Macro Interactive Approach. *Forthcoming in Journal of Politics* , 73.
- Hanifan, L. J. (Sep de 1916). The Rural School Community Center. *American Academy of Political and Social Science*, pp. 130-138.
- HARTMAN, L. P., GEDRO, J., & MASTERSON, C. (2015). Navigating the Life Cycle of Trust in Developing Economies: One-size Solutions Do Not Fit All. *Business and Society Review* , 167–204.
- Hawes, D., Rocha, R., & Meier, K. (2012). Social Capital in the 50 States: Measuring State-Level Social Capital, 1986–2004. *State Politics & Policy Quarterly*, 121–138.
- Herian, M. N. (2014). Trust in Government and Support for Municipal Services. *State and Local Government Review*, 82-90.
- Hetherington , M. (1999). The effect of political trust on the presidential vote, 1968–96. *American Political Science Review* 94, pp. 311–326.
- I. K., B. K., K. L., & D. S. (1997). Social Capital, Income Inequality and Mortality. *American Journal of Public Health*, 1490-1498.
- Im, T., Cho, W., Porumbescu, G., & Park, J. (2012). Internet, Trust in Government, and Citizen Compliance. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 741-763.
- Inglehart, R. (1997). *Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic, and Political Changes in 43 Societies*. Princeton: Princeton University Press.
- J. D., R. C., A. C., & K. M. (2013). The determinants of public trust in English local government: how important is the ethical behaviour of elected councillors? *International Review of Administrative Sciences*, 597–617.
- J. F., & J. W. (2016). The roots of trust in local government in western Europe. *International Political Science Review* , Vol. 37, 130-146.
- Jacobs, J. (1961). *Morte e Vida das Grandes Cidades Americanas* (1ª Edição ed.). (C. S. Rosa, Trad.) São Paulo: Martins Fontes, 2000. Acesso em 2017

- Jakobsen, T. G., L.-M. G., & Kroknes, V. F. (2015). ECONOMIC PERFORMANCE AND POLITICAL TRUST: THE IMPACT OF THE FINANCIAL CRISIS ON EUROPEAN CITIZENS. *European Societies Vol. 17*,, 700–723.
- Jin, J., & Zou, H.-f. (2005). Fiscal decentralization, revenue and expenditure assignments, and growth in China. *Journal of Asian Economics 16* , pp. 1047-1064.
- Karacok, E. (2013). Economic inequality and its asymmetric effect on civic engagement: evidence from post-communist countries. *European Political Science Review*, 197-223.
- Kashefi, M. (2015). DEMOCRATIC STATES, SOCIAL CAPITAL/TRUST, AND NATIONAL DEVELOPMENT. *International Review of Modern Sociology Volume 41* , Number 1,, 29-54.
- Kawachi, I., Subramanian, S., & Kim, D. (2008). Social capital and health: A decade of progress and beyond.. *Social Capital and Health*, 1-26.
- Keele, L. (April de 2007). Social Capital and the Dynamics of Trust in government . *American Journal of Political Science*, Vol. 51, No. 2, pp. 241-254.
- Kekkonen, E. K., & P. S. (2016). Political Trust, Individual-level Characteristics and Institutional Performance: Evidence from Finland,2004–2013. *Scandinavian Political Studies*, Vol. 39 - n° 2, 138-159.
- Kim, S. (2010). Public Trust in Government in Japan and South Korea: Does the Rise of Critical Citizens Matter? *Public Administration Review*, 801-810.
- Kim, S., & Lee, J. (2012). E-Participation, Transparency, and Trust in Local Government. *Public Administration Review Vol. 72*, 819–828.
- Kim, S.-E. (2005). The role of trust in the modern administrative state: An Integrative Model. *Administration and Society*, 611–635.
- Kitchen, P., Williams, A., & Simone, D. (2012). Measuring Social Capital in Hamilton, Ontario. *Soc Indic Res - 108*, pp. 215–238.
- Knack , S., & Keefer , P. (1997). Does Social Capital have an Economic Payoff? An cross-country investigation. *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 112, No. 4, 1251-1288.
- Knack, S. (2002). Social Capital and the quality of government: Evidence from the states. *American Journal of Politica Science* , 772-785.
- Knack, S., & Keefer, P. (Nov de 1997). Does Social Capital Have an Economic Payoff? A Cross-Country Investigation. *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 112, No. 4 , pp. 1251-1288.
- Larsen, C. (2013). *The rise and fall of social cohesion: The construction and de-construction of social trust in the US, UK, Sweden and Denmark*. Oxford: Oxford University Press.

- Lenzi, M., Vieno, A., Perkins, D. D., Santinello, M., Elgar, J. F., A. M., & Mazzardis, S. (2012). Family Affluence, School and Neighborhood Contexts and Adolescents' Civic Engagement: A Cross-National Study. *Am J Community Psychol*, 197–210 .
- Luhmann, N. (1979). *Trust and Power*. Chichester: John Wiley & Sons Inc.
- M. B., M. K., & R. M. (2015). Quality of Service, Expectation, Satisfaction and Trust in Public Institutions: The Abu Dhabi Citizen Satisfaction Survey. *Asian Journal of Political Science Vol. 23*, 420–447.
- M. J., & L. S. (2004). Social Trust and Civic Engagement across Time and Generations. *Acta Politica*, 342-379.
- M., V., Van , R., G. , G., & C. F. , L. (2013). Social and political consequences of administrative Corruption: A study of public perceptions in Spain. . *Public Administration Review*, 85-94.
- Marconi, M. d., & Lakatos , E. M. (2002). *Técnicas de Pesquisa* . São Paulo : Atlas .
- Marozzi, M. (2015). Measuring Trust in European Public Institutions. *Social Indicator Research (2015)* , 879–895.
- Mayer, R. C., Davis , J. H., & Schoorman, D. F. (Jul de 1995). An Integrative Model of Organizational Trust. *The Academy of Management Review Vol. 20, No. 3*, pp. 709-734.
- Meer, T. V. (2010). In what we trust? A multi-level study into trust in parliament as an evaluation of state characteristics. *International Review of Administrative Sciences*, 517-536.
- Meer, T. v., & Tolsma, J. (2014). Ethnic diversity and its effects on social cohesion. *Annual Review of Sociology*, 459-478.
- MEER, T. W., & ERKEL, P. F. (2016). Macroeconomic performance, political trust and the Great Recession: A multilevel analysis of the effects of within-country fluctuations in macroeconomic performance on political trust in 15 EU countries, 1999–2011. *European Journal of Political Research*, 177–197.
- MENDOZA-BOTELHO, M. (2013). Social Capital and Institutional Trust: Evidence from Bolivia's Popular Participation Decentralisation Reforms. *The Journal of Development Studies Vol. 49, No. 9*, 1219-1237.
- Mishler, W., & Rose , R. (2001). What Are the Origins of Political Trust? Testing Institutional and Cultural Theories in Post-communist Societies. *Comparative Political Studies* , 223-256.
- Morgan, R. M., & Hunt, S. D. (1994). The Commitment - Trust Theory of Relationship Marketing. *Journal of Marketing*, 20-38.
- Morgeson III, F. (2011). Do they all perform alike? An examination of perceived performance, citizen satisfaction and trust with US federal agencies. *International Review of Administrative Sciences*, 451–479.

- Morgeson III, F., VanAmburg, D., & Mithas, S. (2010). Misplaced Trust? Exploring the Structure of the E-Government-Citizen Trust Relationship. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 257-283.
- Morris, S. D., & Klesner, J. L. (2010). Corruption and Trust: Theoretical Considerations and Evidence From Mexico. *Comparative Political Studies*, 1258–1285.
- Myeong, S., & Seo, H. (2016). Which Type of Social Capital Matters for Building Trust in Government? Looking for a New Type of Social Capital in the Governance Era. *Sustainability* , 322.
- Nahapiet, J., & Ghoshal, S. (Abril de 1998). Social Capital, Intellectual Capital, and the Organizational Advantage. *The Academy of Management Review*, Vol. 23, No. 2, pp. 242-266.
- Neira, I., Vazquez, E., & Portela, M. (2009). An Empirical Analysis of Social Capital and Economic Growth in Europe (1980–2000). *Social Indicators Research* , 111-129.
- Norris, P. (1999). Confidence in Public Institutions: Faith, Culture or Performance? *American Political Science Association*, 2-23.
- OA, A., E. K., & M. M. (2012). An analysis of citizen satisfaction with public service delivery in the Sedibeng district municipality of South Africa. *International Journal of Social Economics*, 182–199.
- OECD. (2013). *Government at a Glance 2013 - Trust in government, policy effectiveness and the governance agenda*. Paris : OECD .
- Ostrom, E., & T. K. (2003). Foundations of Social Capital. *Political Theory and Policy Analysis*, 1-22.
- Paarlberg, E. L., Hoyman, M., & McCall, J. (2017). Heterogeneity, Income Inequality, and Social Capital: A New Perspective. *Social Science Quarterly*, 1-12.
- Palomino, J. P. (2016). Social Capital and Economic Growth in Europe: Nonlinear Trends and Heterogeneous Regional. *OXFORD BULLETIN OF ECONOMICS AND STATISTICS*, 78, , 717-752.
- Pierce, J. C., Lovrich , N. P., & Moon Jr, C. D. (2002). Social Capital and Government Performance. An Analysis of 20 cities. *Public Performance & Management Review* Vol 25, 52-68.
- Puntscher, S., Hauser, C., Walde, J., & Tappeiner, G. (2014). Measuring Social Capital with Aggregated Indicators: A Case of Ecological Fallacy? *Soc Indic Res (2016)* , 125:431–449.
- Putnam , R. (1993). *Making Democracy Work - Civic Traditions in Modern Italy*. New Jersey: Princeton University Press.
- Putnam, R. (1993). *Making Democracy Work - Civic Traditions in Modern Italy*. New Jersey: Princeton University Press.
- Putnam, R. (2000). *Bowling Alone - The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster Paperbacks.

- Putnam, R. (2000). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. . New York: Simon & Schuster.
- Q. Y., & W. T. (2010). Exploring the Sources of Institutional Trust in China: Culture, Mobilization or Performance? *Asian Politics & Policy—Volume 2, Number 3*, 415–436.
- R. E., J. H., & Kelly, J. M. (2006). Performance Still Matters - Explaining Trust in Government in the Dominican Republic. *Comparative Political Studies Volume 39 Number 2*, 200-223.
- R. E., J. H., & Kelly, J. M. (2006). Performance Still Matters: Explaining Trust in Government in the Dominican Republic. *Comparative Political Studies, Volume 39 Number 2*, 200-223.
- R. L., Shleifer, A., Vishny, R., & Lopes-de-Silanes, F. (1999). The quality of government. *Journal of Law, Economics, and Organization*, 222–279.
- Rockers, P. C., M. E., & M. J. (2012). Perceptions of the Health System and Public Trust in Government in Low and Middle-Income Countries: Evidence from the World Health Surveys. *J Health Polit Policy Law*, 405-437.
- Rosenberg, M. J., & Hovland, C. I. (1960). *Attitude organization and change: An analysis of consistency*. Yale University Press.
- Rousseau, D., Sitkin, S. B., Burt, R. S., & Camerer, C. (1998). Not So Different After All: A Cross-Discipline View of Trust. *Academy of Management Review*, Vol. 23, N^o 3, , pp. 393-404.
- Ryzin, G. G. (2004). Expectations, Performance, and Citizen Satisfaction with Urban Services. *Journal of Policy Analysis and Management*, Vol. 23, , 433–448 .
- S. H., & B. R. (2017). Trusting other people. *J Public Affairs*. , 1-8.
- S. R., J. W., & C. Z. (2009). The Origins of Social - Evidence From a Survey of Post-Soviet Central Asia. *Comparative Political Studies*, Vol 42 Number 6, 707-732.
- S. V., S. V., & G. B. (2008). TRUST IN THE PUBLIC SECTOR: IS THERE ANY EVIDENCE FOR A LONGTERM DECLINE. *International Review of Administrative Sciences*, 74 , 45-62.
- Sacchet, T. (2009). Capital social, gênero e representação política no Brasil. *Opin. Publica vol.15 no.2* , 306-332.
- Sado , N. S., & M. L. (2011). Exploring the Relationship Between Trust in Government and the Provision of Social Services in Countries of the Global South: The Case of Palestine. *Journal of Social Service Research*, 37, 403–411.
- Santos, B. G. (2015). O ciclo econômico da América Latina dos últimos 12 anos em uma perspectiva de restrição externa. *Revista do BNMDES* , 205-251.
- Sarracino, F., & Mikucka, M. (2017). Social Capital in Europe from 1990 to 2012: Trends and Convergence. *Soc Indic Res*, 407–432.

- Schwadel, P., & Stout, M. (2012). Age, Period and Cohort Effects On Social Capital. *Oxford University Press*, 233-252.
- Searing, A. A. (2013). Love thy neighbor? Recessions and interpersonal trust in Latin America. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 68-79.
- Seligson, M. A. (2002). The Impact of Corruption on Regime Legitimacy: A Comparative Study of Four Latin American Countries. *The Journal of Politics*, Vol. 64,, 408-433.
- Son, J. (2015). Organizational Social Capital and Generalized Trust in Korea. *American Behavioral Scientist* Vol. 59, 1007–1023.
- SON, J. (2015). Organizational Social Capital and Generalized Trust in Korea. *American Behavioral Scientist* 2015, Vol. 59, 1007–1023.
- SPIPKER, G., SCHAFFER, L. M., & BERNAUER, T. (2012). Does social capital increase public support for economic globalisation? *European Journal of Political Research* , 756–784.
- Stoyan, A. T., S. N., J. M., J. H., & R. E. (2014). Trust in government institutions: The effects of performance and participation in the Dominican Republic and Haiti, Vol. 37. *International Political Science Review*, 18–35.
- Szreter, S. (2002). The state of social capital: bringing back in power, politics, and history. *Theory and Society* , 573-621.
- Tantardini, M., Guo, H. (., & Ganapati, N. (2017). Social Capital and Public Financial Performance: Lessons from Florida. *Public Performance & Management Review*, 480-503.
- Tavits, M. (2006). Making Democracy Work More? Exploring the Linkage between Social Capital and Government Performance. *Political Research Quarterly*, Vol. 59, No. 2 , 211-225.
- Tazfir, S. S., & Dolan, S. L. (2004). Trust-me: a scale for measuring manager-employee trust. *Management Resarch: Jornal of the Iberoamerican Academy of Management*, 115-132.
- Teilmann, K. (2012). Measuring social capital accumulation in rural development. *Journal of Rural Studies* 28 (2012) , 458-465.
- Thomas , C. (May de 1998). Maintaining and restoring public trust in government agencies and their employees. *Administration & Society*, Vol. 30 No. 2, May 1998, pp. 166-193.
- Tocqueville, A. d. (2005). *A Democracia nas Américas - Leis e costumes*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda.
- Torcal, M. (2014). The Decline of Political Trust in Spain and Portugal: Economic Performance or Political Responsiveness? *American Behavioral Scientist*, Vol. 58, 1542–1567.
- Unidas ONU/PNUD, P. d. (2014). *Relatório de Desenvolvimento Humano*. New York: PNUD.

- Uslaner, E. M. (2013). Trust and corruption revisited: how and why trust and corruption shape each other. *Qual Quant* , 3603–3608.
- Vincens, N., Emmelin, M., & Stafström, M. (2018). Social capital, income inequality and the social gradient in self-rated health in Latin America: A fixed effects analysis. *Social Medicine and Global Health*, 115-122.
- Wang, C.-H. (2016). Government Performance, Corruption, and Political Trust in East Asia. *Social Science Quarterly*, Volume 97, 211-230 .
- Wang, Z. (2005). Before the Emergence of Critical Citizens: Economic Development and Political Trust in China. *International Review of Sociology*/Revue Internationale de Sociologie Vol. 15*, 147/163.
- WANG, Z. (2010). Citizens' Satisfaction with Government Performance in Six Asian-Pacific Giants. *Japanese Journal of Political Science* , 51-75.
- Weinschenk, A. C., & Helpap, D. J. (2015). Political Trust in the American States. *State and Local Government Review 2015*, Vol. 47, 26-34.
- Williamson, O. (1983). *Markets and hierarchies, analysis and antitrust implications*. New York: The Free Press.
- Williamson, O. (1996). *The mecanismo of governance*. Oxford: Oxford University.
- Williamson, O. E. (1983). *Markets and Hierarchies - Analysis and antitrust implications*. . New York : The Free Press.
- Williamson, O. E. (1996). *The mechanism of governance*. . Oxford: Oxford University.
- Wong, T. K.-y., Wan, P.-s., & Hsiao, H.-H. M. (2011). The bases of political trust in six Asian societies: Institutional and cultural explanations compared. *International Political Science Review* , 263–281.
- Wroe, A. (2016). Economic Insecurity and Political Trust in the United States. *American Politics Research 2016*, Vol. 44, 131–163.
- Wroe, A. (2016). Economic Insecurity and Political Trust in the United States. *American Politics Research Vol. 44* , 131–163.
- Yang, K., & Holzer, M. (2006). Th e Performance – Trust Link: Implications for Performance Measurement. *Pubic Administration Review* , 114-126.
- Yee, J. (2015). Social Capital in Korea: Relation Capital, Trust and Trasparency. *International Journal of Japanese Sociology*, 30-47.
- Yee, J. (2015). Social Capital in Korea: Relational Capital, Trust and Transparency. *International Journal of Japanese Sociology*, pp. 30-47.
- Zak, P. J., & Knack, S. (2001). TRUST AND GROWTH. *The Economic Journal*, 111, 295-321.

- Zanin, L. (2017). Education and Life Satisfaction in Relation to the Probability of Social Trust: a Conceptual Framework and Empirical Analysis. *Social Indicators Research*, 925-947.
- Zanini, M. T. (2007). *Confiança: o principal ativo de uma empresa*. Rio de Janeiro : Elsevier .
- Zhang, Y., & Kim, M.-H. (2017). Do Public Corruption Convictions Influence Citizens' Trust in Government? The Answer Might Not Be a Simple Yes or No. *American Review of Public Administration*, 1-14.
- Zhao, D., & Hu, W. (2015). Determinants of public trust in government: Empirical evidence from urban China. *International Review of Administrative Sciences* , 1–20.
- Zmerli, S., & Castillo, J. C. (2015). Income inequality, distributive fairness and political trust in Latin América. *Social Science Research*, 179-192.
- Zmerli, S., & Newton, K. (2008). Social Trust and Attitudes toward Democracy. *The Public Opinion Quarterly*, Vol. 72, 706-724.
- Zucker, L. G. (1986). Production of trust: Institutional sources of economic structure, 1840–1920. . *Research in Organizational Behavior*, Vol 8, 53-111. .